

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

**Nara Jaqueline dos Reis**

**O SENTIR DA MATERNIDADE:**  
a discursividade feminina em desabafos anônimos.

**Juiz de Fora**

**2019**

**Nara Jaqueline dos Reis**

**O SENTIR DA MATERNIDADE:**

a discursividade feminina em desabafos anônimos.

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Comunicação e Poder

Orientador(a): Prof. Dr. Wedencley Alves Santana

**Juiz de Fora**

**2019**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Reis, Nara Jaqueline dos.

O sentir da maternidade : a discursividade feminina em desabafos anônimos / Nara Jaqueline dos Reis. -- 2019.  
121 f.

Orientador: Wedencley Alves

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2019.

1. Mídia. 2. Mulher. 3. Discurso. 4. Maternidade. I. Alves, Wedencley , orient. II. Título.

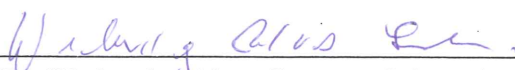
**Nara Jaqueline dos Reis**

**O sentir da maternidade: a discursividade feminina em desabafos anônimos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 27 de Fevereiro de 2019

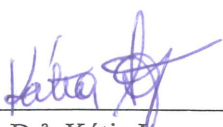
**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Wedencley Alves Santana- Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal - Convidado

Universidade Federal de Juiz de Fora

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Kátia Lerner - Convidada

Fundação Oswaldo Cruz – RJ

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Raimunda dos Reis, aquela que sempre me apoiou, me guiou, me ensinou, me compreendeu e fez de mim o que sou hoje.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os professores e amigos que ajudaram a concluir este trabalho, em especial ao Vitor Almeida, Laryssa Prado e Carol Marino.

À minha mãe, mulher guerreira e inspiração de vida. Raimunda, sem você isso não seria possível hoje.

Aos amigos da caminhada na Análise de Discurso, que com paciência me ajudaram em vários momentos de tensão com o meu objeto de análise. Antonione e Luana, muito obrigada!

À Faculdade de Comunicação que tornou este sonho, realidade.

À Universidade Federal de Juiz de Fora que me guiou da graduação até o mestrado com seu suporte.

“É preciso pavimentar esses caminhos. É nosso dever. Somos as mulheres que precisam ter o mundo nas mãos em vez de sucumbir sob seu peso. Somos as mulheres que precisam ser donas de nosso corpo e de nossa vida, donas de nossos pensamentos, sentimentos e imaginações. Sem isso, não haverá remédio.”

(DONATH, 2017, p.231)

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo a análise discursiva dos textos de desabafos publicados no site da ONG *Temos que falar sobre isso*, que põe em circulação sentidos e discursos sobre maternidade, geralmente em perspectiva crítica. Para isso, algumas questões de base foram lançadas: quais são as condições de produção dentro do arquivo analisado que permitem que esses discursos sejam produzidos? Como funcionam estes discursos que apontam para uma visão tão diferente daqueles que “romantizam” a maternidade? Quais formações discursivas prevalecem? Acreditamos que a análise destes textos e seus processos discursivos podem nos informar sobre possíveis alterações em curso no estatuto da família, nas relações de gênero e na própria constituição do sentido do que é ser mulher. Este estudo de caso se enquadra nas discussões mais gerais sobre os processos de destituição/restituição simbólicas, levadas a cabo em pesquisa do Professor Dr. Wedencley Alves Santana, no âmbito do grupo Sensus, que se debruça sobre a inscrição de sujeitos em discursos não reconhecidos/legitimados socialmente. Um vestígio material desta não legitimação em nossa pesquisa é a regra de ouro do anonimato dos desabafos, que no entanto, permite a elas formular outros discursos sobre ser mãe sem que sejam julgadas socialmente por isso, e ali restituem-se como mulheres de seu tempo. Vemos, ainda, que ambiência das redes é um recurso infinito de elaboração e propagação de subjetividades, ou seja, a rede é como uma atmosfera no processo discursivo que modela/remodela sujeito, língua e história. Isso confirma para nós que o caso em estudo é particularmente enriquecedor para a compreensão das relações entre discurso e mídia.

Palavras-chave: Mídia. Mulher. Discurso. Maternidade.



## **ABSTRACT**

The research aims the discourse analysis about people's witnesses published on the website of the NGO We Have to Talk About This, that puts in circulation senses and discourses on maternity, usually in critical perspective. For this, some basic questions have been raised: what are the conditions of production within the analyzed archive that allow these discourses to be produced? How do these discourses point to a vision so different from those who "romanticize" motherhood? What discursive formations prevail? We believe that an analysis of these texts, and their discursive processes can inform us about possible changes in the status of the family, of gender relations and in the very constitution of the meaning of what is a woman. This case study fits into the more general discussions on the symbolic destitution / restitution processes carried out in a research by Professor Dr. WedencleyAlves, within the Sensus group, which focuses on the enrollment of subjects in unrecognized discourses / socially non legitimized. A material vestige of this non-legitimation in our research is the golden rule of the anonymity, which, however, allows them to formulate other discourses about being a mother without being socially judged for it, and there they restore themselves as women of their time. We also see that the network environment is an infinite resource for the elaboration and propagation of subjectivities, that is, the network is like an atmosphere in the discursive process that models / remodels subject, language and history. This confirms for us that the case under study is particularly enriching for understanding the relations between discourse and the media.

Keywords: Media. Woman. Discourse. Maternity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 SER MULHER: A EDIFICAÇÃO DO SUJEITO FEMININO NA HISTÓRIA.....</b>	<b>13</b>
2.1 MULHER E SOCIEDADE .....	17
2.2 MULHER E FAMÍLIA .....	22
2.3 MULHER E GÊNERO.....	26
2.4 QUERO SER MÃE, NÃO QUERO SER MÃE .....	30
2.5 A INSCRIÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA NA CULTURA DAS REDES .....	39
<b>3 SILÊNCIO DA MULHER: QUANDO É POSSÍVEL FALAR DE SI? .....</b>	<b>47</b>
3.1 DIÁRIO ÍNTIMO.....	48
3.2 CONSULTÓRIO SENTIMENTAL .....	50
3.3 ESCRITA EPISTOLAR.....	52
3.4 NARRATIVA DE SI.....	54
3.5 DISCURSO DE SI .....	56
3.6 CONFISSÃO E CONFIDÊNCIA .....	57
3.8 ANÁLISE DO DISCURSO COMO APORTE TEÓRICO ANALÍTICO.....	58
3.9 TEMOS QUE FALAR SOBRE ISSO.....	63
<b>4 “AMO MEU FILHO, MAS ODEIO SER MÃE” .....</b>	<b>66</b>
4.1 “SINTO UMA TRISTEZA NO CORAÇÃO QUE PESA”. .....	66
4.2. “E ÀS VEZES ME ARREPENDO DE TER TIDO FILHOS” .....	78
4.3 “NÃO CONSIGO VER FELICIDADE NESSE MILAGRE DA VIDA” .....	84
4.4 “SER MÃE É UMA MERDA”!.....	94
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa está inserida no entendimento da relação entre comunicação, poder, saúde e subjetivações, com a vinculação entre os discursos na mídia sobre angústia, sofrimento físico, psíquico e social. Está também articulada entre linguagem-sujeito-história no sentido discursivo, em relação ao sujeito e suas identificações.

O tema da pesquisa é a desromantização da maternidade e os ideais que as mulheres incorporam e são reproduzidos por discursos naturalizados a partir do que é ser mulher e mãe. Este tema traz a construção do ideal materno que está muito atrelado a “valores de uma sociedade que são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre os nossos desejos” (BADINTER, 1985, p.16)

Segundo Gama (2006), esse amor materno associado pela sociedade é um sentimento que é considerado um dom instintivo e puramente biológico. Isto é, todas as mulheres, independentemente da cultura ou condição socioeconômica, estão condicionadas a serem mães. Quando não exercem o que lhes cabe, sofrem diante da oportunidade que não veio.

Badinter (1985) busca expor na sua pesquisa histórica, que o amor materno é um sentimento humano como outro qualquer: frágil e imperfeito, e sujeito a frustrações, alegrias e dúvidas. Ao iniciar essa ideia, rompe com todas as construções históricas presentes nesse sentimento, além de vislumbrar novos horizontes de significações.

Muitas mães não se enquadram no ideal materno e se culpam por não sentirem ou não agirem de acordo com os modelos valorizados pela sociedade. Winnicott (1969) discute que as mulheres que não são impactadas por essa “doença normal” de lidar com a maternidade, acabam buscando outros vieses para se autocompreender. “Estas mulheres não são capazes de se preocupar com seu próprio bebê, a ponto de excluir outros interesses, da maneira que é normal e temporária. Pode-se supor a existência de uma 'fuga para a sanidade' em algumas pessoas” (WINNICOTT, 1969, p.171). Ou seja, pôr em questão a verdade sobre si mesma é, por conseguinte, pôr em questão um regime de verdade mesmo que este sistema leve o relato de si sobre a maternidade à patologia.

A partir da frase “amo meu filho, mas odeio ser mãe”, podemos fazer uma associação com o conceito elaborado por Freud (1914) sobre toda relação com o objeto ser constituída pelo ódio, tendo em vista que o outro representa uma invasão do espaço narcísico do um.

É bom lembrar que a frase “amo meu filho, mas odeio ser mãe” surgiu depois que uma corrente no Facebook, em 2015, começou a convidar mães para publicarem três fotos que mostravam o lado bom da maternidade. Porém, muitas mães decidiram negar estereótipos e expor algumas questões não tão positivas sobre exercer o papel de mãe.

É importante destacar as várias situações em que mãe e mulher se encontram e como vão se identificar com cada uma delas. A sensação de desamparo, de incompreensão, de medo e de angústia que carregam dentro si e suas dificuldades diárias muitas vezes não são pautadas, o que ocasiona sofrimento.

“Sofrimento esse que encontra-se na condição humana, uma espécie de vertigem diante da nãdificação da condição humana, quando o ser se confronta com a angústia de sua própria finitude de ser desmunido, inacabado e incompleto”. (NÓBREGA; FONTES; PAULA, 2005, p.2)

Para identificar essas mulheres que buscam auxílio ou até mesmo entender sobre si e o seu estado, vamos analisar a ONG *Temos que falar sobre isso*, mais especificamente a seção de desabafos anônimos. A fonte escolhida é um espaço de relatos anônimos para dar voz a mulheres e mães que encontram-se em várias situações, dentre elas: transtornos ligados à saúde mental na maternidade e no período perinatal, dificuldades durante a gravidez, sofrimento psíquico intenso, violência e abuso, entre outros.

São desabafos de mulheres que desamparadas encontram ajuda ou apoio para falar sobre questões existenciais. A ONG mostra outros sentidos possíveis perante a maternidade que na maioria das vezes não são relatados pelas mídias hegemônicas. Em uma mídia alternativa, por meio do anonimato, e em busca de se distanciar de discursos institucionalizados, buscamos compreender como mulheres normalmente silenciadas materializam seus discursos nos desabafos.

Pensar no sujeito feminino como um ser construído historicamente é um dos pilares para o entendimento dos discursos sobre o papel que a mulher ocupa na sociedade. Dentro disso, esta pesquisa acaba por ser um desdobramento de um estudo anterior sobre a imprensa feminina, principalmente no caso da revista *O Cruzeiro*, que trazia conteúdos voltados predominantemente para mulheres, como testes psicológicos, horóscopo, consultório sentimental, dicas de beleza e receitas, entre outros assuntos considerados “femininos” para a época.

No consultório sentimental *Da Mulher para a Mulher*, "as cartas, seja solicitando as mais diversas informações e serviços, seja elogiando ou criticando, funcionavam como

realimentadores indispensáveis ao processo de produção da imprensa feminina". (BUIIONI, 1986, p. 23).

A mulher se transformava no sujeito da revista feminina sendo sua companheira, conversando com ela sobre os seus problemas cotidianos e dilemas que envolvem a vida da leitora. Naquele período, a imprensa feminina fazia o papel de conselheira das mulheres e formadora de opinião.

Em *O Cruzeiro*, no consultório sentimental, a demanda da escrita era sem fala, pois apareciam somente fragmentos da pergunta ou o que era entendido pela consultora. O poder de fala para responder as leitoras se concentrava nos discursos proferidos pela mulher - cuja identidade era desconhecida - para relatar sua opinião em seus conselhos.

Hoje estamos lidando com um outro fenômeno a partir da ONG *Temos que falar sobre isso*. As mulheres têm o poder de fala a partir dos seus desabaços. Ainda continuamos com o anonimato, mas com uma configuração diferente. Nos relatos elas recorrem à escrita para falarem sobre si, e não alguém fala por elas como em *O Cruzeiro*.

Partimos do pressuposto de que esses discursos produzem um deslocamento em relação ao que é falado tradicionalmente sobre maternidade. A partir deste pensamento, indagamos: Quais são as condições de produção, dentro do arquivo analisado, que permitem que esses discursos sejam produzidos? Acreditamos que podem haver mudanças no estatuto da família, nas relações de gênero e na própria constituição de sentido do que é ser mulher.

O objetivo geral deste estudo é analisar os discursos na seção de desabaços anônimos na ONG *Temos que falar sobre isso*. Já como objetivos específicos, busca-se entender a configuração desses discursos nas suas relações com os sentidos de família, gênero e mulher; analisar a tensão, se houver, entre repetição e efeito metafórico (deslocamento) em cada uma das falas femininas e identificar se há um efeito bandeira ou hegemônico a partir desses discursos.

Partindo do princípio de que todas as oralidades são constituídas historicamente, no primeiro capítulo, em sua primeira parte, será feito um mapeamento da história do sujeito feminino e como o papel da mulher e da mãe tem suporte em discursos normatizados ao longo da história. Ainda no primeiro capítulo, serão explanadas as questões sobre a maternidade e como a ambiência das redes possibilita a subjetividade feminina.

No segundo capítulo, intitulado "O silêncio feminino: quando é possível falar de si?", remeteremos aos espaços que não eram interditados e que as mulheres buscavam para falar de si próprias na história, além de explicitar algumas das formas enunciativas para redigir o discurso de si mesmas. Posteriormente, levantamos as questões metodológicas da

Análise de Discurso, sobre a escolha da ONG como objeto de análise e as justificativas das escolhas feitas para a realização da pesquisa.

"Amo meu filho, mas odeio ser mãe" é o nosso capítulo de análise dos sentidos atribuídos à maternidade, questões femininas e suas implicações.

Seguimos a linha de reflexão de Pêcheux-Orlandi como aporte teórico-analítico da Análise de Discurso (AD). Na AD busca-se compreender a língua como estrutura de sentidos. Essa disciplina, por meio do exercício simbólico, remete ao estudo de entender a capacidade do homem de significar e significar-se, explica Orlandi (2005).

Entre o confronto do político e do simbólico, a AD questiona a Linguística pela historicidade que ela anula. Da mesma maneira, instiga para as Ciências Sociais demandando a explicação sobre qual linguagem elas se assentam. “Dessa maneira, os estudos discursivos visam a pensar o sentido dimensionando no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística”. (ORLANDI, 2005, p.14)

Trabalhamos também com os enunciados na perspectiva de que toda estrutura enunciativa é suscetível a tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido. É nesse meio que a AD pretende trabalhar. Pois “o discurso não se dá na evidência de encadeamentos; é preciso desconstruir a discursividade para tentar apreendê-lo”. (MALDIDIER, 2003p.24)

Pêcheux (1997) nos ensina que toda sequência de enunciados é, pois, na linguagem, como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, dando possibilidades de compreensão. Pêcheux (2014) também salienta que a natureza de toda formação discursiva é acobertar, dentro da transparência do sentido em que ela se estrutura. A contradição instaurada no interdiscurso, portanto, é o que define a formação discursiva com função de acobertar. Além do quê, dentro da materialidade “reside o fato de que algo fala sempre antes em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. (PÊCHEUX, 2014, p.149)

Por fim, nossa proposta é considerar os sentidos da maternidade como uma prática discursiva que organiza a subjetividade, visto que a função do analista e o seu compromisso enquanto pesquisador é justamente pôr luz sobre os fatos resistentes, tornando visível o seu mecanismo de produção.

## 2 SER MULHER: A EDIFICAÇÃO DO SUJEITO FEMININO NA HISTÓRIA

Segundo Del Priore (2005), no Brasil colônia a Igreja ditava sua doutrina para a existência da mulher apenas para cuidar da casa, lavar roupa e servir ao chefe da família com o seu sexo. No casamento, o amor-paixão era visto como inimigo e atos sexuais relacionados ao prazer eram condenáveis. Só eram permitidos caso houvesse a finalidade de procriação.

“As práticas patriarcais e machistas, ao se transplantarem para a colônia trazem em seu bojo a mentalidade de uma desigualdade profunda entre os sexos. Ao homem a vida na rua, a vida pública. Para a mulher, a vida em casa, na privacidade”. (DEL PRIORE, 2005, p.107).

A história do sujeito feminino dependeu-se muito das representações masculinas. Admitir que a história é construída e arquitetada a partir de uma hierarquização e diferença entre os sexos possibilita um entendimento mais claro sobre o papel da mulher na sociedade. Mostrar como os resultados das interpretações e representações do sujeito feminino é de extrema relevância, pois explica o fato dos sentidos atribuídos sobre mulheres e homens na sociedade serem tão distintos.

Rousseau (1712-1778), filósofo do século XVIII, qualifica a palavra em nome do sexo, desmerecendo a palavra feminina.

As mulheres têm a língua flexível, elas falam mais cedo, mais facilmente e mais agradavelmente que os homens. O homem diz o que sabe, a mulher diz o que agrada; um para falar tem a necessidade do conhecimento, o outro do gosto; um deve ter como objeto principal as coisas úteis; a outra as agradáveis. (ROUSSEAU, 1712-1778, p. 213)

Remetendo à ordem do Gênesis – livro bíblico –, Rousseau (1712-1778) salienta que a mulher "aparece" depois que se modelou o homem, e que esta precisa de um companheiro. Ademais, define longamente o homem como uma criatura ativa, forte, corajosa e inteligente, pensando na diferença sexual apenas sob a forma de "complemento".

Rousseau (1712-1778) estabelece logicamente como postulado que a mulher é naturalmente fraca e passiva. No entanto, contra toda prudência metodológica, não fala de postulado, mas de “princípio estabelecido”. Só o homem detém a faculdade dos princípios, e por isso ele constitui um fim absoluto. A natureza feminina é, propriamente falando, "alienada" pelo e para o homem. Sua essência, sua finalidade, sua função são relativas ao homem. A mulher é feita não para si mesma, mas para agradar ao homem, para ser subjugada

por ele, para lhe ser agradável, para ceder e para suportar até mesmo a sua injustiça. Logo, essa mulher será uma mãe, pronta para viver pelo e para o filho.

Esta ideia de inferioridade da mulher está muito ligada também às leis do Estado e da Igreja - que na maioria das vezes eram bastante duras -, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal - mas forte - de velhos costumes misóginos. Tudo confluía para um outro objetivo: abafar a sexualidade feminina, que ao rebentar as amarras ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas.

A Igreja exercia o poder sobre o adestramento da sexualidade feminina. A justificativa para a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade. O texto mitológico da Bíblia, mais especificamente na Epístola aos Efésios 1, não deixa dúvidas quanto a isso: “As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja[...]Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos” (BÍBLIA, 2000 p.104). Desse modo, o macho (marido, pai, irmão, etc.) representava Cristo no lar.

Na mitologia cristã, a mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca. Já que a mulher partilhava da essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada.

Quanto às mulheres, que elas tenham roupas decentes, se enfeitem com pudor e modéstia; nem tranças, nem objetos de ouro, pérolas ou vestuário suntuoso; mas que se ornem, ao contrário, com boas obras, como convém a mulheres que se professam piedosas. Durante a instrução, a mulher conserve o silêncio, com toda submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou doutrine o homem. Que ela conserve, pois, o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que, com modéstia, permaneça na fé, no amor e na santidade. (BÍBLIA, 2000, p. 254)

Del Priore (2005) esclarece o pensamento enraizado de que houve uma falha na formação da primeira mulher: ela foi criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. Em virtude dessa falha, a mulher é, portanto, animal imperfeito, de acordo com o pensamento defendido pela Igreja.

Ao homem a inteligência, capacidade de raciocinar, razão lúcida; e a mulher é aquela que detém os sentimentos, coração e sensibilidade, pontua Perrot (1988).



Essas considerações remetem a duas questões importantes. A construção da imagem feminina a partir da natureza e das suas leis implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce, etc. Aquelas que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Entretanto, muitas qualidades negativas – como a perfídia e a amoralidade – eram também entendidas como atributos naturais da mulher, o que conduzia a uma visão profundamente ambígua do ser feminino. (PERROT, 1988, p. 177)

A construção da mulher como um ser moral ocasionou a sua submissão diante de um conjunto de medidas normatizadoras que asseguram o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe. Se o natural era seguir essas regras e manter o exercício desses papéis, a sua incapacidade e/ou recusa de seguir essas imposições eram vistas como resultantes da especificidade da sua natureza e, concomitantemente, qualificadas como antinaturais.

Greenhlg (1876) situa outra percepção fundamental sobre a especificidade da condição feminina perante a loucura.

No organismo da mulher, na sua fisiologia específica estariam inscritas as predisposições à doença mental. A menstruação, a gravidez e o parto seriam, portanto, os aspectos essencialmente priorizados na definição e no diagnóstico das moléstias mentais que afetavam mais frequentemente ou de modo específico as mulheres. (GREENHLGH, 1876, p. 26)

De acordo com os valores e padrões predominantes nos enfoques psiquiátricos do corpo e da sexualidade feminina, a mulher estaria mais próxima da loucura do que o homem. Embora tal afirmação fosse, muitas vezes, explicitamente formulada pelos alienistas na transição entre o século XIX e o XX, devemos tomar cuidado se quisermos entender a história dos gêneros. Não devemos colocar a mulher como a mais discriminada, sofredora. Nem mais nem menos, porém com o olhar diferente. Essas diferenças não valem apenas para as questões sexuais, mas devem também ser buscadas na teia de sentidos das diversidades sociais, étnicas, religiosas e culturais. Desta maneira, segundo Scott (1991), o campo fica bem mais fértil e instigante.

Para Del Priore (2005), a maternidade era vista como a verdadeira essência da mulher, inscrita em sua própria natureza. Por meio da maternidade a mulher tinha a capacidade de se curar e se redimir perante os desvios. No entanto, para a mulher que não quisesse ou não pudesse engravidar – aos olhos do médico um ser físico, moral ou psiquicamente incapaz – não haveria salvação e ela acabaria, cedo ou tarde, afogada nas águas turvas da insanidade.

Acreditava-se que por natureza, na mulher, o instinto materno anulava o instinto sexual. Consequentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria, inevitavelmente, anormal. Entretanto, mesmo que a mulher não sentisse o desejo, deveria manter relações sexuais com seu esposo, pois se não as fizessem, impediria a maternidade.

Perrot (1988) esclarece que mais do que a razão de ser de sua existência, ser mãe era considerado - mesmo pelos adeptos da frigidez natural feminina - a única via para salvar a mulher do perigo sempre iminente de cair no pântano insondável das doenças. As origens e efeitos dessas enfermidades eram caracterizados pelo entrelaçamento de elementos físicos, psíquicos e morais. A ideia de que o destino de toda mulher estava (ou deveria estar) fadado à maternidade acabaria por fundamentar uma outra perspectiva presente no pensamento médico do século XIX até o início do XX. Esta perspectiva reconhecia não apenas a existência do desejo e do prazer sexual feminino, mas também a necessidade - e em alguns casos, o direito - da mulher poder concretizá-los.

Embora a ideia de que a mulher seria um ser assexuado ou frígido tenha sido bastante difundida entre os médicos brasileiros do século XIX, alguns deles reconheciam, explicitamente, a existência do desejo e do prazer sexual na mulher. Entre os muitos desdobramentos decorrentes da transformação do casamento em uma instituição higiênica, temos não apenas o reconhecimento, mas até mesmo o estímulo à sexualidade feminina, enfatiza Costa (1979).

Para os médicos, a ausência ou a precariedade da vida sexual poderia resultar em consequências funestas para as mulheres, como o hábito da masturbação, causador de esterilidade e aborto, ou o adultério. Assim como a ausência ou insuficiência de vida sexual, os excessos ou perversões na realização do desejo e do prazer conduziriam as mulheres fatalmente aos mesmos temidos destinos.

A sexualidade só não ameaçaria a integridade física, mental e moral da mulher caso ela se mantivesse aprisionada nos estreitos limites entre o excesso e a falta, e circunscrita ao leito conjugal. Ademais, ao priorizarem o cumprimento dos deveres da maternidade (gestação, amamentação, etc) como característica indispensável da mulher saudável e incompatíveis com o pleno exercício da sexualidade, os médicos restringiam a disponibilidade feminina para as práticas e prazeres sexuais, criando um impasse que acreditavam resolver afirmando a existência do gozo sexual através da amamentação:

A natureza, providente, teve a sabedoria de colocar o prazer, onde o exercício de uma função é indispensável à vida e à dor quando suas leis são desprezadas. A mãe que cria sente correr com delícia o leite através dos canais que o devem levar à boca

de seu filho; como no ato da reprodução ela tem muitas vezes eretismo, voluptuosidade: basta somente que ele lhe estenda os ternos bracinhos para que os seus seios se ingurgitem e que o leite seja ejaculado com força. (MEIRELLES, 1874, p. 264)

Não somente a questão da maternidade, mas um conjunto de fatores colocam a mulher em posições distintas ao homem. Bourdieu (2003) esclarece que enquanto uma construção social, o sujeito feminino se fez pequeno em relação à dominação masculina se comparado aos gestos, ao corpo e às atitudes da mulher que são moldadas pelo corpo social.

A postura submissa que se impõe às mulheres [...] revela-se em alguns imperativos: sorrir, baixar os olhos, aceitar as interrupções, etc. [...] as pernas que não devem ser afastadas, etc, e tantas outras posturas que estão carregadas de uma significação moral (sentar de pernas abertas é vulgar, ter barriga é prova de falta de vontade, etc.). Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena” [...], mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível, limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo, sobretudo em lugares públicos. Essa espécie de confinamento simbólico é praticamente assegurada por suas roupas (o que é algo mais evidente ainda em épocas mais antigas) e tem por efeito não só dissimular o corpo, chamá-lo continuamente à ordem (tendo a saia uma função semelhante à sotaina dos padres) sem precisar de nada para prescrever ou proibir explicitamente [...]: ora com algo que limita de certo modo os movimentos, como os saltos altos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos, e sobretudo a saia que impede ou desencoraja alguns tipos de atividades (a corrida, algumas formas de se sentar, etc.); ora só as permitindo à custa de precauções constantes, como no caso das jovens que puxam seguidamente para baixo uma saia demasiado curta, ou se esforçam por cobrir com o antebraço uma blusa excessivamente decotada, ou têm que fazer verdadeiras acrobacias para apanhar no chão um objeto mantendo as pernas fechadas.. [...] E as poses ou as posturas mais relaxadas, como o fato de se balançarem na cadeira, ou de porem os pés sobre a mesa, que são por vezes vistas nos homens – do mais alto escalão – como forma de demonstração de poder, ou, o que dá no mesmo, de afirmação são, para sermos exatos, impensáveis para uma mulher (BOURDIEU, 2003, p. 39).

Por outro lado, Beauvoir (1970) sustenta que a implicação da construção social acerca do papel feminino é traçada em seus fatores influentes, como o biológico, o social, o histórico e a psique. A mesma ressalta a colocação da mulher nesse lugar, a qual ela chamava de feminino, sendo uma visão social tida como algo intrínseco a todas as mulheres. Isso provoca vastas limitações, acomodações e complexidades na independência desse gênero para com as ideologias sustentadas pela sociedade hegemônica, as quais enquadram e excluem os sujeitos incumbidos aos dois polos de gêneros.

## 2.1 MULHER E SOCIEDADE

No começo do século XX, a maioria do proletariado no Brasil era constituída por mulheres e crianças. A imagem que se transmitia das mulheres que trabalhavam nas fábricas

era de indesejáveis, perigosas, mal amadas e frágeis. Essa era a visão passada por jornalistas, médicos, juristas e autoridades públicas. A maior parte do material que foi documentado e que sabemos desta época foi feita por homens.

Isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com a própria percepção de sua condição social, sexual e individual. Não é à toa que, até recentemente, falar das trabalhadoras urbanas no Brasil significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal. (DEL PRIORE, 2000, p. 485)

As operárias, em sua maioria imigrantes europeias, correspondiam à mão de obra barata e em massa. No ano de 1901, “a situação da indústria no estado de São Paulo constatou que as mulheres representavam cerca de 49,95% do operariado têxtil, enquanto as crianças respondiam por 22,79%. Em outras palavras, 72,74% dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças”. (DEL PRIORE, 2000, p. 486)

Mesmo com a grande participação feminina nas primeiras fábricas, elas foram gradativamente sendo substituídas por homens. As mulheres são expulsas dos estabelecimentos fabris ao mesmo tempo em que a industrialização progride e incorpora como força de trabalho a presença masculina. Os números mostram que em 1872 as mulheres constituíam 76% do quadro de funcionários das fábricas. Já em 1950, passaram a compor apenas 23%, argumenta Pena (1981).

São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para tentar buscar seu lugar no mundo do trabalho. No ramo dos negócios, independentemente da classe social, a resistência era grande. “Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra vários obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como ‘naturalmente masculino’”. (DEL PRIORE, 2000, p. 487). E essas barreiras não se limitavam apenas ao trabalho feminino fora de casa; o menosprezo começava no seio familiar. O desejo de trabalhar e conseguir sua independência batia de frente com o desejo dos pais que almejavam que as suas filhas buscassem um “bom partido” para lhes assegurar um bom futuro.

Diante desse cenário, o passado da mulher trabalhadora sempre se apoiou ao discurso de vitimização e o que a imprensa operária disseminava. O que Rago (1985) afirma é que no caso feminino a associação com o trabalho permeia a moralidade social. A honra da operária estaria sendo ameaçada no universo trabalhista.

As fábricas eram considerados lugares de perdição e vistos como bordéis, pois a imagem construída da mulher nesse ambiente era de frágil e passiva. Essa ideia está vinculada ao lugar em que a sociedade a colocou, ou seja, cabe a ela apenas o espaço da vida privada.

O papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (RAGO, 1985, p. 55).

O pensamento da época é que o trabalho para o sexo feminino iria destruir os lares. As esposas deixariam de ser amáveis e dedicadas, e muitas deixariam de se interessar pelo matrimônio e pela maternidade.

Muito influenciadas pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, pelo pensamento médico vitoriano e por concepções religiosas, as elites intelectuais e políticas do começo do século XX procuraram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, justamente no momento em que a crescente urbanização das cidades e a industrialização abriam para elas novas perspectivas de trabalho e de atuação. Estava formando a moderna esfera pública, espaço em que as novas formas de interação social, bem como as relações entre mulheres e homens, passavam a se pautar por modelos europeus, especialmente franceses e ingleses. (DEL PRIORE, 2000, p.500)

É importante enfatizar que a relação entre os sexos - e conseqüentemente o lugar da mulher na família e na sociedade como um todo - está inserida dentro de uma estrutura de dominação. Ao buscar a história da mulher na sociedade, observamos o quanto a sua condição social está entrelaçada às mudanças econômicas e aos interesses políticos de uma classe dominante.

A expansão do capitalismo, a posterior valorização da atividade produtiva, o reconhecimento do sujeito pela sua capacidade de produzir e o remanejamento por meio do trabalho a fim de assegurar a sobrevivência da família introduziram modificações nas relações sociais. Estas, por conseguinte, refletem nas relações familiares e nos papéis femininos e masculinos no corpo social.

Essas funções destinadas aos sexos muitas vezes não se aplicam às mulheres pobres. O pouco salário que o esposo trazia para casa não era suficiente para suprir as necessidades básicas. Por isso, ela ficava entre a cruz e a espada, a ponto de ter que suportar o título de “mulher pública” caso fosse para a rua trabalhar.

Em vez de ser admirada por ser “boa trabalhadora”, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário.

As mulheres que trabalhavam com serviços tradicionalmente femininos, como por exemplo lavadeiras, engomadeiras e costureiras, não sofriam tanta discriminação se comparadas com as operárias industriais. No entanto, mesmo nessas situações as pessoas as julgavam como mães omissas por deixarem seus filhos com os avós, esclarece Moura (1982).

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa. (MOURA, 1982, p. 37)

A dupla jornada de trabalho existiu para a maior parte delas. O trabalho no campo ou na cidade, em casa ou nas ruas era acrescido de muitas outras tarefas fundamentais para a estabilidade da família, também afirma Del Priore (2000).

Neste novo contexto do século XX, as mulheres chefes de família representavam 40%, salienta Del Priore (2000). O raro registro dos divórcios impediu que fossem quantificados. No entanto, as separações eram recorrentes devido ao fato de que muitas sustentavam suas casas e não tinham reconhecimento por parte da sociedade e de seu próprio marido. Naquele período, mais da metade da população se casava sem passar pelo padre, tinha filhos sem certidão de nascimento e se separava sem o divórcio, afirma Del Priore (2000).

Interessante comentarmos que o homem que não queria mais viver com sua esposa poderia simplesmente sumir, esperando que sua mulher desse conta de sustentar a família. No entanto, se sua mulher não sáísse tranquilamente de sua vida, o homem podia tomar medidas mais enérgicas.

Ademais, Del Priore (2000) também coloca que nem todas as mulheres eram vítimas. Muitas abandonavam seus lares para desafiar seus maridos ou investir em um projeto pessoal. No entanto, de forma diferente dos homens, elas não expulsavam seus companheiros de casa com frequência. Perante a sociedade a esposa não poderia expulsar seu marido, por conta da opinião alheia e principalmente pela fragilidade de seu *status* legal.

A ela nenhum direito aos bens do seu companheiro; se era casada, dependia da autorização de seu marido para a prática de qualquer ato legal. A mulher “abandonada” recomeçava a vida com mais desvantagens do que o homem em situação semelhante.

Quando o tema é maternidade, nas camadas de classe baixa da população as mulheres pobres conviviam com uma realidade completamente diferente da burguesia. O

cuidado das crianças cabia, conforme os ditados da divisão tradicional de trabalho, à mulher. Porém, esta não era sempre a mãe biológica. Quando nos referimos à maternidade nas classes baixas, não podemos de mencionar a participação das avós, criadeiras e mães de criação. Isto é, esses adultos que cuidavam das crianças funcionavam como uma rede cuidadora para que os pais pudessem trabalhar, discorre Samara (1986).

Ainda era essencial uma mulher ter filhos para fortalecer sua rede social de apoio. Contudo, as crianças que quando pequenas dependiam dessas redes para sobreviver, seriam as mesmas que alguns anos mais tarde assumiriam a responsabilidade pelo sustento dos mais velhos ou mais fracos da rede.

Era também evidente que alguns adultos tiravam benefício da situação, não há dúvida. O jovem começava a trabalhar em torno de oito ou nove anos de idade fazendo serviços domésticos, de mensageiro ou aprendiz. Todo dinheiro arrecadado era para o sustento da família.

A intenção de colocar seu filho sob a guarda de outra pessoa não impedia as mulheres de apelarem para a noção de “amor materno”, nem os homens de enfatizar a importância da boa educação moral que supostamente só eles podiam garantir aos filhos. Não estavam sendo necessariamente não-sinceros. Simplesmente pautavam uma visão particular da responsabilidade paterna e/ou materna em que a afeição “no sentido de acompanhamento pessoal e íntimo dos filhos” não era prioritária. Sua responsabilidade era zelar pelo bem de seu filho, não necessariamente de conviver com ele. A identidade familiar, centrada nos laços de sangue, era garantia suficiente para saber que, a longo prazo, o vínculo não seria rompido. (SAMARA, 1986, p. 75)

Alguns assuntos que permeiam a realidade feminina e sua história são de extrema importância. Isso se justifica porque falar sobre o papéis femininos significa traduzir algumas práticas específicas que por um jogo de compensações, de interferências ou de significações simbólicas terminam por desenhar os traços de uma cultura feminina construída à margem da imagem masculina.

Nessa mesma perspectiva, o jogo das oposições simbólicas entre o masculino e o feminino com significações diferentes ao longo da história, cristalizaram papéis sexuais que solidificaram lugares opostos para os sexos na sociedade.

Por conta disso, nossa visão antes de mais nada recorre à abordagem sócio-histórica para compreender como hoje, em nosso objeto empírico, pode haver resquícios de discursos normatizados no corpo social.

## 2.2 MULHER E FAMÍLIA

Recorremos à conceituação clássica de Lévi-Strauss (1972) para compreender o significado da palavra "família" para adiante interpretarmos a relação entre a mulher e o seu papel na mesma. Este termo é utilizado para caracterizar um grupo social originado no casamento, formado por marido, esposa e pelos filhos gerados com membros unidos por laços legais, direitos e obrigações econômicas, religiosas, entre outras.

Para Lévi-Strauss (1972), a família possui uma diversidade de sentimentos psicológicos, dentre eles o amor, afeto, respeito e medo. Este agrupamento também se configura por meio de três tipos de relações: aliança entre o casal, filiação e consanguinidade. Estes enlaces remetem à ideia de que o conceito defendido está ligado ao conceito de parentesco.

Neste modelo sobre o que é família, a mulher ocupa um lugar importante, seja pelo exercício da maternidade - sendo sua identidade principal vinculada a ela - ou devoção ao marido. A esposa é fixada como peça principal a qual sem a unidade familiar não sobrevive, explica Favaro (2007).

A Teoria do Patriarcado, de acordo com Peterson (1999), contribuiu para o processo de subordinação feminina e a necessidade masculina de dominar as mulheres, cuja sua intenção era transcender sua privação dos meios da reprodução da espécie.

Entretanto, o patriarcado, para Badinter (1986), não se desenha a partir da família baseada no poder masculino, mas por meio de uma conjuntura social que cria o poder do pai. Este processo faz com que paulatinamente as mulheres assumam *status* de bens, constituindo-se na característica fundamental da sociedade patriarcal e no estrito controle da sexualidade feminina. Lembrando que:

Ao nosso entender, uma análise da família brasileira deve [...] levar em conta [...] a questão conceitual, o uso do termo "família", a pluralidade de organização e a própria representatividade do casamento que, ao que tudo indica, era uma opção para apenas uma parcela da população. Terá, portanto, o pesquisador que se defrontar com esses problemas, bem como com a questão da bastardia, dos concubinatos e das uniões esporádicas, que revelam imagens bem mais realistas do comportamento e do modo de vida da população no passado. A oposição de imagens é evidente – de um lado o casamento, a moral e a própria submissão e a castidade da mulher; do outro, o alto índice de ilegitimidade, a falta de casamentos e a insatisfação feminina revelada nos testamentos e nos processos de divórcio. Obcecados pelo ideal de recato, moral e pureza, historiadores e romancistas exageraram nesse quadro, estabelecendo estereótipos que se enraizaram até o presente (SAMARA, 1987. p. 32-33)



No século XIX as famílias demonstravam sua “distinção social”, entre outras coisas, pela dedicação de suas mulheres exclusivamente aos papéis familiares. Os jornais escreviam para essas pessoas, definindo novas formas de comportamento. Em inúmeros textos dos periódicos, virtudes e defeitos femininos eram apresentados, assumindo formas de poemas, provérbios, comentários, notícias e piadas. De maneira geral, referiam-se a uma “natureza feminina” ora valorizada, ora criticada.

Os jornais da época tinham como função a doutrinação do pensamento feminino. Em 1888, o *Jornal do Comércio*, por exemplo, apontava os “Dez mandamentos da mulher”:

1° - Amai a vosso marido sobre todas as coisas. 2° - Não lhe jureis falso. 3° - Preparai-lhe dias de festa. 4° - Amai-o mais do que a vosso pai e a vossa mãe. 5° - Não o atormentais com exigências, caprichos e amuos. 6° - Não o enganeis. 7° - Não lhe subtraiais dinheiro, nem gasteis este com futilidades. 8° - Não resmungueis, nem finjais ataques nervosos. 9° - Não desejeis mais do que um próximo e que este seja o teu marido. 10° - Não exijais luxo e não vos detenhais diante das vitrines.(JORNAL DO COMÉRCIO, 1988, p.33)

Estes mandamentos deveriam ser um guia para as mulheres, como uma receita para preservar um bom casamento e harmonia familiar. Inúmeras notas iguais a essa eram divulgadas nos jornais desde a segunda metade do século XIX. A partir da década de 80 se tornaram mais frequentes.

A mídia da época contribuía massivamente para a normatização desses valores, principalmente o *Jornal do Comércio*, que considerava a “mulher boa” aquela que conservava a felicidade familiar.

A mulher boa, meiga mas ignorante, pode – ainda assim - tornar o lar doméstico um asilo casto, uma enseada tranquila. A mulher doce, carinhosa, mas instruída, de talento, com a dupla chama imaterial do amor e da inteligência a flamejar-lhe no coração e no cérebro, essa tornará o recinto da família prestigioso como um templo invencível como as mais roqueiras cidadelas. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1986, p.24)

No século XIX, com o surgimento da nova família “civilizada”, não caberia dentro dela mais que pai-mãe-filhos. Assim, a imagem da sogra passou a vir associada a características negativas na década de 80.

As mães e mulheres, que antes eram vistas como as responsáveis pela harmonia da casa, passavam a ser percebidas como estorvo ao se tornarem sogras. Além disso, não se tratava de qualquer sogra, mas a do homem, o mesmo que escrevia nos jornais. Possivelmente foi com essa preocupação que estes veículos se empenhavam, de maneira acintosa, em ridicularizá-las.

Nesse processo de demarcações de lugares dentro da família, também houve um movimento de reclusão progressivo, onde pessoas se retiraram do espaço público para investirem no espaço do “lar doce lar”. Auxiliado por educadores e moralistas, este modelo se disseminou do alto para baixo na pirâmide social, e a criança foi uma peça-chave. A obrigação de educar os filhos para o futuro fez com que seus pais virassem as costas às antigas sociabilidades da rua e do parentesco extenso, entregando-se à privacidade do lar e do seu complemento, a escola. A nova visão da família se tornou brasão da burguesia, legitimando uma distinção que se alastrava das sensibilidades para a vida material.

D’Incao (1989) pontua que a vida burguesa se estrutura nas vivências domésticas. Um sólido ambiente familiar, um lar acolhedor, filhos educados e a esposa dedicada ao marido, sendo também sua companheira na vida social, são considerados um ambiente familiar perfeito.

O desenvolvimento das cidades e da vida burguesa no século XIX e começo do século XX influenciou na disposição do espaço no interior da residência, permitindo a construção de um ambiente mais aconchegante. Isso gerou um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade.

Reuniões tradicionais, festas, comunidades, serenatas e até a vida boêmia sofreram proibições, admite D’Incao (1989). Para o nosso entendimento, essa modernização da cidade resultou tanto na formação do Estado Moderno quanto nas mudanças econômicas que remodelaram a vida familiar. A partir das ideias do ser civilizado - importadas dos franceses e europeus - estabeleceram-se delimitações de lugar público, onde a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado, a casa.

A valorização da vida doméstica, como coloca D’Incao (1989), ocorreu ao mesmo tempo em que as casas mais ricas funcionavam como “espaços públicos”. Isso porque as salas de visita e os salões - espaços intermediários entre o lar e a rua - eram abertos de tempos em tempos para a realização de saraus noturnos, jantares e festas.

Nesses cômodos, a ideia de intimidade se ampliava. A família, em especial a mulher, ocupava um lugar para ser avaliada pelos convidados. A mulher burguesa começou a frequentar cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. “Se agora era mais livre – a convivência social dá maior liberalidade às emoções -, não só o marido ou o pai vigiavam seus passos. Sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade”. (D’INCAO, 1989, p. 198).

A possibilidade do ócio entre as mulheres de elite incentivou a absorção das novelas românticas e sentimentais consumidas entre um bordado e outro, receitas de doces e

confidências entre amigas. As histórias de heroínas românticas, langorosas e sofredoras acabaram por incentivar a idealização das relações amorosas e das perspectivas de casamento.

Massani (1989) também expõe que as mulheres casadas ganhavam uma nova função: “contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs, e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães”. (MASSANI, 1989, p. 89). Cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família "burguesa e higienizada”.

Del Priore (2000) interpreta que agora, mais do que nunca, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Elas possuíam um capital simbólico relevante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público. Este, aparentemente autônomo, que lida com questões políticas e econômicas, na verdade estava rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social.

Nos dias atuais, consonante à percepção de Grant (2001), a entrada da mulher no universo profissional, o poder de decisão de ter ou não filhos em decorrências de métodos contraceptivos, o divórcio e a possibilidade de novos enlances amorosos e o lugar da mulher na família contemporânea se modificou.

Na família contemporânea, tenha o casal filho ou não, cada vez mais se confundem os papéis do homem e da mulher na vida conjugal. Na mesma sintonia, a estrutura familiar tradicional com o pai como o único provedor e a mãe como única responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com os filhos, se alterou. O que vem ocorrendo na maioria das famílias brasileiras de nível socioeconômico médio é um processo de transição, no qual pais e mães compartilham as tarefas referentes à família, mais precisamente em relação aos filhos, esclarece Wagner, Predebon, Mosmann&Verza (2005); Fleck&Wagner, (2003).

Por fim, é importante destacarmos que a família patriarcal que referencia o protótipo da família no Brasil não representa a maioria das famílias. Sugere-se, assim, que nas sociedades complexas não é correto imaginar um só modelo familiar que se distribua de forma homogênea entre todas as camadas sociais. As diferentes classes correspondem a diferentes versões da família. O reconhecimento dessas “outras” dinâmicas familiares é essencial para controlar o moralismo inerente ao olhar escrutinador – classificador e normatizador – da ciência.

### 2.3 MULHER E GÊNERO

A diferença entre os sexos, pautada em justificativas fisiológicas, percorreu toda a história da humanidade, pensamento este que podemos chamar de androcentrismo.

O androcentrismo é uma maneira de colocar o sexo masculino como o centro do universo, assim os homens são classificados como o sujeito capaz de governar, racionar e estabelecer justiça, segundo Moreno (1999). Ao oposto disso, as mulheres seriam guiadas pelas emoções, pouca capacidade de discernimento e genialidade, explica Soihet (2007).

A partir dessa compreensão entende-se que as mulheres eram vistas como um ser inferior e submisso. Portanto, era de responsabilidade do homem ser o provedor da família e governar a sociedade. São eles também os que detêm poder, os meios de comunicação e de produção, as técnicas e a ciência, enfatiza Moreno (1999).

A visão androcêntrica é compartilhada tanto por homens como por mulheres no seio da sociedade, e muitas vezes de forma inconsciente. Isso se dá pelo fato de haver uma construção histórica de cada sociedade e cultura que assimila um estilo a ser transmitido para os sujeitos. “Estes padrões ou modelos não são os mesmo para todos os indivíduos; existem uns para o sexo feminino e outros para o masculino, claramente diferenciados” (MORENO, 199, p. 29)

Desta maneira, tanto o sujeito feminino como o masculino carregam consigo traços externos que possibilitaram a criação de uma representação de si e do mundo. Em função disso, é significativa a problematização das relações de gênero em nossa sociedade.

O conceito de gênero veio de forma oportuna para estudar a organização social e as diferenças entre os sexos, buscando evidenciar o caráter social e relacional que permeia a definição do masculino e feminino. Questionar as relações de gênero significa chamar a atenção para “uma parte da humanidade que estava na invisibilidade – as mulheres –, e, seu uso assinala que tanto elas quanto os homens são produtos do meio social e, portanto, sua condição é variável” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 288).

Para Butler (2003), a análise discursiva do gênero transpassa inúmeras possibilidades de significantes inimagináveis e praticáveis do gênero na cultura. “Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada”. (BUTLER, 2003, p. 26). Para a autora, existem limites que se fixam em torno de um discurso cultural hegemônico, sendo este pautado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem

da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero.

Butler (2003) também esclarece que apesar dos cientistas sociais se referirem ao gênero como um “fator” ou “dimensão” da análise, ele também é aplicado a pessoas reais como uma “marca” de diferença biológica, linguística e/ou cultural.

Nestes últimos casos, o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe *em relação* a outro significado oposto. Algumas teóricas feministas afirmam ser o gênero “uma relação”, aliás um conjunto de relações, e não um atributo individual. Outras, na senda de Beauvoir, argumentam que somente o gênero feminino é marcado, que a pessoa universal e o gênero masculino se fundem em um só gênero, definindo com isso as mulheres nos termos do sexo deles e enaltecendo os homens como portadores de uma personalidade universal que transcende o corpo. (BUTLER, 2003, p.27)

Como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não revela um ser substantivo, mas um ponto pertinente de ligação entre esquemas únicos de relações culturais e historicamente divergentes.

Butler (2003) aponta que a heteronormatividade prevalente na contemporaneidade se assenta na concepção binária dos sexos e dos gêneros. A compulsão heteronormativa estipula ainda que caracteres sexuais anatômico-fisiológicos, as nomeações sociais de gêneros, os desejos e práticas sexuais devem ser concordantes.

Para Beauvoir (1970), o “sujeito”, na analítica existencial da misoginia, é sempre já masculino, fundido com o universal. Diante disso, diferencia-se de um “outro” feminino que está fora das normas universalizantes que constituem a condição de pessoa inexoravelmente “particular”, além de corporificar e o condenar à imanência.

No entanto, Irigaray (2002) critica o posicionamento de Beauvoir (1970) em relação à associação do corpo com o feminino, na medida em que este é tratado como uma máquina de relações mágicas de reciprocidade. Assim, o sexo feminino se torna preso ao seu corpo, e o corpo masculino, plenamente renegado, torna-se paradoxalmente o instrumento incorpóreo de uma liberdade ostensivamente radical.

Beauvoir (1970) aponta, segundo Irigaray (2002), que o corpo feminino deve ser a situação e o instrumento da liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora.

A teoria da corporificação<sup>1</sup> que impregna a análise de Beauvoir é claramente limitada pela reprodução acrítica da distinção entre liberdade e corpo. Irigaray (2002) argumenta que Beauvoir mantém o dualismo mente/corpo mesmo quando propõe uma síntese desses termos. Isto é, é necessário ampliar as noções do feminino para, talvez, conseguir mapear suas significações, e não fechá-lo em conceituações.

Constatamos, a partir das concepções acima, que a mulher sempre foi uma criatura indescritível, desde sua formação fisiológica até suas nuances mentais e psicológicas. Porém, na maioria das vezes aparece junto a um olhar masculino, dominação masculina e sendo guiada ao longo da história pela medicina, psiquiatria, estudos sobre comportamentos e como uma figura abaixo do homem, nunca ao lado.

Por esse motivo, o Movimento Feminista nasce como uma alternativa de luta para as mulheres se libertarem de amarras sobre seu papel na sociedade.

Os estudos feministas são de grande importância para entender o feminismo como uma resistência da mulher nos tempos atuais. As transformações sociais mediadas pelos meios de comunicação estão colocando em pauta discussões sobre a Quarta Onda do Movimento Social Feminino, mais especificamente do ativismo digital.

A luta da mulher pela equidade instaurada desde o século XVII como Ondas do Movimento Feminista traz em seu curso discursos, pautas e articulações que necessitam de novos significantes e remodulações sobre o sentido feminino.

Por isso, é relevante registrar aqui a pluralidade contextual do movimento feminista e suas inúmeras nuances. Mulheres de diferentes classes sociais, desejos, perspectivas e necessidades que buscaram dar um fim na opressão e demais situações que lhe roubavam o domínio sobre seus próprios caminhos.

Hoje, o ciberfeminismo, que pode ser caracterizado pela participação de ativistas do movimento social feminista, mas também por aquelas mulheres que não possuem um conhecimento prévio acerca da temática, buscam as redes para pautar outros sentidos sobre o sujeito feminino.

Por meio desse ativismo digital, “elas não se resumem necessariamente nesse âmbito. No espaço relacional entre on e off-line no qual elas operam criam-se presenças e vem consolidando uma rede estável de ativismo” (FERREIRA, 2015, p.20). Isto é, com as

---

<sup>1</sup>O ponto fundamental desse debate é que o adoecimento não está necessariamente relacionado às patologias genéricas universais que acometem indivíduos, os quais podem vivê-las diferentemente em diferentes tempos e sociedades. Mas de mostrar que diferentes tempos e sociedades produzem certos tipos de sofrimento que são experimentados no corpo, ou seja, corporificados, na medida em que o corpo é o locus de produção e atualização constante dos sentidos (MERLEAU-PONTY, 1962; JENKINS, 1992; BOURDIEU, 1995, 1999 e 2004).

atualizações dos blogs passaram a promover encontros e assistências promovidas por instituições governamentais.

O ciberfeminismo também seria uma fonte que alimenta o empoderamento feminino, criando oportunidades e geradores de identificação. Ainda não podemos afirmar que estamos vivendo a nova onda feminista, mas com a grande demanda de mulheres ganhando visibilidade cada vez mais se ouve falar em “novo feminismo” ou “quarta onda”. Esses termos geralmente estão sendo utilizados para caracterizar ao feminismo após o advento da internet, explica Cazarré (2016).

Alguns estudos sobre a temática apontam que

teóricos chamam essa nova leva de feministas conectadas de “quarta onda”, uma onda marcada pela popularização e democratização do feminismo na rede ou através dela. As bandeiras são diversas e temas das outras ondas são revisitados – aliás, sua principal característica não é a temática abordada, mas a massificação do feminismo. (CAZARRÉ, 2016, p.21)

O feminismo, como forma de resistência feminina, vem até nosso trabalho como um discurso feminista de que homem tem que sair do lugar construído historicamente e a mulher também. Assim, podemos chamá-lo de um discurso progressista.

Contudo, por meio da materialidade discursiva, várias ancoragens surgiram. Isso mostra que essa suposta “nova onda” impacta diretamente no nosso objeto de estudo e evocam outros discursos apoiados muitas vezes em discursos conservadores.

Em uma tentativa de quebra de sentido, acaba, na maioria das vezes, reforçando o *discurso hideonista*, o *discurso do consumo*, o *discurso da valorização do corpo*, o *discurso neoliberal* e entre outros. A massificação do feminismo nas redes pode funcionar como um realimentador de discursos opressores.

Será que as queixas confidenciais por essas mulheres estão de alguma maneira fazendo um percurso igual um bumerangue, indo e voltando para o mesmo lugar? Saindo de um sistema opressor e apoiando em outro?

São questionamentos importantes nos tempos de hoje. É notável que essas mulheres vivam o momento atual como sujeitos no processo de restituição de si mesmas. O movimento feminista é sim importante, longe de nós de desmerecê-lo. Porém, cremos que para se ter um discurso progressista é necessário romper barreiras e não se estruturar em discursos outros que, mesmo sem perceberem, reafirmar os “velhos discursos” da sociedade patriarcal.

## 2.4 QUERO SER MÃE, NÃO QUERO SER MÃE

Nesta dissertação, pensamos a maternidade como um conjunto de sentidos construídos ao longo da história, que potencializam poderes e contribuem para o surgimento de resistências desse mesmo domínio.

A maternidade nasce como um fenômeno demasiado complexo para qualquer área de conhecimento que busca trazer elementos explicativos para toda a sua dinâmica. Por isso, entendemos que buscar contribuições das diversas áreas é necessário para o entendimento deste fenômeno. Se olharmos para as diferentes formas de exercer o papel de mãe nas civilizações, concluímos que a maternidade é uma atividade multidimensional, como explica Knibiehler (2001).

Apartir dos estudos de Knibiehler (2001), a história da maternidade pode ser explicada por meio de fases principais e se apresenta como a evolução das questões contemporâneas da maternidade. Ademais, salienta-se o papel das mulheres na sociedade, como foi observado por Knibiehler (2001) em seus livros "História das Mães" e "Maternidade no Ocidente".

A palavra “maternidade” não existia na Grécia Antiga. No entanto, a função maternal está presente em mitos, mesmo que às vezes seja subestimada. Um exemplo é quando os deuses negam a barriga de Athena. Na maioria das vezes, a maternidade é atrelada à natureza e à colheita. A ira de uma deusa, privada de sua filha, pode, em suas crenças, causar uma degradação dos campos de trigo.

Os discursos dos estudiosos, por outro lado, colocam as mulheres em posições inferiores às dos homens. Em particular, o trabalho de Platão (1988) influenciou muitos intelectuais. Segundo ele, o útero, "órgão feminino por excelência, está localizado na barriga, longe da alma racional e dos pensamentos nobres" (PLATÃO, 1988, p. 134). Apesar disso, a maternidade também será abordada, neste momento, como um serviço à república, uma aposta coletiva essencial para o futuro e para a sobrevivência da comunidade.

A Roma Antiga ainda carregou os pensamentos gregos colocando a imagem do patriarca em evidência. Dentro desse contexto, o vínculo biológico une a mãe e seu filho. O pai que não o gera, portanto, acaba não sendo identificado, e por isso a lei da época reconhecia o homem que criava as crianças como dono delas.

Logo mais, a herança judaico-cristã traz consigo duas novas representações da mulher: a de Eva, mulher rebelde que comeu o fruto proibido, e a da Virgem Maria, santa



porque não conheceu aos prazeres da carne. Lembrando também a imagem construída de um Deus, masculino, todo poderoso e que se perpetuou.

Ainda segundo Knibiehler (2001), do século XI até o século XVIII, a função materna sofreu poucas interferências. "Com exceção da mãe de Deus, a maternidade não é valorizada" (KNIBIEHLER, 2001, p.106).

A mãe é totalmente inferior. Tem, no entanto, uma autonomia em relação ao cuidado da criança. Depois de dar à luz, ela é a única que lida exclusivamente com o filho e toma todas as decisões. As mulheres se reúnem, ajudam umas às outras, compartilham muitos momentos de cumplicidade. Knibiehler (2001) explica:

O início da construção dos sentidos sobre a maternidade criou fortemente a identidade feminina, a identidade individual e coletiva. As mulheres apreciavam o valor dos laços emocionais. Eles também descobriram a importância do que eles devem transmitir não só a vida e a saúde do corpo, mas as bases de uma cultura, língua nativa, crenças, o primeiro conhecimento, códigos morais, formas de sociabilidade. (KNIBIEHLER, 2001, p. 130)

É importante destacarmos as diferenças de classes sociais entre as sociedades tradicionais antes do século XVIII, que eram hierarquizadas e constituíam vários modelos de maternidade.

No campo "as crianças eram uma necessidade", a camponesa tinha o papel de reprodutora e educadora. As mães amamentavam e tinham um relacionamento muito especial com seus filhos. As crianças desempenhavam atividades como cozinhar, cuidar da lavoura e dividir as funções com a sua mãe, visto que o trabalho de campo também foi relacionado ao papel materno.

Nas classes mais altas as crianças eram altas, para aumentar o poder e prestígio de uma linhagem. Agora, as mães desempenhavam a função de educadoras. Entretanto, esclarece Knibiehler (2001), a partir do Renascimento, o papel das mães diminuiu. Seus filhos são colocados em instituições criadas pela Igreja. O apego emocional é restrito. De fato, a feminilidade está dissociada da reprodução; está mais ligada ao encanto, sedução, refinamento de maneiras e sentimentos.

Quando nos referimos à classe burguesa, falamos de pessoas comuns que não trabalham nos campos ou mulheres de homens que exercem profissões liberais. Eles são educados e relativamente próximos de sua prole; mas se ela é muito extensa, optam por uma babá. Quanto à educação das crianças, "imitam" os nobres e as mesmas são enviadas para instituições de ensino. Os menos afortunados burgueses formam seus próprios filhos. Logo,

os filhos homens devem seguir o caminho dos pais, e as mulheres devem se dedicar para se tornarem uma esposa-modelo.

Badinter (1985) nos fornece uma informação bastante preciosa quando nos referimos ao final do século XVIII na França urbana: as crianças eram normalmente levadas às amas para que elas as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos.

A frieza dos pais - e da mãe, em particular - evidenciava um sentimento que não brotava como instinto, porque era melhor não criar este vínculo. Isso se justificava para que a mulher não sofresse depois com a distância. Essa atitude teria sido normal para época, dada a alta taxa de mortalidade infantil até o fim do século XVIII, em relação ao cuidado das amas. No último terço do século morreram, antes de um ano, mais de 90% das crianças abandonadas no asilo de Rouen, 84% em Paris, e 50% em Marselha, afirma Badinter (1985).

As principais razões do abandono são de ordem econômica e social. Não obstante, há também um bom número de pequenos burgueses que abandonam seus filhos com a ideia de buscá-los alguns anos mais tarde. Pensam que estes receberão melhores cuidados no asilo que os que eles mesmos lhes poderiam proporcionar. Mas apenas um número ínfimo de pais recuperaram efetivamente os filhos um dia. De um lado, porque se esqueciam de reclamá-los, de outro, porque a realidade do asilo era bem diferente do que tinham imaginado. (BADINTER, 1985, p.93)

Muitas mulheres fizeram suas escolhas, seja por motivos de interesses pessoais ou pela vida do filho, e não os assumiram. O que Badinter (1985) propõe é que não devemos excluí-las do papel de mãe e da história da maternidade.

“Talvez não sejam suas representantes mais gloriosas, mas tiveram o mérito de desvendar-lhe uma imagem cruel. Não é, por certo, a única imagem da maternidade, mas é uma imagem que conta tanto quanto as demais” (BADINTER, 1985, p. 95). Muitas mulheres como

Madame de Talleyrand ou as netas do conselheiro Frossard, não estavam dispostas a sacrificar seu lugar e posto na Corte, ou simplesmente sua vida social e mundana, para criar os filhos. O primeiro ato dessa rejeição era a recusa do aleitamento. Para explicar esse ato antinatural, as mulheres dos meios abastados invocaram certo número de argumentos que tinham por finalidade menos justificar sua ação do que desculpar a sua inação. Outras, não obstante, dirão claramente as coisas, ou seja: isto me aborrece e tenho coisa melhor a fazer. (BADINTER, 1985, p. 96).

Outro argumento que as mulheres utilizavam era o estético, que a amamentação prejudicava sua beleza, deformava o seio, amolecendo-os. Muitas não aceitavam correr o risco e, por isso, preferiam recorrer a uma ama de leite.

Para resumirmos as motivações pelas quais as mulheres não se preocupavam ou abandonavam seus filhos, Badinter (1985) enfatiza que elas se apegam a duas razões não exclusivas. Primeiro, o egoísmo que as faz preferir, acima de tudo, a sua liberdade e a sua pessoa; segundo, o amor-próprio que as impede de restringir sua dignidade de mulheres aos limites da maternidade.

Neste período, como esclarece Badinter (1985), há alguns tipos de mulheres que tendem para a liberdade e outras para a ideologia pregada no século, apesar de todas elas recorrerem a esta primeira como motivo essencial em sua ação.

Para algumas delas, ser livre é fazer o que se quer, como quiser e a qualquer hora. Neste caso, o filho é um empecilho para se ter essa vida de prazer. “Parece que para essas mulheres nenhum dever, nenhuma obrigação moral ou social particular se opõe ao prazer que reclamam alto e em bom som” (BADINTER, 1985, p.115).

Já as mulheres da sociedade que não pensam a liberdade como as de cima, não buscam ser livres para fazer o que quiserem. “A mulher de sociedade quer fazer o que as outras mulheres de sociedades aristocratas e todas as mulheres elegantes fazem, no momento em que o fazem” (BADINTER, 1985, p.116). Sua liberdade se baseia nos costumes e nos imperativos sociais. A partir do momento em que elas se encontram livres dos filhos, voltam-se a acatar aos caprichos da classe dominante.

“Seu prazer é limitado pela moral... do prazer; sua liberdade, pela obrigação social de parecer livre: de todos os preconceitos morais, de todas as ligações sentimentais e, certamente, de todas as obrigações econômicas”, enfatiza (BADINTER, 1985, p.117). A beleza é a grande mestra dessas mulheres e seus objetivos se baseiam em se diferenciar de todas as formas da burguesia, dado que essa classe social é tão ignorada pela nobreza.

A palavra "liberdade" vem com esses sentidos nesta época para dizer que o amor materno, como conhecemos hoje, não era assim. Pode-se dizer que existia um senso de dever em conformidade com os valores dominantes e próprios aos dos pais.

Para a maioria deles, o dever consiste em suportar esses fardos divinos, cuja vinda era muito mal controlada. Pois embora no final do século XVIII os casais começassem a praticar uma certa forma de contracepção, a divina surpresa permanece mais frequente do que se teriam desejado. Quando o filho nasce, não resta senão confiar na sábia natureza, que selecionará os melhores. O mínimo que se pode dizer é que a mãe não faz grande coisa para resistir à natureza, ou seja, no caso, para ajudar o bebê a lutar contra os imprevistos. Somos mesmo tentados a ver, nessa não interferência indolente, uma espécie de substituto inconsciente do nosso aborto. A assustadora mortalidade infantil no século XVIII é o mais gritante testemunho disso. (BADINTER, 1985, p.136).

Atentemos para a ausência do amor materno como importância familiar e social no tempo da nossa história que antecede a metade do século XVIII. Não se argumenta, porém, a inexistência desse amor antes disso, o que seria uma falácia. Entretanto, é notável concluir que esse sentimento não possuía a notoriedade nem relevância que hoje, no século XXI, possuem.

Para Knibiehler (2001), a maternidade glorificada que conhecemos nos dias atuais teve incentivo do Iluminismo para colocá-la a serviço das crianças e do mundo. Ainda que a mulher ocupe o papel de inferioridade na sociedade, a maternidade agora passa a ser respeitada em todos os níveis. Os corpos femininos, o templo da vida, estavam cada vez mais sendo observados pelos médicos. No nível psíquico, o amor materno é ovacionado como um valor universal indispensável a uma sociedade feliz. E quando se refere ao nível social, a sensibilidade materna é altamente valorizada: a maternidade se torna um dos símbolos da solidariedade nacional. Por causa desse posto de mães, as mulheres se dedicam à esfera privada, e em contrapartida os homens enfrentarão o mundo da esfera pública.

Knibiehler (2001) também pontua que a Revolução foi uma nova fase para as mulheres. Em meio a ela, perceberam que a maternidade não era apenas uma função natural relacionada ao sexo - ou mesmo apenas uma função familiar -, mas também uma função social da qual dependia o futuro da nação. Isto é, "a função materna em humanos não é natural; é sempre e em todo lugar uma construção social, definida e organizada por normas, de acordo com as necessidades de uma determinada população em um dado momento de sua história" (KNIBIEHLER, 2001, p. 73).

Aproximando do século XIX, outro ponto abordado foi a amamentação. Ao invés de ser um símbolo do maternalismo, ela passou a ser vista como incompatível com a feminilidade – ou, mais especificamente, à mulher branca de elite. A amamentação passou a não ser vista como compatível às ideias de mulheres delicadas e refinadas. No início de 1900, nove em cada dez mães pobres amamentavam, enquanto apenas 17% das mães ricas o faziam. Já na década de 1950, nos Estados Unidos, apenas 20% das mães – pobres ou ricas – amamentavam. E hoje ainda continua o debate cultural sobre o aleitamento materno, a maternidade e a feminilidade, explica Badinter (1985).

O amor materno é produto social que iniciou neste século, afirma Badinter (1985).

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se

uma atividade pré-formada automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que o fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude materna. (BADINTER, 1985, p.19)

(Ariés, 1981, Badinter, 1985, Chodorow, 1990, Donzelot, 1986) sugerem que a exaltação ao amor materno é fato relativamente recente dentro da história da civilização ocidental, constituindo-se de sete tipos de vínculo. O mesmo é tradicionalmente descrito como “instintivo” e “natural”, em um mito construído pelos discursos filosófico, médico e político a partir do final do século XVIII.

Após 1760, inúmeras publicações passaram a exaltar o amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade, incentivando a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole. Dessa forma, em defesa da criança dois diferentes discursos confluíram para modificar a atitude da mulher perante os filhos: (1) um discurso econômico, apoiado em estudos demográficos, que demonstrava a importância do número populacional para um país, e alertava quanto aos perigos (e prejuízos) decorrentes de um suposto declínio populacional em toda a Europa e (2) uma nova filosofia – o liberalismo – que se aliava ao discurso econômico, favorecendo ideais de liberdade e igualdade.

A nova necessidade de sobrevivência das crianças acarretou na reformulação de hábitos antigos da sociedade. Como exemplo podemos citar a educação das que eram ricas, em geral afastadas da família e enclausuradas em internatos, conventos ou entregues às amas até sua chegada no mundo social adulto.

Donzelot (1986) expõe que “conservar a criança” impulsionou uma intervenção no seio familiar. “Logo a casa torna-se lugar reservado à família, quem, em seu interior, divide espaços, de forma a permitir lugares mais individuais e privados” (BOCK, 2001, p.19).

A união conjugal se diferencia do casamento por meio de contrato. Agora casa-se por amor, pois a felicidade do casal passa a ter valor para a família. Portanto, o imaginário social em relação ao sentido de família e da infância também altera, por conseguinte, as relações esposo-esposa e pais-filhos.

Com relação à mulher, especificamente, nota-se que a partir do século XVIII e principalmente no século XIX, desenhou-se uma nova imagem de sua relação com a maternidade, segundo a qual o bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A devoção e presença vigilantes da mãe surgem como valores essenciais em meio aos cuidados e à preservação da criança. Portanto, a ampliação das responsabilidades maternas se deu paralelamente a uma crescente valorização da mulher-mãe, a “rainha do

lar”, dotada de poder e respeitabilidade, desde que não transcendesse o domínio doméstico. E todo este processo ocasionou em uma nova ordem da instituição familiar, Assim,

no início os médicos higienistas, depois os pedagogos, os psiquiatras e mais tarde os psicólogos e psicanalistas – que, através de suas intervenções, contribuíram para a construção de normativas destinadas a regular a vida familiar e individual, as quais passaram a ser seguidas não mais a partir da imposição ou do receio da punição, mas pelo desejo cultivado e orientado de uma vida normal e saudável. (ARAÚJO E SOBOTTKA 2004, p.20)

O Brasil faz parte de um cenário específico à condição de país-colônia, que se vê subitamente elevado à sede do governo português. Dessa forma, assim como na Europa, o progresso de estruturação dos sentimentos memorizados na família moderna - contendo aqueles relacionados à maternidade e aos cuidados maternos - foi definido pelas intensas modificações ocorridas pela ascensão burguesa no final do século XVIII.

Com a chegada da família real e de toda a corte para o Rio de Janeiro no início do século XIX, em consequência da instabilidade política vivida pelos regimes absolutistas na Europa, a administração portuguesa desenvolveu um novo tipo de interesse pelas cidades brasileiras. Nesse movimento, clarifica Costa (1989), promoveu-se uma “reeuropeização” dos costumes coloniais pela transposição, para o Brasil, de hábitos relativos a uma cultura gestada na Europa. Aliados à mulher e à criança, valorizando a “família amorosa”, durante o século XIX, os higienistas auxiliaram a família brasileira a assimilar novos valores, nuclearizando-se e urbanizando-se.

O discurso psicanalítico também contribuiu para o sentido da maternidade e o papel da boa mãe, como observamos hoje. A autora Chodorow (1990) indica a psicologia e a sociologia pós-freudianas como importantes fontes dos argumentos que contribuíram para a idealização e o reforço do papel materno. Nesse contexto, enfocaram a relação mãe-bebê como decisiva para o desenvolvimento da criança.

Com relação a esse entendimento, lembramos que autores como Klein (1986) e Winnicott (1983, 1988a, 1988b, 1993a, 1993b) estudaram de forma árdua as chamadas relações objetais primitivas. É imprescindível, na pesquisa de Winnicott, tanto a valorização do ambiente no desenvolvimento infantil quanto o delineamento da figura da “mãe dedicada comum”, caracterizada como aquela capaz de “promover a integração das características próprias de cada criança, diferenciando cada bebê de outro, a partir do apoio encontrado no ego materno que age como facilitador da organização do próprio ego do bebê” (WINNICOTT, 1988b, p.494). Também foi Winnicott quem classificou a *mãe*

suficientemente boacom esse termos: “penso que quando o bebê já está pronto para nascer, a mãe [...], está preparada para a experiência na qual ela sabe, muitíssimo bem, quais são as necessidade do bebê”. (WINNICOTT, 1988a p.174.)

Na mesma linha de raciocínio instintiva, temos a identificação projetiva, um conceito criado por Klein (1986), definido dentro do conjunto maior da obra kleiniana como parte de um fenômeno próprio àquilo que ela denominou como posição esquizoparanoide. Nela, o bebê, em seus primeiros anos de vida, projeta seu amor e ódio sobre o mundo que o cerca e vai internalizando objetos cindidos, representados em última instância por aquilo que se convencionou chamar de mãe boa e mãe má. Nesta fase, a identificação projetiva é utilizada como um mecanismo de defesa psíquico, na medida em que mantém os objetos cindidos e permite a expulsão de elementos dolorosos do mundo interno do bebê. Desta forma, ele se protege da “percepção de separação, dependência, admiração, e dos seus consequentes sentimentos de perda, de raiva e de inveja” (PELOSI 1995, apud FERNANDES; SVARTMAN; FERNANDES, 2003, p. 93).

Notamos que para Klein (1986), a identificação projetiva é definida como um mecanismo de defesa primitivo, que invade a mente do receptor e que não respeita ou considera a existência do outro em suas particularidades.

Em meio ao burburinho que imperava o século XIX sobre o corpo feminino, suas lutas e novas atribuições, segundo Fraisse e Perrot (1991, p. 9), "esta fase foi um momento decisivo na história das mulheres. Neste momento se redistribuíram as cartas tradicionais - aquelas que se jogam entre o trabalho e a família -, ideal de vida doméstica e valor útil para o serviço social". Ao mesmo tempo em que a industrialização as chamou para executar certas tarefas, também as dispensou com maior ou menor rapidez. As historiadoras chamam esse jogo de “sutil por parte dos homens, entre o convite e a rejeição, a exclusão e a participação nos assuntos que dizem respeito ao Estado e à nação” (FRAISSE; PERROT, 1991, p. 9).

No século XX, algumas mudanças influenciaram a história da mãe e da maternidade no Ocidente. Uma delas é o aumento do poder médico com intenso atendimento ginecológico para as mulheres, aumentando o número de exames durante a gravidez. O novo controle da procriação e alta medicalização em meio à gestação modificaram massivamente a relação das mulheres com seus corpos.

As mulheres começaram a se distanciar da maternidade. As aspirações delas eram não serem mais consideradas como corpos reprodutivos. Algumas mulheres, sob o impulso feminista, desmantelarão as representações clássicas da "boa mãe".

Simone de Beauvoir (1949) foi uma das precursoras do movimento feminista na década de 60, que surgiu nos Estados Unidos e que logo se espalhou por todo o mundo ocidental. Esse estopim se deu após duas décadas da sua publicação do livro "O Segundo Sexo" (1949). O movimento feminista tinha como prioridade refutar as questões, as ideias e as consequências dos pensamentos freudianos da feminilidade. Porém, não ficaram apenas na utopia das ideias. Colocaram em pauta suas lutas, mostrando que outros discursos femininos eram possíveis e mesmo buscados.

As mulheres tomaram a palavra para proferir sobre seus desejos ocultados durante séculos, devido à opressão sexista que as doutrinava. Esse novo discurso feminista é um dos caminhos para vozes silenciadas ao longo de toda a história. Porém, ainda é impossível quantificar - dado o universo amplo, com culturas diferentes e várias formas de preconceitos engendrados em nosso corpo social - esse "novo" discurso. Contudo, é uma resistência relevante para descobrir novos sentidos sobre o que é ser mulher e mãe.

Ao destruir primeiro o mito freudiano da mulher normal, passiva e masoquista, Freud (1972) tornou caduca a teoria da mãe naturalmente devotada, nascida para o sacrifício, e pôs em incontestável dificuldade os teóricos atuais da psicanálise. Criava-se, ao mesmo tempo, uma situação absolutamente insustentável, fazendo nascer um conflito irresistível entre duas exigências contraditórias.

Incorajando as mulheres a serem e a fazerem o que julgavam anormal, as feministas lançaram os germes de uma situação objetivamente revolucionária. A contradição entre os desejos femininos e os valores dominantes não podem deixar de engendrar novas condutas, talvez mais perturbadoras para a sociedade do que qualquer mudança econômica que se produza.

Simone Beauvoir (1949) foi pioneira em dissociar definitivamente a mulher da mãe. Antes de "O segundo sexo", a maternidade em nenhum momento foi racionalizada, questionada ou interpretada. Beauvoir (1949) assegura que o instinto materno não existe. Portanto, esse sentimento é flexível e sujeito a oscilações. Este fenômeno norteou várias questões, como por exemplo: Por que é um instinto que se manifesta em umas e não em outras? Devemos considerar "anormais" todas as que o desconhecem? O que pensar de um comportamento patológico que atinge tantas mulheres de condições diferentes e se perpetua há séculos? Após esses questionamentos, a partir do século XVIII - mais especificamente nos dois séculos seguintes - um novo retrato da mãe e novas características ficarão cada vez mais fortes (BEAVOUIR, 1949, p.55).



No século XX, as representações tradicionais da maternidade foram desmanteladas. A partir de um status de função coletiva unindo uma comunidade de mulheres, a maternidade se emancipou para se tornar um projeto individual. Depois de Beauvoir (1949), a mulher tem o poder de escolha perante a maternidade.

Todavia, Donath (2017) afirma que apesar da mulher ter o poder da escolha nos dias atuais, é pura ilusão a possibilidade de escolha absoluta. Os princípios de liberdade, autonomia e responsabilidade pessoal, ignoram, de forma, ingênua, a desigualdade, as ideologias, o controle social e as relações de poder.

O ato de questionar a validade da retórica da possibilidade de escolha absoluta é extremamente importante no que diz respeito à reprodução e à transição para a maternidade: Nós, mulheres, nas circunstâncias sociais atuais, realmente temos espaço para conduzir se nossa liberdade de escolha está sujeita em grande parte às prescrições que nos são dadas?

Donath (2017) também sustenta a ideia de que mesmo que as mulheres possam escolher se tornarem mães - ou não - em relação a algumas décadas passadas, ainda hoje presume-se que a maior parte - senão todas - escolha ter filhos na quantidade “correta”. Isto é, é uma liberdade condicionada, porque dizer que não quer ter filhos ainda é um tabu.

Donath (2007) ainda alerta: “referir-se à transição para a maternidade como uma consequência exclusiva do desejo das mulheres de ser mãe pode gerar e manter falsas impressões que, em um círculo vicioso, são usadas repetidas vezes para persuadir as mulheres a terem filhos” (DONATH, 2017, p.49).

Alinhado a essa discussão sobre as ressignificações da maternidade e do papel da mulher, Homem (2016) traz o fechamento seguinte para encerrar este subcapítulo:

Já não se espera mais que as mulheres, individualmente, correspondam a alguma "imagem universal". O espaço para as diferenças estilísticas, subjetivas e eróticas se ampliou de forma sem precedentes desde a segunda metade do século XX até nossa era. As meninas, hoje, representam a vanguarda das liberdades individuais. Me parece até que, por causa das novas composições criadas para e pelas mulheres, hoje os homens é que andam em crise sobre a masculinidade. A meu ver, uma boa crise, que pode ter saídas progressistas para todos. (HOMEM, 2016, p. 2)

## 2.5 A INSCRIÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA NA CULTURA DAS REDES

A popularização da internet enquanto meio de comunicação, principalmente no início dos anos 90, acarretou mudanças significativas para a sociedade, segundo Castells(2003). Essas modificações, em especial marcadas pela apropriação simbólica e

ressignificação das ferramentas de comunicação mediada pelo computador, deslocaram-se também às formas sociais. Exemplos são o *Facebook*, *Whatsapp*, *Orkut*, blogs, entre outros.

Para Boyd e Ellison (2007), os sites sociais são ferramentas que permitiram aos seus usuários (1) a criação de um perfil individualizado, (2) a publicização de suas redes sociais e (3) a interação. A apropriação desses sites não se limitou em levar as pessoas a publicarem em suas redes, mas também a modificá-las. Essas mudanças, decorrentes dos novos sentidos negociados e construídos através da comunicação, proporcionaram que essas redes se tornassem muito mais "associativas", como explica Recuero e Zago(2009).

Ou seja, em lugar de redes sociais construídas com base na interação social, mantidas por essa interação e limitadas ao tempo e investimento de cada ator, as redes sociais publicadas nessas ferramentas passaram a ser constituídas de conexões construídas pelos sites, mantidas pelos sites e independentes do investimento nas relações sociais de cada ator. Por conta disso, as redes sociais online tornaram-se representações muito maiores das redes sociais, diferentes de seus correspondentes off-line. E, apesar de suas conexões baseadas na "adição" de outros indivíduos, passaram a impactar os processos de comunicação e os indivíduos. (RECUERO, 2012, p.1)

Para Recuero (2012), as redes possibilitaram o surgimento de conversações em rede e práticas coletivas, onde a conversação é acessível a diferentes grupos interconectados dentro de uma mesma rede, cuja infraestrutura está proporcionada pelos sites de rede social. A conversação que ela trata aqui não é algo criado pelos sistemas técnicos, mas uma apropriação das próprias redes sociais desses sistemas de forma a criar elementos e sentidos.

Um conceito de extrema relevância para entender as redes é o da Comunicação Mediada pelo Computador (CMC). Segundo Jones (1995), ela é um produto social que não é apenas constituído por um conjunto de ferramentas, mas um motor de relações sociais. Também não é somente estrutura para essas relações, mas também proporciona um ambiente para que elas ocorram.

É na CMC que as relações sociais são forjadas através das trocas de informação entre os indivíduos. Muito mais que uma estrutura técnica de suporte à linguagem, é também uma forma de entender como o sentido é construído pelos atores.

Dentre as conversações mediadas pelo computador, há ainda uma forma nova: a conversação em rede. A conversação nos sites de rede social adquire, ainda, as características dos chamados públicos em rede. Para Boyd (2007) seriam: (a) a permanência das interações, no sentido de que aquilo que foi publicado permanece acessível no site; (b) a buscabilidade, característica que se refere à capacidade de busca das mensagens nas ferramentas, que é também consequência da permanência; (c) a replicabilidade das mensagens.

Outro elemento característico da mediação do computador é a construção de representações dos interagentes. Isto é, elementos representativos dos indivíduos no ciberespaço<sup>2</sup>, que não necessariamente estejam online. Essa representação pode ser constituída por um perfil em um site de rede social, um weblog<sup>3</sup> pessoalizado, um nickname em uma sala de chat, uma foto, etc. Ela delimita o indivíduo naquela ferramenta, o outro, o interagente. Essas “representações do *self*” têm características semelhantes àquelas explicitadas por Goffman (1974) em sua construção; elas referenciam indivíduos que interagem através da CMC. São cuidadosamente montadas como espaços pessoalizados, que trazem impressões construídas para dar uma ou outra impressão na possível audiência, através de pequenas pistas.

Lembrando também que os vários espaços de comentários e os links pessoalizados para cada blog podem representar seus respectivos blogueiros e interagentes. Essa personalização e individualização, ainda que representada no espaço virtual, é essencial para a conversação, pois fornece informações cruciais a respeito dos interagentes envolvidos e dos contextos criados.

Contextos estes que fazem “a integração do conteúdo, da conectividade e da interação humana na web, que permite a criação de redes por palavras, por imagens, por documentos e pela lógica que as interliga” (KAHIN, 1997, p. 64). Não é que o texto simplesmente se torne hipertexto, ligado internamente por palavras; o texto se torna a rede que conecta o usuário a todos os recursos simbólicos: pessoas, organizações, informações, serviços. Ele fornece o contexto, a comunidade e as conexões de navegação que, por sua vez, definem o ciberespaço.

Recuero (2012) recorre a WASSERMAN E FAUST (1994); CARRINGTON, SCOTT E WASSERMAN (2005); DEGENNE E FORSÉ (1999) para explicar que a rede social é como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). A abordagem de rede tem seu foco na estrutura social, onde “os indivíduos não podem ser estudados independentemente de suas

---

<sup>2</sup>O ciberespaço é, aqui, utilizado como um hipertexto social (Erickson, 1996), como uma forma de *aisthanesthai*, possibilitando a construção identitária e coletiva, revelando mais uma particularidade da ciber-socialidade (Lemos 1999)

<sup>3</sup>Weblogs são ferramentas de publicação que possibilitam o uso sem o conhecimento dos meandros técnicos de publicação na web. Foram inicialmente apropriados de forma bastante pessoalizada., vide Amaral, Montardo e Recuero, (2009). É uma reinscrição de elementos que são característicos dos indivíduos no ciberespaço gerada justamente pela permanência e aumentada pela buscabilidade e a presença das audiências invisíveis, que se refere à característica da escalabilidade das redes. Essas características dariam uma nova dimensão para a audiência das ferramentas mediadas.

relações com os outros, nem podem as díades ser isoladas de suas estruturas afiliadas” (DEGENNE E FORSÉ, 1999, p.3). Entendendo as relações entre os indivíduos como provenientes de processos de comunicação, torna-se importante investigar como tais trocas favorecem o surgimento de grupos sociais, ONGs e comunidades virtuais. Mais do que isso, torna-se essencial compreender como a comunicação mediada por computador modifica a sociabilidade, influenciando a formação destas redes sociais. Portanto, quando uma rede de computadores conecta uma rede de pessoas e organizações, é uma rede social do ponto de vista de Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997).

Considerando os blogs como redes sociais, eles foram inicialmente definidos de forma estrutural por causa da estrutura da publicação resultante do uso, que é bastante comum. Blood (2002), por exemplo, explica que as formas em comum de se utilizar esta ferramenta é o formato, constituído pelos textos colocados no topo da página e frequentemente atualizados, bem como a possibilidade de uma lista de links apontando para sites similares. Tal percepção vai constituir um blog como uma estrutura característica em um website.

Schmidt (2007) ressalta que blogs são websites frequentemente atualizados onde o conteúdo (texto, fotos, arquivos de som, etc) são postados em uma base regular e posicionados em ordem cronológica reversa. Os leitores quase sempre possuem a opção de comentar em qualquer postagem individual, que são identificados com uma URL única.

Porém, outros autores não consideram primordial a existência de comentários para definir um blog. Segundo Recuero (2012), na perspectiva de Herring, Kouper, Scheidt e Wright(2004); Blood (2002); Nardi, Schiano e Gumbrecht(2004), uma atribuição mais comum é aquela de que textos organizados por ordem cronológica reversa, datados e atualizados com alguma frequência são caracterizados como blog. O critério da frequência também é bastante debatido. Blood (2002) se questiona em que medida um site dever ser atualizado para que se estabeleça como um weblog. Da mesma maneira, podemos perguntar se um blog que deixa de ser atualizado, apesar de persistir existindo na web, deixa de ser um blog.

Possivelmente em virtude desses questionamentos, muitos autores buscam descomplexificar ao máximo a concepção de estrutura de um blog. Tendo como exemplo, podemos citar Gillmor (2004), que trabalha a estrutura unicamente pela presença de links e dos textos curtos (posts) publicados em ordem cronológica reversa. Barbosa (2003) propõe ainda, através do conceito estrutural, a visão do blog como uma ferramenta que facilita a publicação pessoal, anexando à estrutura o caráter da personalidade.

Outro conceito, além do estrutural, para definir o weblog é o funcional. Perdesen e Macafee (2007) veem os weblogs a partir de sua função primária como meio de comunicação. Malow (2004) os percebe como uma mídia que se difere das demais pelo seu caráter social, visto pelo meio de particularidade comunicativa tanto dos textos como dos dispositivos anexados, e que hoje são característicos dos sistemas, como os comentários.

“Weblogs constituem uma conversação massivamente descentralizada, onde milhões de autores escrevem para a sua própria audiência” (MARLOW, 2004, p. 3). Para esses autores, o blog é mais do que uma ferramenta de publicação caracterizada pelo seu formato; é uma ferramenta de comunicação que é utilizada como forma de publicar informações para uma audiência.

Por fim, nas duas definições - tanto a estrutural como a funcional - vemos a noção de blog como um dispositivo capaz de gerar uma estrutura particular constituída enquanto mídia, isto é, enquanto ferramenta de comunicação mediada pelo computador.

Como vimos acima, o weblog tem um traço de personalidade que, por meio de um objetivo uno, busca pessoalizar os conteúdos através das ferramentas disponíveis dentro da plataforma.

O *Temos que falar sobre isso* se trata do objeto empírico a ser analisado como um espaço de materialização de discursos em forma de desabaços sobre a maternidade. Diante disso, em meio ao processo discursivo de subjetividade de mulheres - que pela CMC veem o *Temos que falar sobre isso* - é importante entendermos como a inscrição da subjetividade na cultura das redes se coloca.

Foucault (1995) nos autoriza a dizer que a subjetivação está ligada ao processo constitutivo dos sujeitos, processo de produção da subjetividade que permite, em uma interpretação foucaultiana, a objetivação dos sujeitos. Os modos de subjetivação produzem sujeitos singulares e, portanto, mostram, pelos discursos apreendidos, as condições de produção mobilizadas para elaboração da subjetividade e, por conseguinte, dos sujeitos.

Quando se trata de subjetivação, é preciso compreender os discursos normatizados na sociedade que guiam os modos de subjetivação. Foucault(1991) nos esclarece que toda sociedade possui seus regimes de verdade, sua política geral da verdade. Ou seja, um conjunto de regras que valida o que é bom ou mau.

Para Foucault (1991) a verdade tem uma história, não como algo que vai se constituindo gradativamente, mas no sentido de que se constitui nas relações de poder que estão no seio de uma sociedade. Dessa maneira, o saber não existe sem o poder que o nutre.

Os discursos nos falam como as coisas são ou parecem ser. As sociedades e culturas em que vivemos são guiadas por poderosas ordens discursivas que regem o que deve ser dito e o que deve ser calado, e os próprios sujeitos não estão isentos desses efeitos. Isso porque eles são constituídos e constituidores dessas verdades ao aceitarem estes regimes de absolutos, no mínimo, como tal. A economia política da verdade está centrada nos discursos científicos, circulando em instrumentos de educação, nas universidades e, principalmente, nos meios de comunicação que os propagam e os legitimam.

Contudo, como também enfatiza Foucault (1991), onde há poder há resistência. Os sujeitos da maternidade que não se identificam com estes regimes de verdades sobre ela procuram mecanismos de resistência para falar. O weblog é um exemplo.

Essa outra verdade sobre a maternidade sinaliza um posicionamento do sujeito frente à exterioridade que o envolve, e revela igualmente uma inscrição deste mesmo como um fora da ordem social. Isso ocorre pois ao colocar em prática essa verdade que emana de seu interior, entra-se em contradição com os discursos que determinam o que pode e deve ser dito. Isto é, torna-o o sujeito contrário aos discursos autorizados a circular.

O sujeito da maternidade, enquanto manifestação de subjetividade por meio de discursos, “é ele mesmo e outra coisa que não ele mesmo; é considerado na objetividade do verdadeiro, mas é verdadeira subjetividade” (FOUCAULT, 2002, p. 520). Reiteramos, a partir dessa passagem, que o sujeito não corresponde a uma individualidade no mundo, e suas enunciações mostram justamente essa presença do exterior na subjetividade manifestada pelos discursos materializados nos enunciados.

Podemos asseverar que o sujeito se reconhece sob determinadas condições de produção, ou seja, ele é construído na relação com a exterioridade. Dessa maneira, Foucault (2002) refere-se à objetivação deste mesmo como efeito da subjetivação, pelos saberes e pelos poderes que o envolvem. A subjetividade histórica e socialmente produzida desperta-nos o interesse porque nos ampara sobre a construção dos modos de dizer do sujeito da maternidade nas redes.

A prática da subjetividade nos apresenta, então, como uma atividade, uma forma de constituição do sujeito possibilitada por discursos que lhes são exteriores. Tem-se constante produção de subjetividade, sendo o sujeito nunca pronto, nunca fixo, sempre em construção de si. Há, nesse ínterim, um funcionamento inconsciente coletivo; um inconsciente social que, em nome de uma ética geral, faz os sujeitos moverem-se. Trata-se de uma produção de subjetividade pela exterioridade, na qual as relações discursivas têm lugar. Nessa produção, o saber é fundamental para definir, e até mesmo possibilitar, por exemplo, o pertencimento a um grupo, pois é nele que se encontram os preceitos sob a forma de discursos pelos quais o sujeito será capturado. Pelo saber, os grupos, ou mesmo seitas, diferenciam-se e funcionam como exterioridade ao sujeito constitutivo da subjetividade. O sujeito busca ou é

levado a pertencer a lugares, a portos que lhe asseguram a existência. (FOUCAULT 2004, p. 145)

A ambiência das redes sociais é um espaço da escrita e da subjetividade. Diferentemente do antigo “querido diário”, estamos diante de um espaço interativo que pode dar visibilidade às palavras que antes foram silenciadas. Logo, por constituir-se de um refúgio intersubjetivo para as pessoas, apresenta-se como um lugar de materialização de discursos. Nesse viés, acreditamos que todo discurso é dispositivo de desejo. Ao se colocar diante de uma tela do computador para enunciar seus pensamentos por meio do anonimato, o sujeito se recorda, repete e elabora discursos que talvez pela escrita do sofrimento, quebre a universalidade sobre os sentidos da maternidade.

Assim, em meio às frustrações inevitáveis e às dificuldades inerentes à vida, o sujeito do inconsciente<sup>4</sup> encontra, nas redes sociais, um suporte para seus anseios e carências, os quais são transmitidos via palavra escrita.

A internet, na qualidade de despertar potencialidades comunicativas na rede, estimula as mulheres a perceberem o ambiente virtual como um espaço de práticas e expressões coletivas que semeia novas significações e endereçamentos. Portanto, cria novos lugares de visibilidade, nos quais elas protagonizam posicionamentos ao se apropriarem do papel de autoras, produtoras e transmissoras de conteúdo.

Uma amostra do potencial da internet é o acalorado debate que se iniciou em vários países do Ocidente, especialmente na Alemanha, em abril de 2015, através da #regrettingmotherhood. Mulheres que se arrepiavam de ser mães ou que traziam a público suas angústias perante a maternidade sempre foram rotuladas como egoístas, doentes e perturbadas. Porém, esse intenso debate motivou a publicação de inúmeros textos em blogs e redes sociais, que “aproveitaram o momento para externar sentimentos íntimos que ficavam em sua maioria encerrados entre quatro paredes devido ao desejo de evitar os duros julgamentos e críticas da sociedade”. (DONATH, 2017, p.12)

Não é por acaso que o nosso objeto de estudo iniciou sua trajetória na rede em maio de 2015, onde a romantização da maternidade teve que lidar com discursos que desromantizam a díade mulher-mãe na redes.

---

<sup>4</sup>A elaboração psíquica à qual nos referimos é, em termos lacanianos, a expressão da condição de possibilidade de equívoco; de que aquilo que havia permanecido fora da cadeia designificantes encontre um lugar metafórico ou metonímico e possa, então, dar lugar a uma dimensão discursiva do desejo e frear o gozo absoluto (LACAN, 2003).

A expressiva discussão que teve início da Alemanha entre a “mãe perfeita” e a “mãe negligente” fez emergir não somente a questão do arrependimento materno, mas também um vasto mar de sentimentos que clamam para serem abordados.



### 3 O SILÊNCIO FEMININO: QUANDO É POSSÍVEL FALAR DE SI?

A invisibilidade feminina na história se dá por processos normatizadores que ditam quem pode e deve falar. A ausência da fala feminina sugere o domínio das fontes nas quais muitos historiadores se nutriam. Fontes essas que apenas contemplavam homens administradores, juízes, contadores e doutores, visto que as mulheres eram uma categoria indistinta, destinada ao silêncio.

O silêncio foi reiterado através dos tempos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento: “aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Este mesmo silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária”. (PERROT, 2005, p.9)

Para suprir a deficiência documental do dizer feminino, muitas mulheres tinham como suporte físico os arquivos privados. Livros de anotações, diários íntimos, cartas, entre outros, funcionavam como um abrigo para a escrita feminina. Frequentemente elas recorriam a esses espaços privados para escrever seus depoimentos. Similarmente, é certo afirmar que o modo de registro das mulheres está preso à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade, assere Perrot (2005).

A despeito da importante doutrinação ideológica, mostra-se que as lembranças femininas durante muito tempo foram presas ao silêncio e repassadas de uma geração para a outra oralmente, e não através de publicações.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p.5)

Os arquivos familiares, como correspondências e diários íntimos, por sua vez costumam ser alvo da quebra do silêncio. Não obstante, cristalizavam as memórias e os sentimentos femininos. Ainda assim, a dificuldade de escrever uma história das mulheres deve-se, inicialmente, ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados.

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 2005, p. 9).

Posteriormente, entendermos como a caminhada da escrita se deu ao longo da história por meio de alguns suportes físicos nos ajuda a compreender como o ato de desabafar por meio do anonimato - nosso objeto de estudo - tem uma carga atrelada ao passado, quando as mulheres em seus tempos o faziam para exprimir seus dizeres. Da mesma maneira, o fato da escrita de si a fez se empoderar de maneiras distintas para proferir seus anseios, ou pelo menos por meio dos discursos iniciar a construção de outros sobre o universo feminino.

### 3.1 DIÁRIOS ÍNTIMOS

Cocheyras (1978) explica que o diário se constitui diferentemente de outras maneiras autobiográficas, como por exemplo, a autobiografia, a biografia ou a memória. Isso pelo fato do registro ser efêmero, pela marcação do presente, do dia a dia que se quer partilhar. Por conseguinte, faz com que esse gênero discursivo seja mais facilmente adotado pelos sujeitos contemporâneos. Estes lidam com a internet para pôr em atividade seus registros diários e suas vidas em forma de texto, em busca da partilha. Assim, através da sua rede expõem uma maior consciência do mundo.

Embora os diários íntimos estejam atrelados às mulheres, a tradição desse gênero de escrita foi, ao longo dos tempos, majoritariamente assinado por homens. O poder masculino de decidir sobre a maneira de publicação foi uma das mais importantes forças que fizeram silenciar a voz das mulheres diaristas, segundo Cocheyras (1978).

(PENOLOPE FRANKLIN, 2003, apud GANNETT, 1992) em seus resultados de pesquisa, explana:

O que eu encontrei entusiasmei-me. A vasta maioria de diários publicados era de homens. Os milhares diários de mulheres não publicados estavam em arquivos do país - concluí, estavam nos porões, como o meu. Eu notei que diários de homens publicados eram frequentemente histórias de exploração, guerra, política ou aventura, ou eram diários de famosos escritores ou figuras públicas. Os diários de mulheres publicados eram às vezes de pessoas famosas, mas frequentemente eles eram de autoria da esposa, mãe ou irmã de um homem famoso. (Penopole Franklin, 2003, apud Gannett, 1992, p.30)

Em sua pesquisa, Gannett (1992) conclui que a tradição denota que o diarismo tradicional é um gênero elitizado, europeu, branco, heterossexual e masculino. Entretanto, é também um fenômeno histórico e literário que se refere a uma prática da escrita social com o poder de pluralizar os discursos.

Há pouco tempo que diários íntimos femininos passaram a ser publicados de forma mais assídua. Gannett (1992) lembra que não é à toa que as poucas diaristas famosas

estão no século XX, como Anne Frank, Anaïs Nin, Anne Marrow Linderbergh ou May Sarton. O século XIX, considerado o século dos diários íntimos, está ligado à obra de uma francesa, Amandine Aurore Lucie, que curiosamente adotava pseudônimo masculino: George Sand. Seu diário, intitulado "Journal Intime", foi publicado pela primeira vez em 1926.

Com o advento da internet, ao virar um hipertexto eletrônico diferencia-se dos antigos diários pessoais, já que a estrutura hipertextual (atualização constante, de qualquer lugar e em tempo real) e a publicização não faziam parte das experiências com diários em papel. “Revela-se, mais uma vez, o efeito da tecnologia sobre os fenômenos espaciais e as relações sociais: a privatização do espaço público e a publicização do espaço privado. No entanto, os diários online e os antigos diários pessoais são autoficção narcisísticas, reconstrução identitária, expressão de individualidades” (LEMOS, 2018, p.7)

Os diários pessoais podem ser considerados como formas de escrita de si. Nos fenômenos de publicização de diários íntimos, o que está em jogo são formas de apresentação do eu no ciberespaço. Se para Goffman (1969) o indivíduo se apresenta a partir do exercício de papéis em várias situações do dia a dia, podemos dizer que com o exercício da escrita de si estamos construindo uma imagem nesta nova dimensão da vida cotidiana, que é o ciberespaço. Cogitarmos os desabafos anônimos como um novo arranjo dos diários íntimos pode ser uma forma de construção de uma imagem identitária ou coletiva sobre a maternidade, mesmo que esta seja sempre fragmentada e plural. Assim, os diversos espaços nas redes para falar de si estão, de forma sintomática, permanentemente em construção.

### 3.2 CONSULTÓRIO SENTIMENTAL

O consultório sentimental enquanto suporte físico para enunciação feminina tem como característica principal a discussão e a veiculação de temas cujo objetivo é responder a perguntas sugeridas ou feitas pelas leitoras ou leitores. Esse gênero foi muito difundido pelas revistas femininas, que nutriam essas colunas como um espaço do dizer das mulheres. O primeiro periódico considerado feminino de que se tem notícia surgiu em 1693, na Inglaterra. Foi o *Lady's Mercury*, que já trazia uma seção de consultório sentimental – seção essa que iria gozar de enorme sucesso na maioria dos veículos da imprensa feminina, como afirma Buitoni (1986). Ainda segundo essa autora, a ligação de temas como “mulher e amor” caracteriza-se como uma união que atrai e vende.

As revistas exploravam a potencialidade do consultório sentimental, seja de um modo mais sensacionalista (*Confidences*, *Nous Deux*, na França, *Grande Hotel*, aqui

ou desenvolvendo psicologismos, como *Marie-Claire* e *Elle*. O consultório sentimental nasceu com a imprensa feminina e até hoje resiste, mesmo em publicações mais pretensiosas. Assuntos e linguagem são escolhidos de acordo com o público, mas a chave é sempre a relação amorosa. [...] A vulgarização da psicologia resultou em matérias sobre comportamento na maioria das revistas, cujos níveis de profundidade variam conforme o público (BUIIONI, 1986, p. 65).

Molina (2009) explica que muitas vezes a conselheira possuía um pseudônimo para ditar os conselhos. A coluna tinha como conteúdo dicas de vestimentas e respostas de cartas das leitoras com linguagem direta e pessoal. Esta seção também dispunha de anúncios publicitários destinados às mulheres. Tanto o discurso elaborado na seção quanto dos textos que comercializavam produtos traziam referências relacionadas à família e ao lugar da mulher como esposa e indivíduo a ser guiado.

Portanto, para Del Priore (2000), como conselheira, a coluna ditava o modelo de família ideal: branca classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos, regras de comportamentos e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal. Tudo que era dito era um consenso social sobre a moral e os bons costumes, além de promover valores de classes, raça e gênero dominante de sua época. Dessa forma influenciavam as mulheres de classe média e alteravam suas realidades.

Quando se busca um consultório, entende-se que a pessoa está à procura de algo para ser solucionado ou revisado, explicado, sanado. A partir deste pensamento, espera-se que a carta seja respondida e o incômodo resolvido. O consultório funcionava distribuindo conselhos através de seus discursos de como a mulher deveria se portar. O objetivo principal, de acordo com a imprensa, pautava-se em pregar a busca por conquistar o “amor verdadeiro”, além de obedecer aos padrões comportamentais e fazer de tudo para arranjar um bom marido.

A revista se apresentava como uma amiga, sempre pronta a ajudar, mas com muita discrição. Algumas revistas enviavam as respostas particularmente, outras traziam em suas edições possíveis soluções para o problema relatado em forma de codinomes.

O uso da narrativa da intimidade é uma prática da imprensa feminina. A partir dos anos 1960, com a incorporação da opinião do "especialista", foi se traduzindo em uma psicologização das matérias jornalísticas, oferecendo conselhos sobre todos os aspectos da vida, como argumenta Dulcília Buitoini (1986) em "Imprensa feminina". A retórica do conselho acabou se traduzindo em uma pedagogia.

Por se tratar de um consultório sentimental, muitas mulheres buscavam sigilo de suas cartas, tanto para a sua imagem e privacidade quanto para se resguardar de possíveis preconceitos. Com essa impossibilidade de identificação, o meio utilizado pelas revistas para que as leitoras reconhecessem suas cartas e lessem as respostas, eram os fragmentos

colocados entre aspas, o local de origem da remetente e um codinome que falasse o que ela estava sentindo naquele momento, como no "*Da Mulher para a Mulher*", na revista *O Cruzeiro*. Isso ficou muito marcado na seção e se perpetuou por quase toda a história do consultório como um padrão. O codinome foi, para as mulheres, seu alicerce para que seus anseios fossem ouvidos e esclarecidos.

Ainda segundo Buitoni (1986), existia uma crítica à maioria dos consultórios sentimentais por seu caráter de otimismo cego e rançoso convencionalismo, sempre diante da premissa de desenvolver um “consultório de orientação psicológica”.

Eles eram muito mais do que um guia psicológico. Isso pode ser notado na pesquisa de Jacqueline Rios dos Santos, que analisou a revista *Cláudia* em seu estudo. Ela enfatiza que uma das características marcantes dos textos dessa seção é a capacidade de identificação que as solicitações e problemas de leitoras podem causar em outras. Isso cria uma espécie de terreno comum, transformando questões individuais em questões públicas que interessam àquelas mais tímidas e sem coragem para desabafar.

“Ressalto que quem escreve já é, por este ato, uma leitora especial no sentido de ter o trabalho de escrever uma carta reveladora de sua própria intimidade, opinião, ansiedade, fragilidade, sensibilidade e, principalmente, coragem em se revelar como uma leitora consciente de sua condição de mulher” (SANTOS, 1996, p. 162).

Angeline Coreau (1984) observou a relação entre a carta e a sexualidade feminina, mostrando como este tipo de escrita funciona entre as mulheres da Inglaterra, no século XVII. Esta relação atua como forma de discurso possível da intimidade, do recato e da reserva. Era a única modalidade de escritura em que a mulher podia revelar a si sem escapar do domínio privado. Quando não se tratava de cartas e diários íntimos, os textos literários escritos por mulheres só podiam ser publicados com pseudônimos.

Os consultórios, por meio das cartas, emitiam normatizações sobre a conduta feminina. Isto foi - e é - mais uma estratégia do jogo do poder, que apresenta valores, ideias e saberes-verdades como absolutos. No entanto, por suas brechas ou escapes, permitam autonomia às leitoras para que pudessem construir outros discursos e outras subjetividades.

O que se enfatiza é que todas essas formas de atuar e produzir conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmo estão permeadas por questões de poder, que acabam por constituir várias formas de vivenciar a feminilidade, e também a sexualidade. Em meio a este contexto, a imprensa tem um papel muito poderoso, porque veicula e produz discursos considerados hegemônicos. Isso porque estes constituem enunciados predominantes sobre determinada temática ao serem legitimados por questões de poder.

### 3.3 ESCRITA EPISTOLAR

O gênero da escrita epistolar nasce junto com a proliferação de romances escritos em forma de cartas trocadas entre personagens a partir do século XVIII, afirma Figueiredo (1992). Isso esclarece que a escrita epistolar se firma como o meio expressivo mais adequado da experiência privada e assuntos íntimos dos indivíduos.

É interessante relacionar os problemas individuais expressos nesse tipo de escritura com processos de subjetivação que são, na verdade, coletivos. Expor publicamente os segredos da privacidade é uma parte de uma militância política, cujo princípio é de que a verdadeira identidade do indivíduo é da ordem da esfera privada, e esta deve ter seu espaço de enunciação no plano público. (SOUZA, 1997, p.51)

O gênero da escritura própria de falar de si atende a uma demanda para a prática da subjetivação nas redes. O desabafo anônimo “é o espaço do discurso plausível para o sujeito que quer mostrar sem ser visto, emergir no domínio público sem sair do privado, ou seja, confidencialmente” (SOUZA, 1997, p.62)

Neste sentido, a gestão do falar de si, conforme o estudo de Pollak (1986), é fator primordial de sobrevivência – aqui com inúmeros sentidos para ela. Evidencia-se aí o confidencial como condição mais assertiva da manutenção do segredo minuciosamente mediado pelos gêneros íntimos, como cartas, diários, memórias e outras variantes.

A origem da escrita pessoal remonta a um tempo anterior à emergência da modernidade. Isso ocorre mesmo que ela seja frequentemente vinculada, uma vez que a criação do homem moderno ocasionou as condições de possibilidade que se estabelece, senão como gênero, pelo menos como forma de expressão de uma singularidade.

Em "A escrita de si", Foucault (1992) expõe algumas práticas textuais que podem estar associadas com o que hoje chamamos de escrita pessoal. Para ele, as escritas de si têm sua origem na cultura greco-romana. Não obstante, continuam durante a Idade Média sob a maneira de anotações monásticas, que tinham como aplicabilidade exercitar a reflexão e o autoexame por meio dos registros cotidianos de atos e pensamentos. Esse material – a que ele se referia como *hypomnemata*<sup>5</sup> – funcionava como uma espécie de memória do vivido, lido,

---

<sup>5</sup>Na sua acepção técnica, podiam ser livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda. O seu uso como livro de vida, guia de conduta, parece ter-se tornado coisa corrente entre um público cultivado. Neles eram consignadas citações, fragmentos de obras, exemplos e ações de que se tinham sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinha ouvido ou que tivessem vindo à memória.

do ouvido e do pensado. Escreve-se não um texto secreto, privado, mas íntimo, porque é sobre cada pessoa.

Como os *pen drives*, eram dispositivos materiais e portáteis, para ser ter à mão. Seu acesso era tanto para leitura pessoal quanto pública. Por essa razão, se distanciavam da imagem de diário, porque não tinham a interdição de ser publicizado.

Ainda que sejam pessoais [...] não devem ser entendidos como diários íntimos, ou como narrativas de experiências espirituais (tentações, lutas, fracassos, e vitórias) que podem ser encontrados na literatura cristã posterior. Eles não constituem uma narrativa de si; eles não têm como objetivo fazer via à luz do dia os *arcana conscientice* cuja confissão – oral ou escrita – tem valor purificador. O movimento que eles buscam efetuar é inverso: trata-se não de perseguir o indizível, não de revelar o oculto, não de dizer o não dito, mas de captar, ao contrário, o já dito, reunir o que foi ouvido ou lido, e isso para um fim que não é nada menos do que a constituição de si. (FOUCAULT, 1992, p. 67)

A distinção feita por Foucault (1992) entre os dois tipos de textos se diferenciava porque no caso dos diários vislumbrava-se o olhar para si, sobre como você enxerga a sociedade e como lida com os impasses da vida. Já a escrita de si abordaria o indivíduo em novos conhecimentos através de leituras, de conversas, de uma instrução prática e material para acarretar uma atitude moral e ética.

Versignassi(2001) agrega também que a passagem da industrialização para a globalização destruiu os ideais comuns, e o mundo ficou "desbussolado". Na euforia depressiva, as pessoas sentem necessidade de escrever, ou seja, firmar um novo contrato com a língua, o mais forte instrumento de identificação do ser humano como humano. E quando este se reinventa, como toda a invenção, só faz sentido, só existe, se é conhecido pelo outro, independentemente de quem seja esse outro.

Essa compreensão também vem acompanhada da forte presença da noção de indivíduo e de singularidade, como elementos estruturantes e essenciais ao texto. Ademais, refletem uma mudança de paradigmas que marcam a história da humanidade: a criação do conceito sujeito (neste caso, um sujeito cartesiano que fundamenta o conhecimento do mundo) e a consciência de singularidade (contribuição dada por Rousseau).

Rousseau (1712-1778) traz um ponto de vista sobre a escrita de si que antes não era cogitada: a noção de individualidade. Elenca a falha como força geradora de sua narrativa e também provoca no leitor sua atenção de avistar a intimidade e a nudez do outro.

Ler o outro como tarefa de autoconhecimento é uma atividade de fundamentação do sujeito, através da leitura. Escrever sobre si para um leitor é admitir que há e poderá haver

sempre um conflito entre o sentimento interior do sujeito e a ideia que dele é feita, mediante o olhar do outro, deslinda Rousseau (1712-1778).

Esse olhar crítico inevitável é, de alguma maneira, antecipado e calcado por Rousseau (1712-1778) em função de sua apresentação pelo escrito autobiográfico em que se constituem suas confissões.

Depararmos-nos com outros sujeitos é, para Rousseau (1712-1778), um caminho de autoconhecer-se, assentando a escrita de si como um domínio no qual a consciência social e individual se complementam.

### 3.4 NARRATIVA DE SI

Narrar algo é a capacidade do “sujeito, ao selecionar lembranças da sua existência e ao tratá-las na perspectiva oral e/ou escrita, organizar ideias, potencializar a reconstrução de sua vivência pessoal e profissional de forma autorreflexiva e gerar suporte para a compreensão de suas experiências formativas” (SOUZA, 2011, p.213).

Josso (2004) vê as narrativas de si como geradoras de encontros com as próprias potencialidades. Elas devem ser estimuladoras de um olhar para si, através do qual cada sujeito se torne ator de sua história e reconheça a si mesmo como indivíduo capaz de autorizar a tomada de consciência do que é, do que foi e do que pode vir a ser.

A partir do que é dito, as narrativas revelam em todo o lugar - na escola, no trabalho e na vida - a reorganização do saber, constituindo-se no pensamento que agrega e une e que reconhece o singular e o individual, na visão de Morin (2000).

Partindo de uma abordagem estruturalista, a narrativa define, em primeira instância, a relação lógico-semântica entre usos determinados e atores para que exista uma proposta narrativa. Para que tenhamos um texto narrativo coerente é preciso que os fatos denotados pelas proposições narrativas estejam ligados por uma relação cronológica e lógica. Finalmente, para que haja narrativa é preciso, também, que exista uma modificação entre uma situação ou estado inicial e a situação, nas palavras de Vieira (2001).

De um outro ponto de vista, complementando os autores acima, Labov e Waletzky (1967) vão dizer que a narrativa tem duas funções fundamentais: de referência e avaliação. A primeira aparece na transmissão de informações que encontramos na narrativa, sendo estas de lugar, tempo, personagens, de eventos — o "quê", o "onde" e o "como" os fatos ocorreram —, a sequência temporal das ações ou dos episódios. A função de avaliação transmite ao ouvinte o motivo da narrativa tendo sido contada, tanto na forma da expressão explícita da importância da



história para o narrador, como na dos juízos de valor emitidos ao longo da mesma, como apontam Peterson & McCabe (1983).

Assim, Labov e Waletzky (1967) centram sua definição de núcleo narrativo de forma menos incisiva a respeito da organização temporal e sobre o esqueleto dos eventos objetivos em comparação à dimensão avaliativa que precisa o ponto central da narrativa. Coloca, assim, o acento sobre os eventos mais importantes.

Todorov (1971), a partir da crítica literária, propõe uma definição da narrativa.

A intriga mínima consiste na passagem de um equilíbrio a outro. Uma narrativa ideal começa por uma situação estável que uma força qualquer vem perturbar. Daí resulta um estado de desequilíbrio; por ação de uma força dirigida em sentido inverso, o equilíbrio é restabelecido; o segundo equilíbrio é semelhante ao primeiro, mas os dois nunca são idênticos. Há, por conseguinte, dois tipos de episódios na narrativa: os que descrevem um estado (de equilíbrio ou de desequilíbrio) e os que descrevem a passagem de um estado a outro (TODOROV, 1971, p. 124).

Já na psicologia cognitiva, encontraremos a formulação de uma superestrutura proposicional da narrativa nos estudos sobre compreensão e memorização das mesmas, efetuados por Mandler e Johnson (1977), Thorndyke (1977), Van Dijk (1979) e Glenn (1980), entre outros. Peterson e McCabe (1983) sintetizam a abordagem desses autores, chamando-a de “análise episódica” da narrativa:

A maioria das histórias são vistas como descrições de um comportamento dirigido para um fim. Assim, algo acontece ao protagonista que produz uma resposta interna: isto é, o desenvolvimento de uma meta. Metas são estados internos de motivação, e eles precipitam tentativas de alcançar estas metas, resultando em consequências bem ou mal sucedidas. Assim, a história se constrói numa ordem lógica a partir de um motivo, passando por uma tentativa até uma consequência (PETERSON & MCCABE, 1983, p. 67).

Enfim, após expor esse prolegômeno, mostra-se que ao utilizar as narrativas o sujeito feminino universaliza suas experiências, suas ações, e revela as influências que tiveram ou exerceram na sua vida como um todo. Mediante um processo autorreflexivo, intencional e crítico, transformam estas vivências em experiências de formação, conclui (ABRAHÃO, 2004).

Visando a entender também a estrutura de comunicação desenvolvida por meio das novas mídias enquanto forma de narrativas socialmente localizadas (em termos temporais, culturais e técnicos), concluímos que este meio oferece recursos de atualização de discursos, e também um terreno fértil para novas estratégias de sociabilidade (FISCHER, 2005; SANTAELLA, 2007).

A construção dessa noção da comunicação a partir da narrativa de si estabelece sentidos de continuidade no tempo e de coerência de trajetórias. Logo, compreende-se assim, que há mecanismos instaurados predeterminados tanto pelas percepções do passado quanto modelados pelas perspectivas de futuro (BRUNER, 1997).

Os argumentos supracitados nos fazem chegar à nossa análise, pois permitem entender como o uso de uma ferramenta de mídia social pode acarretar construções denarrativas de si numa determinada posição de sujeito. Mesmo que estes enunciados estejam representados desordenadamente, não destroem a promessa enquanto narrativas de si.

A partir das análises, possivelmente as narrativas citadas no contexto virtual se relacionam com a atividade de autoria em que os(as) interlocutores(as) (posição Eu) articulam dialogicamente com a audiência (posição Outro). Esses movimentos podem tencionar o quê e como deveriam mostrar o processo de significação enquanto sujeito feminino.

### 3.5 DISCURSO DE SI

O discurso de si se caracteriza como a categoria de discurso em que o próprio sujeito enunciativo se configura como o objeto do discurso. No discurso de si, o "eu" fala de si mesmo em um processo de elucubração, pontua Paulillo (2004).

Em termos empíricos, trata-se da fala que se produz em situações de conversação íntima, de caráter confidencial, ou das falas em situações terapêuticas (psicanálise, psicoterapia, áreas médicas). Mas não é uma modalidade exclusivamente oral: manifesta-se também em escritos íntimos, diários, e em diferentes produções escritas de caráter autorreflexivo. Sua tópica é fundamentalmente constituída de relatos de experiências, lembranças de acontecimentos vivenciados, e de enunciações de estados subjetivos, pensamentos e sentimentos experimentados pelo sujeito no passado ou mesmo no presente em que se enunciam. (PAULILLO, 2004, p.2)

O discurso de si apresenta-se como um tipo que não pode ser reduzido às demais formas de discurso, cujo traço dominante é se realizarem num espaço público de interação, esclarece Orlandi(1983). Sendo assim, o discurso de si se constitui a partir de um exemplar baseado na premissa de que sendo ele um produto de suas condições de produção, segundo Pêcheux(1975), cada amostra sua produz, como efeito, seu sujeito.

Entender o funcionamento do discurso de si é necessário, visto que as marcas enunciativas deixadas por um sujeito traz à tona X (o que foi dito) e Y (revelando a opacidade) dos enunciados. Assim, “a discursividade que permeia as formas públicas de

interação dá ensejo à construção imaginária de um sujeito homogêneo, coincidente consigo mesmo, com seus sentidos e com seu dizer” (PAULILLO, 2004, p.5).

Nessa lógica, nas concepções de Orlandi (1983), o sujeito que emerge no discurso de si é atravessado por zonas de silêncio e incompletude, que descortinam sua natureza de sujeito não uno, dividido. Em consequência disso, vemos o discurso de si como um campo benéfico para se estudar a estrutura das formas enunciativas e discursivas que são da ordem da categoria da heterogeneidade constitutiva, tal como está posto nos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz (Authier, 1982; 1984; 1990; 1992).

Wittgenstein (1969) deslinda que a discursividade se revela como estranhamento, como não-certeza e não-saber, que a enunciação se esfrangalha nos contornos vacilantes, que a nomenclatura aparece sempre como imprópria, revogável e marcada de incompletude. Isso demonstra os processos básicos da heterogeneidade que atravessam o sujeito e o discurso.

O sujeito que emerge no discurso de si, muitas vezes, na tentativa da estabilização do sentido, aparecem nosso objeto, em seu caráter insustentável. Por isso,

o discurso de si põe em jogo duas dimensões que precisam ser diferenciadas: a do sujeito do afeto, porque afetado pelos sentidos que o atravessam; a do sujeito epistêmico da (reflexão), aquele capaz de construir um saber sobre qualquer coisa (inclusive a si mesmo que, enquanto tal, busca-se objetivar, tornar objeto desse saber autorreflexivo). (PAULILLO, 2004, p.24)

Esta miscelânea que se manifesta no discurso de si, faz-se por meio da ordem da tensão, ou seja, da inquietude entre um sujeito do afeto, do desejo, e outro sujeito da reflexão que se manifesta no ego. Por conseguinte, ego/sujeito; “eu penso/ eu sou”.

### 3.6 CONFISSÃO E CONFIDÊNCIA

“Falar na esfera privada transforma-se no ato de calar na esfera pública”. (SOUZA, 1997, p.20) Nas palavras de Souza (1997), isso só fortifica a ideia da confissão e da confiança como artifícios de vigilância e exercício de poder.

Inventada pelos antigos cristão, a prática da confissão não vem propriamente de uma demanda de manter algo em segredo, e sim da necessidade de partilhar e colocar em julgamento toda a experiência que permanece longe do alcance da esfera pública. Isso faz lembrar que a confissão surgiu entre os cristãos primitivos como uma prática pública de referência a si. (SOUZA, 1997, p.37)

Souza (1997) indaga a partir disso: Como explicar que a confissão foi consolidada como um ritual enunciativo no âmbito do privado? Para responder a essa questão, ele perpassa pelas práticas discursivas que derivam desse fechamento, e pelo traço definidor de se estabilizar como um modo de referência a si para julgamento do outro.

Trata-se aqui, remetendo-se aos antigos cristãos, da instauração de uma discursividade em que o sujeito que se constitui na prática discursiva correlata da confissão. Declara-se temporariamente, em virtude de sua situação de pecador, como parte separada do grupo ao qual pertence. (SOUZA, 1997, p.38)

A história da prática sacramental nos primeiros séculos também está ligada a dois modos, como explica Souza (1992). Primeiro o cristão fala à comunidade. Assim seu interlocutor é grupal, o que caracteriza o caráter público da confissão. No segundo, ele é realizado posteriormente à formação da Igreja. A confissão agora é feita diante de um interlocutor designado e legitimado pela comunidade para ouvir e impor a penitência. Ademais, a penitência privada vai se efetivar como única e exclusiva a partir do século XIII. Exposto isso, pode-se concluir que o modo de realização da confissão caminha de uma forma mais pública para a forma mais privada.

Isso se deve também ao fato de que muitos cristãos, principalmente os políticos, os clérigos e as mulheres, não podiam aparecer como pecadores públicos. O ato de confessar - seja ele público ou privado - tem como função fazer com que o sujeito se autodenomine cristão. Essa denominação faz com que ele se identifique com um grupo ou não. Da mesma forma, as mulheres que desabafam/confessam no *Temos que falar sobre isso* também estão, de alguma maneira, buscando esse processo identitário. "Ao confessar que não gosta da maternidade, o indivíduo afirma-se a si próprio, legitimando certo lugar de sujeito em espaço coletivo de enunciação, ou seja, encontra aí a possibilidade de dizer eu". (SOUZA, 1992, p.42)

O entendimento de confessar-se, nos tempos modernos, foi muito atribuído ao indivíduo que projeta um olhar sobre si de reprovação. Quem confessa algo em público reconhece alguma falta. Porém, diante do que foi enfatizado anteriormente, "a confissão não era apenas um ato de negação de si, mas sobretudo a firmação renovada, perante uma coletividade, da mesma profissão de fé". (SOUZA, 1992, p.43)

Essa aproximação do ato de confessar com os desabafos se dá pelo fato dos dois acontecimentos enunciativos serem da ordem do excluído. O que corrobora este pensamento é que os cristãos eram minorias em meio a uma massa que os excluía e os perseguia, assim

como as mulheres. Pensando então a instituição da confissão historicamente, vimos que se constitui de uma estrutura de interlocução de particularidade do ato de confidenciar.

Na enunciação confidencial, os interlocutores se encontram num mesmo nível de reciprocidade, ao contrário da confissão, cuja estrutura enunciativa impõe uma posição estatutária que separa aquele que escuta daquele que confessa. Por isso, é possível tomar como ponto de partida o postulado de que confissão e confidência designam formas enunciativas diferentes, dadas por funcionamentos específicos de interlocução.

Nas discursividades femininas analisadas aqui, as marcas linguísticas de referência a si e de construção do outro como interlocutor vão determinar a categorização delas como confissão ou confidência. O lugar e o estatuto desse outro podem indicar, no interior das narrativas epistolares, a formação do sujeito que confessa e do sujeito que confidencia. Contudo, acreditamos que os desabafos se caracterizam pela confidencialidade, por se tratarem de uma rede de apoio e por não haver nível hierárquico entre quem está se falando.

### 3.7 ANÁLISE DO DISCURSO COMO APORTE TEÓRICO ANALÍTICO

Nesta dissertação de mestrado, partimos dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (Pêcheux-Orlandi), que buscam depreender a produção social dos sentidos feita por sujeitos históricos, através da materialidade dos desabafos anônimos na ONG *Temos que falar sobre isso*.

A Análise do Discurso (AD) é um campo de estudo que busca mecanismos conceituais para a análise de acontecimentos discursivos, visto que o objeto de pesquisa produz efeitos de sentidos construídos por sujeitos sociais que utilizam a materialidade da linguagem inserida na história.

Orlandi (2012) esclarece que o discurso é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. O discurso é o efeito de sentidos entre locutores, ou seja, é uma máquina de produção de sentidos. Desta maneira, eles são sempre guiados por administradores, nunca soltos.

Um exemplo é que as palavras que são interpretadas por nós já chegam carregadas de sentidos construídos historicamente. Na AD, “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”. (ORLANDI, 2012, p. 25).

A AD teve início nos anos 60 quando a proposta do estudo se deu pelo discurso como seu próprio objeto. Interessa a ela o funcionamento da língua na produção de efeitos de

sentidos que permite verificar além da frase, isto é, o texto. Busca-se entender de forma não sistemática os sentidos em diferentes épocas, dentro de diversas perspectivas.

Diferentemente da Análise de Conteúdo, que busca capturar sentidos dos textos, pensando no que o texto diz, a Análise de Discurso vê a linguagem procurando entender como o texto se significa, isto é, o processo linguístico não é transparente.

A análise de discurso, trabalhando na confluência de campos de conhecimento como Psicanálise, Linguística e Marxismo, por exemplo, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso. (ORLANDI, 2012, p.18)

Dessa maneira, é necessário pensar nas relações de linguagem como relações de sujeitos e seus efeitos como diversos e variados. Daí pode-se definir, segundo Orlandi (2012), que o discurso, como dito acima, é o efeito de sentidos entre locutores. Dessa forma, por meio da língua é que existe a possibilidade da materialização do discurso.

Para a AD é através do entendimento da opacidade do texto, constituída do político, do simbólico, do ideológico, que funciona a linguagem, isto é, “a inscrição da língua na história para que ela signifique”. (ORLANDI, 2012, p.21)

Pêcheux (2005) esclarece que os discursos são construídos por enunciados, e afirma:

Todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível, oferecendo lugar à interpretação. Ele é sempre suscetível de ser/torna-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos. (PÊCHEUX, 2005, p. 104)

Através dos enunciados capturados, utilizaremos a Análise de Discurso como método analítico, que é visto como um recorte em relação à língua e ao discurso. “Nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos”. (ORLANDI, 2009, p.22).

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é índice potencial de uma agitação nas filiações sócio- históricas de identificação na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento de espaços: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja

afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo de termo – isto é, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o outro, objeto da identificação (PÊCHEUX, 1997, p.56)

Dentro da AD trabalhamos com a noção do discurso em si, que é uma construção linguística atrelada ao contexto social no qual o texto é desenvolvido. Ou seja, as ideologias presentes em um discurso são diretamente determinadas pelo contexto político-social em que vive o seu autor. Mais do que uma análise textual, a AD é uma análise contextual da estrutura discursiva em questão. Com esse método, nossa pesquisa, considerando a importância do entendimento do funcionamento do discurso, apoiou-se em alguns conceitos para entender os fenômenos discursivos em seus processos de formulações dentro do arquivo, como explicados logo abaixo.

A noção de heterogeneidade pode ser dividida em duas maneiras: a constitutiva e a mostrada. A heterogeneidade constitutiva tem como intuito condicionar a existência dos discursos e dos sujeitos, visto que todo processo discursivo resulta de um entrelaçamento de diferentes discursos dispersos no meio social, sendo, pois, o produto de interdiscursos, esclarece Suma (2017).

Torna-se constitutivo, contudo que, para a existência de um determinado discurso há sempre a conjugação sobre um discurso prévio, ou seja, a recorrência ao interdiscurso é o movimento que nos permite identificar os efeitos de sentidos presentes em uma enunciação. Desse modo, o processo discursivo não tem um início demarcado, com exatidão, pois vem a se instaurar uma necessidade ímpar em reconstruir, através do interdiscurso — conjunto do dizível (já-dito), histórica e linguisticamente definido — os sentidos e seus efeitos, buscando o que pode ser revelado no texto não somente em sua materialidade. Em vista do que se propõe, dizer que a interdiscursividade é constitutiva de todo discurso é dizer que todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos, fazendo-se pertinente comentar a problemática do discurso como produto do interdiscurso. (SUMAN, 2017, p.4)

Em contrapartida, tem-se o conjunto de formas, heterogeneidade mostrada que vem a inscrever, de forma explícita, a voz do outro — compreendido como exterioridade social — na sequência do discurso do sujeito, podendo ser identificada na materialidade linguística.

Apresentam-se por sua vez, como formas marcadas (unívocas), as que contenham discurso direto, aspas (citações), formas de retoque, incisos de glosa, itálicos, entonação específica, comentários, ajustamentos, remissão a um outro discurso, funcionando como “marcas de uma atividade de controle/regulagem do processo de comunicação”. (SUMAN, 2017, p.5)

Outro conceito de extrema relevância é o das Formações Discursivas (FDs). Entenda-se por essa categoria um conjunto de enunciados marcados pelas mesmas

regularidades, pelas mesmas “regras de formação”. Portanto, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica.

A formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito” a partir de um lugar social historicamente determinado. Segundo Pêcheux (1997) um mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes, acarretando com isso, variações de sentido e uma relação de dominância de uma formação sobre a(s) outra(s).

Alves (2018) esclarece que o lugar de identificação dos sujeitos é nas FDs. Porém, cada FD é cruzada por outras FDS, sendo que toda FD é definida no interdiscurso. Falando sobre interdiscurso, é preciso deixar claro que apesar de seguirmos a linha de pensamento Pêcheux-Orlandi, trabalhamos com a diferenciação dos conceitos de interdiscurso e memória discursiva. Isto é, vemos

naquele universo de discurso de uma conjuntura dada (o todo complexo de formações discursivas com dominante, na definição de Pêcheux) e esta, a memória do dizer ‘sob’ um recorte específico, a ser especificado pelo analista: a memória discursiva, ou seja, a trama de discursos em concorrência ou contradição. (ALVES, 2018, p.1)

É no nível do interdiscurso/memória discursiva que se dá o funcionamento da ideologia, onde indivíduos se tornam sujeitos por meio dos processos de identificações e contra-identificações, para dizer quais são os discursos que tomam para si nessa teia de significantes.

A partir dessa conceituação, Alves (2018) descreve que a produção de sentido é relacional por excelência. Isto é, “todo sentindo o é em relação a [...] mas em relação a outro sentido possível, em relação ao qual se estabelece em movimentos de paráfrase e polissemia”. (ALVES, 2018, p.2)

Dois outros conceitos caros para a nossa pesquisa são o da paráfrase e da polissemia. Os processos parafrásticos constituem em todo dizer algo que se repete, ou seja, dizível, a memória. É na paráfrase que o sujeito retorna para as mesmas janelas do dizer. Produz assim diferentes elaborações do mesmo dizer assentado na tentativa de estabilização de sentido, explica Orlandi (2012).

De outro lado, “a polissemia está no nível do deslocamento, ruptura de processos de significação”. (ORLANDI, 2012, p.36). Ela brinca com o equívoco, enquanto a paráfrase brinca com a retomada, e não com a repetição.

Outra discussão que permeia nossa análise é a do sujeito se colocar na função de vítima. Fassin (2004), em seu estudo, conclui que alguns locais criam indivíduos para gerar



uma identificação com o papel de vítima de um contexto (sobre o qual nadase poderia fazer) e uma explicação biográfica para seu sofrimento.

Esse sofrimento pode ser emergido por vivências de traumas, situações-limite, doenças crônicas, entre outros. “O que melhor caracteriza o sofrimento social é sua compreensão não como problema médico ou psicológico, o que reforçaria sua dimensão individual, mas como uma experiência social” (FASSIN, 2004, p.10)

Pensar o sofrimento como resultado também de memória individual e coletiva, de representações íntimas, midiáticas ou coletivas é de extrema importância para o nosso objeto analítico, tendo em vista os discursos da memória na condição de vítima.

A afirmação da vítima está muito em voga nas sociedades contemporâneas. Sua figura aparece para entender a história e suas mudanças. Isto é, a vítima agora é considerada ativa, aquela que reivindica seu direito e quer ser reconhecida como tal, apta para dizer sobre sua dor.

A vítima deixa de ser considerada passiva. Hoje, ela é voz ativa ao reivindicar seu direito de ser reconhecida como tal, capaz de definir e dignificar sua dor. Ela faz mobilizações amplas de suas reivindicações individuais: comissões da verdade, de reconciliação, de associações de vítimas, redes biossociais construídas por elas próprias (em torno de males, doenças ou sofrimento comum) ou por familiares e solidários – formas de legitimação moral e política das demandas sociais, como condição para a consolidação dos direitos civis, sociais e políticos da cidadania. (ALVES, PINHEIRO, 2018, p.1)

Por isso, é tão importante problematizar a ideia de vítima e as questões do sofrimento norteadas pela comunicação.

### 3.9 TEMOS QUE FALAR SOBRE ISSO

É uma ONG e plataforma de relatos anônimos para dar voz a mulheres e mães que passaram pelas mais diversas situações: depressão pós-parto, transtornos ligados à saúde mental na maternidade e no período perinatal (desde a concepção até o primeiro ano do bebê), dificuldades durante a gravidez, sofrimento psíquico intenso, violência e abuso, desigualdade de gênero, problemas com amamentação, perda gestacional e neonatal, partos traumáticos, prematuridade extrema, gravidez de alto risco, processo de adoção, violência obstétrica e pediátrica, luto, entre outros.

Um dos objetivos é dar voz às mulheres para contarem suas experiências livres de julgamento, proporcionando-lhes uma rede de suporte social que visa ao empoderamento feminino e a transformação social; promover escuta ativa, acolhimento e apoio para o cuidado

integral da mulher, família e entorno no período gravídico-puerperal; criar um grupo de apoio onde as mulheres, ao darem seus depoimentos, vejam que suas angústias são mais comuns do que imaginam, e assim consigam ter um certo alívio, constatando que estes não são problemas exclusivos seus.

Foi fundada em 7 maio de 2015 e tem como lema o acolhimento livre de julgamento para mulheres, com as palavras-chave: Mulheres; Mãe; Meninas; Autonomia; Cuidado; Direito; Escuta.

Dentro da seção de desabafos anônimos, a nossa proposta de construção de um dispositivo de interpretação vem através da elaboração de um arquivo de análise. Selecionamos os meses de maio de 2015, 2016, 2017 e 2018 para mapear os sentidos materializados por essas mulheres. Essa escolha se deu porque a ONG teve início no mês de maio, e também por ser o mês das mães.

Para facilitar o recolhimento do material, categorizamos as temáticas por números, como por exemplo em (1). (1) significa a abordagem do assunto. Mas como na AD uma mesma palavra pode ter vários sentidos, mesmo estando na mesma língua (dependendo da posição-sujeito dessas mulheres), o objeto pediu um desmembramento dos sentidos que foram subcatalogados como (1a), (1b)...

A materialidade discursiva está disponibilizada pelo site [www.temosquefalarsobreisso.wordpress.com](http://www.temosquefalarsobreisso.wordpress.com). Todo material foi recolhido em sua escrita original sem alterações para o estudo. Nesse processo, foi percebido que são mulheres de classe média/média alta, brancas e escolarizadas pela edição da escrita.

No decorrer do trabalho, a escuta discursiva nos auxiliou a entender os gestos de interpretação que estão atrelados aos processos de identificação dos sujeitos com as suas filiações de sentidos. Assim, pode-se compreender a relação do sujeito com a sua memória.

Orlandi 2012 nos ensina que o analista

constrói seu dispositivo analítico, que ele particulariza, a partir da questão que ele coloca face aos materiais de análise que constituem seu corpus e que ele visa a compreender, em função do domínio científico a que ele vincula o trabalho. Com esse dispositivo, ele está em medida de praticar sua análise, e é a partir do dispositivo que ele interpretará os resultados a que ele chegar pela análise do discurso que empreendeu. Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso. (ORLANDI, 2012, p.72)

Em função disso, escolhemos uma estruturação feita por blocos enunciativos. Atrelado a Greimas (1973), que idealizou o percurso gerativo de sentido que é encarregado de levar o leitor à compreensão integral do texto analisado, consolidou-se um percurso temático.

Portanto, os blocos se apresentam no nível discursivo como uma estrutura de manifestação, produzindo e organizando os significantes na busca de uma estruturação do plano de conteúdo, segundo Greimas (1973).

#### 4“AMO MEU FILHO, MAS ODEIO SER MÃE”

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita, vamos explicar o que entendemos por romantização e desromantização da maternidade.

Segundo o dicionário Michaelis (2018), romantização é um termo utilizado para fantasiar, idear, romancear, idealizar, isto é, criar coisas imaginárias e descrevê-las como reais. A partir dessa explicação, romantização da maternidade trata-se ou descreve uma forma idealizada ou irrealista; faz (algo) parecer melhor ou mais atraente do que realmente é. E desromantizar seria a ruptura dessa idealização, evidenciando a maternidade “real”.

##### 4.1 “SINTO UMA TRISTEZA NO CORAÇÃO QUE PESA”

O discurso da maternidade nos desabafos anônimos se apresenta na materialidade discursiva em diversas formas de ancoragem. Uma delas é o medo, que será referenciada como sentido (1). O medo aparece mais claramente em cinco modos de construção de sentidos. Na primeira, ao medo de uma possível Depressão Pós-Parto.

(1a) (1ab) **Estou apavorada só de PENSAR em DPP. (1ad) Amo e quero esse bebê que está a caminho. (1ae) Mas estou com medo da depressão e tudo que ela pode significar pra mim e minhas filhas. (1ac) Estou com medo e sozinha.** Já sinto os sintomas de depressão me alcançando. Obrigada por me deixarem desabafar.

O problema da Depressão Pós-Parto aparece como um discurso mais recorrente ultimamente.

O termo depressão, na linguagem corrente, tem sido empregado para designar tanto um estado afetivo normal (a tristeza), quanto um sintoma, uma síndrome e uma (ou várias) doença. Enquanto sintoma, a depressão pode surgir nos mais variados quadros clínicos, entre os quais: transtorno de estresse pós-traumático, demência, esquizofrenia, alcoolismo, doenças clínicas, etc. Pode ainda ocorrer como resposta a situações estressantes, ou a circunstâncias sociais e econômicas adversas. Enquanto síndrome, a depressão inclui não apenas alterações do humor (tristeza, irritabilidade, falta da capacidade de sentir prazer, apatia), mas também uma gama de outros aspectos, incluindo alterações cognitivas, psicomotoras e vegetativas (sono, apetite).

Enquanto doença, a depressão tem sido classificada de várias formas, na dependência do período histórico, da preferência dos autores e do ponto de vista adotado. Entre os quadros mencionados na literatura atual encontram-se: transtorno

depressivo maior, melancolia, distimia, depressão integrante do transtorno bipolar tipos I e II, depressão como parte da ciclotimia, etc. (PORTO, 1999, p.1)

Ao dizer (1ab) e (1ac), adjetiva o medo a uma DPP e traz consigo todos os sentidos que esta “doença”, na memória discursiva dela, carrega. Pois ao afirmar (1ad), se opõe a um imaginário social que mulheres de que são diagnosticadas com DPP não amam seus filhos, por isso o medo. Pode ser exemplificado também em (1ae). Ou seja, o medo que ecoa é sobre a possibilidade de não amar o bebê e as consequências que a DPP pode trazer a sua vida e de suas filhas.

Em outro momento, o sentido de medo vem por uma gravidez indesejada, como vemos em (1b).

(1b) Daí que há dois dias eu descubro que estou grávida. Fico simplesmente sem chão ao ver aquele teste de farmácia ali na minha frente, com duas listrinhas vermelhas. (1ba)**Afundei!**(1be) **Já não fazia mais sentido NADA! Só consigo pensar que não posso me jogar nesse destino.**(1bc) **Estou ATERRORIZADA!** Queria dar um filho a meu namorado, mas definitivamente, não era pra ser agora. (1bd)**Não sei como agir!**

A sensação de que uma gravidez muda completamente a vida de uma mulher amedronta, como é apontado em (1ba), (1bc) e (1bd).

O não-desejo à gravidez faz com que os sentidos dessa mulher se dissolvam, apoiado na fala (1be).O medo é um retrato de não saber lidar com a situação até então não planejada por ela.

Outro sentido atribuído ao medo pode ser visto em (1c).

(1c) Sou mãe e o desejo de vivenciar a gravidez de novo é grande. Penso em mais um irmãozinho para meu pequeno, **mas** ao mesmo tempo não tenho apoio do meu marido e o lugar para a realização dá espaço ao medo e insegurança. Vontade de ser mãe de novo, tenho e muita. **Mas** ao mesmo tempo, esse medo e o não-apoio do meu marido fazem com que eu desista no meio do caminho.

O desejo de ser mãe novamente é colocado de lado pelo fato do não-apoio do marido. A ocorrência do **mas** vem para explicar o motivo de não conceber uma nova gravidez. Se o marido concordasse, nada a impediria. O medo de assumir uma nova gravidez sem o apoio dele faz com que ela desista, pois está associado a abandono, solidão e insegurança. Aqui é reforçado que para o nascimento de uma criança, é necessária a formação de uma família. Dar a oportunidade de um desejo pessoal não é cogitado nessa sequência.

Em (1d) o medo como sentido de significação pode remeter-se a vários medos.

(1d) Segundo puerpério, 12 dias hoje. E pela segunda vez, aquelas coisas me perseguem. (1da) **Medo de tudo, medo até de dormir, de acordar, do tempo passar...** (1db) **não está fácil, mesmo tendo tudo para estar bem, marido, família, filho saudável.**

(1da): **Medo de tudo, medo até de dormir, de acordar, do tempo pensar...** São tantas significações com o sentido de medo que incorporam todo o sentido deste desabafo. Inúmeros medos mesmo tendo “tudo” para não temer, como dito em (1db). Cada medo representa um temor e faz com que o sujeito do medo se personifique como tal, visto a fase puerpéria vivenciada por ele.

Em (1e) o medo é sobre os maus tratos hospitalares, como podemos ver a seguir:

(1e) **Tive medo de ser mal tratada e humilhada** sob a suspeita de ter causado aquilo, uma das minhas melhores amigas passou por isso na **curetagem** dela, foi tratada mal pelas enfermeiras que desconfiavam dela.

A violência obstétrica aparece dentro da temática sobre a maternidade como um assunto muito pautado. A memória discursiva da mãe remetendo ao momento do parto ser algo glorioso acaba se dissolvendo pelo temor aos maus tratos em hospitais. Como é relatado nesse desabafo, o medo em (1e) é vivenciado pela mulher a partir do procedimento da curetagem. Há o temor de que as enfermeiras a maltratem por imaginarem um possível caso de aborto.

Os múltiplos sentidos sobre a violência obstétrica também se apresentam em (2a), (2b), (2c), (2d) e (2e).

(2a) Venho de uma experiência de violência obstétrica quando sofri um aborto aos 16 anos. Aquela velha história: adolescente grávida sendo hostilizada, ofendida e mal atendida. (2ab) **Após esse péssimo atendimento fiquei com sequelas físicas e emocionais.** Quase perdi as trompas por conta de uma (2ac) **infecção adquirida após a curetagem e desenvolvi síndrome do pânico.**

(2b) Nunca esqueço do momento em que a médica entrou na sala com mais cinco estagiários e todos eles (2bb) **deram toque em mim** e por último a médica, para confirmar se eles identificaram a dilatação correta, e isto ocorreu na mesma hora, (2bc) **fizeram uma fila.** (2ba) **Me senti uma boneca de borracha sendo que não, eu era uma pessoa, uma mulher no processo de parir o meu primeiro filho.** Infelizmente isto é muito comum e ocorre em praticamente todos os hospitais.

(2c) **A ideia de ser cortada, anestesiada, etc me assustava muito mais que a dor do parto.**

(2d) Ele ergueu minha mão e começou aplicar um medicamento no soro, eu comecei a apagar. Perguntei porque aquilo, ele disse que era para eu ficar calma. Nessa hora eu somente dizia que havia pedido pra não me doparem, que eu ia passar mal. Tentei virar para ver o médico e (2da) **suplicar** para que não fizesse aquilo e (2db) **só me lembro de ter meus braços presos num velcro.**

(2e) Me levaram para o quarto, uma enfermeira muito estúpida veio colocar o soro, sem dizer para que servia aquilo. (2ea) **A dor era tanta, que eu não aguentava, chorava, gritava, ela e mais outra enfermeira me diziam que, na hora de fazer a criança, eu não tinha chorado, não tinha gritado, que não tinha doido né, que era para eu parar com aquele escândalo. Eu queria usar o banheiro, elas não deixaram. Fiquei traumatizada com o parto, com a gravidez, com tantos porquês sem resposta.**

Primeiro em (2a) é associado a um atendimento ruim que ocasionou sequelas físicas como uma infecção após a curetagem, síndrome do pânico e também problemas emocionais enfatizados em (2ab) e (2ac). Em (2b) a violência é mostrada pelo exame do toque em (2bb). Cinco estagiários em sequência fizeram o procedimento para ver a dilatação, por uma fila, na mesma hora, dito em (2bc). Todo o sentimento por vivenciar essa situação é explanado em (2ba).

Já em (2c), o sentido de violência obstétrica ecoa quando ela aponta que a dor do parto não a deixava assustada, mas os procedimentos médicos. Nesse mesmo aparato de sentidos, em (2d), sugere-se que por estar em momento de vulnerabilidade, as decisões são tomadas por profissionais da saúde, que na maioria das vezes ignoram as gestantes. Ao suplicar para não fazer, a mulher não é atendida e tem os braços amarrados por um velcro. Isso pode ser verificado em (2da) e (2db).

Na última sequência, o sentido da dor é posto como algo a ser aguentado pela mãe com a justificativa de que na hora de fazer o bebê, não houve dor. Até o pedido para ir ao banheiro lhe foi negado. De novo, um poder dado aos profissionais da saúde de fazerem o que quiserem, pois a paciente estava numa situação de vulnerabilidade. Estes fatos estão externados nos dizeres em (2ea).

As passagens (2a), (2b), (2c), (2d) e (2e) clareiam que há um deslocamento do discurso feminino de total naturalização das práticas obstétricas tradicionais e de uma maior desconfiança em relação a elas. A noção de violência obstétrica vem no esteio da pluralização do significante de violência. O sentido de violência, dentro de um senso comum, sempre foi associado à criminalidade, ou a formas mútuas de agressões. Porém, mais recentemente, por parte de alguns estudos acadêmicos sobre violência, vem sendo tratado no plural para designar outros tipos da mesma, como obstétrica, psíquica, etc.

A partir desta questão levantada, podemos fazer uma breve consideração sobre os temores em relação ao parto. Nas mais de 200 falas recortadas, no mínimo 25 vezes o medo do parto apareceu como mais frequente do que a naturalização da dor, como exemplificado em (2c). Essa desnaturalização da dor no parto aparece em nossa pesquisa em quatro sentidos específicos, exemplificados em (3a), (3b), (3c) e (3d).

(3a) A médica falava que ele não estava nascendo e então pediu a bandeja da cesárea, passamos para uma cesárea de urgência. (3ad)  
**Tive medo de sentir dor. Me senti egoísta. Não doeu. Ficou um**



**silêncio.(3ab) Eu não sentia, não via nada. (3ac)Pensei: como nasceu e não chorou? Fiquei lá sendo suturada e pedi desculpas ao meu marido, queria que ele me perdoasse.** O meu pedido era por não ter tomado outras decisões antes disso tudo acontecer. Eu já imaginava que a culpa era minha, ou que eu poderia ter feito diferente.

(3b) E então, no dia 05 de março, às 23:20, nasceu o Gael. De uma cesárea, nem um pouco planejada, mas que eu decidi reconhecendo o meu limite. Maduro não? Não! Porque o que me pareceu uma decisão sensata no momento se tornou uma culpa. (3ba) **Porque eu não aguentei mais? Desde que o mundo e mundo as mulheres colocam seus filhos no mundo e porque eunão fiz isso? Como eu pude ser tão fraca mesmo com toda a assistência? Como alguém não consegue mesmo com anestesia?**

(3c) (3ca) **Melhor experiência da minha vida!** Parir em casa com equipe humanizada. (3cb) **Parir é ato natural**, não é uma doença, não é patologia, as mulheres sabem parir e bebês sabem nascer. A sociedade moderna transformou partos em doença que necessita de muitas intervenções médicas e hospitalares para obter lucro; as intervenções são uma evolução importante e necessária quando existem realmente riscos de gestantes com hipertensão, diabetes e outros raros riscos.

(3d) (3da) **Preferi sentir uma única dor, do que passar por inúmeras dores em doses homeopáticas** e correr riscos em uma cirurgia tão séria quanto a cesariana, que só deveria ser utilizada em caso de emergência pra salvar vidas.

Em (3a) o medo da dor e a não realização dela traz um sentimento de fracasso. O desejo por um parto “normal” e as sensações que vêm com ele não foram vivenciadas em (3ad). Daí surge em (3ac) o sentimento de culpa por não corresponder à expectativa do marido e à sua própria. É interessante notar que o medo da dor está presente e quer ser

sentido, porém, ao mesmo tempo, deseja não sentir. O enunciado (3ab) mostra esse sentido heterogêneo e de incompletude.

Em (3b) o sentido de culpa também é notado. O não acontecido como o planejado fez com que esta mãe se autodenominasse fraca, como em (3ba). O sentimento de fracasso é por não conseguir fazer o parto “normal”, sendo que para ela isso é feito por várias outras mulheres desde que o mundo é mundo. O discurso de que parir é instintivo para todas as mulheres se dissolve aqui. A memória discursiva de que sentem muita dor na hora do parto mas, independentemente disso, conseguem parir, é muito pulsante aqui. A partir do momento em que esse ideal de parto é quebrado, aflora o desapontamento com ela mesma, como é evidenciado nessa passagem.

Tanto em (3a) como em (3b) o sentido de parto presente é o da dor, da superação, do choro, de que eu coloquei meu filho no mundo, sentir dor para gerar uma vida. Sentido esse que foi construído historicamente, e que quando não se concretiza aflora o sentimento de culpa, fracasso e tristeza por não ser capaz de realizar tal imaginário de parto.

No entanto, em (3c) e (3d) o parto não aparece como algo traumático. Reatualiza o discurso da dor como um prazer para gerar um filho, e conseqüentemente a felicidade em parir, como em (3ca) e (3cb). O discurso do parto glorioso é reforçado nesta FD. Parir como função feminina e orgânica da mulher, além de prática do prazer.

Em (3da), nesta mesma direção, temos a quese opõe à não-dor inicial porque depois não iria sentir dores na recuperação após o parto. O sentido de dor é colocado após o ato e não durante, ou seja, no que o parto poderia acarretar depois.

Após mostrar os processos de significação sobre os sentidos de partos nos desabafos, iremos analisar os discursos depressivos que contêm falas de insatisfação, que estabelecem uma regularidade dentro da seção e também nas falas femininas.

(4a)(4ab) **Quantasequantas vezes** eu escutei que o que eu sentia ia passar logo, que eu estava exagerando, que tinha que estar feliz por ter um filho saudável não com essa (4ac) **besteira** de (4ad) **tristeza sem motivo**.

Nesse discurso é notável apontar que uma mãe que está em um processo de entristecimento não tem o seu sentimento valorizado por várias pessoas, ilustrado pelo (4ab). A justificativa para esquecê-lo é que por ela ter um filho saudável deveria ignorar o que é dito em (4ac) e (4ad).

(4b) Não demorou muito e entrei em depressão. Chorava a todo momento e me perguntava: (4ba) **Por que todos dizem que é maravilhoso ser mãe ? Não se dorme, a criança chora, você não consegue fazer nada em casa, você mal consegue se alimentar !!**  
 (4bb) **E amamentar? Que coisa mais dolorida! E essa criança que não larga do meu peito??** (4bc) **Enfim, eu quero minha vida de volta !! Não estou feliz com ele !!**

Pelo viés do discurso depressivo, este sujeito vem negar algumas FDs que foram construídas no imaginário do que é a maternidade. Primeiro de que ser mãe é maravilhoso, em (4ba). Segundo sobre a amamentação ser um processo instintivo e natural em (4bb). E por último, em (4bc), que a função de ser mãe modificou sua vida e não está feliz com o bebê. O desejo pela vida antes da maternidade faz com que os sintomas depressivos apareçam.

(4c) Tinha medo de sair sozinha com minha filha. Achava que podia desmaiar no meio da rua. (4ca) **Comecei a sentir uma tristeza sem razão. Sentia-me insegura e até incapaz de cuidar da Giovana. Achei que essa sensação era normal, que passaria. Mas não passou.** Depois disso, combinei com uma amiga de ir ao shopping, pra espalhar. (4cb) **Foi só a gente começar a conversar que desatei a chorar. Não conseguia me controlar.** Então, ela pegou meu celular, ligou para a minha médica e contou como eu estava, coisa que eu mesma podia ter feito, (4cc) **mas não tinha forças.**

O medo de sair sozinha com a filha, a tristeza “sem motivo”, o sentimento de incapacidade para cuidar de sua filha e a sensação de que seriam coisas passageiras - exemplificadas em (4ca) - e que não passaram, sugerem sentidos de esgotamento com algo que ela não consegue nomear. Em (4cb) e (4cc) mostram o não controle da situação por ela mesma, o que a faz chorar compulsivamente. É necessário uma amiga ajudá-la, pois a mãe não tinha forças para fazê-lo sozinha. É pelo de fato não saber o que está sentindo e o que fazer que a função materna aparece como algo difícil de ser cumprido.

(4d) (4da) **Eu não aguento** mais. (4db) **Não aguento** meu mundo turvo, (4dc)**não aguento** mais pisar em espinhos dos meus próprios pés,(4de)**eu nunca devia ter nascido e quero acabar com isso**. Eu não me afundo sozinha, eu levo o mundo comigo e isso precisa acabar. (4df) **Se eu for embora, então finalmente as pessoas ao meu redor podem voltar a florescer. Não?**

O discurso depressivo aqui, aparece em (4da), (4db), (4dc) pelo “**não aguento**” como um pedido de socorro. É tamanha a vontade de parar algo que a está sufocando que a sua própria vida não tem mais sentido, exemplificados em (4de) e (4df).

(4e) Separada há mais de 10 anos. Sofri muito no meu casamento com um homem machista e abusivo que me fazia sentir menor que uma formiga. Abuso psicológico e FÍSICO. Ele cuspi na minha cara em toda discussão. (4ea)**Me acusava de ser PÉSSIMA mãe. Me desqualificava como mulher, profissional, em tudo**. Separei achando que largaria para trás todo esse calvário. Não. Ele passou anos e anos me xingando e continuou me desqualificando. (4eb) **Tenho depressão recorrente desde sempre. Mesmo me sentindo um lixo, luto todos os dias. Mas, às vezes, não tem ninguém mesmo que estenda a mão. Procure ajuda. Eu demorei muito porque achava que dava conta sozinha. Não dou conta não. Várias vezes, a morte me pareceu a melhor saída**. Eu não sei quanto tempo vai levar e não sei como será, mas eu garanto que ninguém mais vai ferir minha dignidade. (4ec) **Também queria muito dizer às mães que acabaram de ter filhos que só na fantasia tudo é maravilhoso e não se sintam culpadas**. (4ed)**Enfim, minha mensagem é: procure ajuda. Só você pode se salvar. Eu estou tentando**.

A organização da fala a partir da descrição de um longo processo de abusos por um casamento infeliz, mostrados em (4ea), - e que acarretam em depressão - evocam sentidos de solidão à vida e desânimo em (4eb); faz com que este sujeito fale em (4ec) para outros

sujeitos da maternidade “**que só na fantasia tudo é maravilhoso e não se sintam culpadas.**” Sentir a frustração por não vivenciar o ideal e romantizado sobre ser mãe pode resultar em momentos infelizes enquanto sujeitos inseridos em um ideológico, que acionam os discursos que devem ser ditos e reproduzidos. Desromantizar é algo percebido em (4ed), mas num sentido amplo do termo enquanto sentidos de vida que também permeiam a maternidade. Isto é, tudo bem se não foi como você imaginava e hoje precisa de ajuda. “**Só você pode se salvar**”.

Percebemos os discursos, a partir da AD, como um caminho de reconstrução dos passos do processo discursivo para compreender o seu modo de funcionamento. A maternidade enquanto sistema estruturante de sentidos, que na nossa materialidade se concretiza em práticas sociais, cumpre uma função social imaginária e um ato social discursivamente definido.

Contudo, por meio dos desabafos, percebe-se o entremeio e a contramão sobre o que não é dito (e significa) e sobre o que, dito, não revela (mas significa). Nas sequências a seguir foram notados sentidos que através do discurso sobre si enunciam o não reconhecimento sobre si.

(5a) Meu marido trabalhava o dia todo (5ab) **e eu ficava sozinha com esse ser pequeno e ainda desconhecido para mim.** Quando meu marido chegava eu dava graças a Deus por ter alguém perto, me sentia só, (5ac) **olhava no espelho e não me conhecia mais.**

Apoiado em (5ab), a não identificação com o filho e o sentimento de solidão motiva o sentido do não reconhecimento explicitado em (5ac). Nesse caso, não saber lidar com o novo - no caso, um bebê recém-nascido - provoca sentimentos ainda não experimentados. Esse desconhecimento introduz um discurso polissêmico perante o discurso do amor materno como natural. O não reconhecer-se ao olhar no espelho é não saber que função ocupar dentro de uma esfera que não tenho familiaridade.

(5b) Depois disso tudo eu engravidei, e então me vi com uma dificuldade enorme em cuidar de alguém de 4 anos e um outro alguém que estava vindo ao mundo desconhecido, e tendo que achar forças para lidar comigo. (5ba)**Eu já nem sabia mais quem eu era,** e o que

fazer , muito choro, muita falta de paciência e muita vontade de abandonar tudo!

É plausível discorrer que o sentido do não reconhecimento em (5b) é de uma mulher que não consegue nomear sua FD. Talvez pela sobrecarga de ter que cuidar de alguém e mais um outro filho que virá. Em (5ba) perder a referência de si mesmo é esvaziar-se na falta de sentido das coisas. Sentidos esses que não se formam por não conseguirem nomear quem são.

(5c) Minha autoestima, meu amor próprio, minha felicidade (5ca) **escorreram de mim**. Sinto que ele dilacerou todo e qualquer átomo que me integrava e no lugar só colocou coisas ruins. (5cb) **Não consigo me olhar no espelho. Não sei mais quem sou. Não vejo propósito em nada.**(5cc)**Estou morta. Podre. Massacrada.**

Em (5c) os sentidos sobre essa mulher se dispersaram enquanto sujeito da maternidade. Em (5ca) enfatiza que as designações sobre si mesma partiram, e reforça esse sentido (5cb) que nomeia não saber mais quem ela é. Esse "não identificar-se" a faz se sentir morta em vida, destruída. Como se tivessem feito uma limpeza sobre os sentidos sobre si, exemplificado em (5cc). O **Estou morta** é não estou viva, morri para a vida. O nascimento de um filho a faz morrer em vários sentidos que **vidapode** significar para esta mulher.

(5d) Tenho um filho de dois anos e oito meses que é tudo na minha vida. Trabalho e comecei um curso de pós-graduação. Em alguns dias, me sinto tão perdida e sozinha, como se não fosse justo com ele ficar tanto tempo longe de mim e, quando chegamos em casa, ainda tenho um milhão de outras coisas pra fazer. Já mudei meus horários, fiz outras tentativas... (5da) **tento me encontrar como mãe, profissional e mulher, mas parece ser impossível equilibrar esses três papéis**. Desenvolvi um quadro de ansiedade e hipertensão no último ano, (5db) **porque mergulhei de cabeça em tantas coisas e esqueci de mim**.

Já em (5d), o sentido do não reconhecimento de si aparece pelo fato de que hoje a mulher moderna ocupa várias funções ao mesmo tempo. Não é mais só a dona de casa que cuida do lar, mas a mãe, esposa, profissional, etc. (5da) clarifica essa nova FD do que é ser mulher, pois novas atribuições lhe foram conferidas, mas nada lhe foi retirado, apenas somado. Desenvolver outras funções propicia que essa “nova mulher” se esqueça de si mesma porque precisa dar conta dessas “novas funções”. É como um malabarismo para se dedicar a inúmeras atividades, porém parece ser improvável que consiga se equilibrar.

(5e) eu tinha 15 anos, era uma menina, filha única, mimada e cuidada pela mãe, com noites bem dormidas, sem cobranças. Hoje eu sou mãe, não sei mais o que é dormir uma noite inteira, (5ea) **meus seios estão flácidos e, além de tudo, doloridos, minhas pernas já não são as mesmas.** Ele cobra de mim, cobra que eu me cuide. (5eb)**No fundo, sei que está certo, que tenho que me amar, mas sempre ponho meu filho, a casa, ele à frente de mim.** Não estou tão mal quando me arrumo, chamo atenção, mas depois das coisas que ele me disse, não sei se quero mais me arrumar. **Na verdade, não sei se me amo mais como antes. Acho que nunca mais voltarei a ser como antes.**

A perda da autoestima em (5e) é vista como o antes e depois de ser mãe, e uma relação fragilizada com o esposo. Com a gravidez, algumas mudanças físicas foram percebidas, como em (5ea). A cobrança do marido para ela se cuidar mais é evidenciada, mas a FD, exposta em (5eb), de que a mulher deve ser doar ao máximo ao filho, à casa e ao marido é reforçada.

Outro ponto aqui analisado é atribuir falas do marido, supostamente palavras grosseiras, a não querer se arrumar mais. O amor próprio não é visto como algo individual. Arrumar-se é um ato a se fazer para agradá-lo e não para satisfazer a si própria. Por isso em (5ec) é expresso o descontentamento por achar que não consegue amar a si própria, ou que nunca voltará a ser como era antes.

O discurso da beleza é protagonizado em (5e). Aceitar um novo eu enquanto não o reconhece como seu, é perpassado pelo ideal do que é uma mulher bonita. A ditadura da beleza é cruel, principalmente com as mães, pois o corpo da mulher na gravidez passa por transformações para receber um feto. As mudanças também ocorrem durante a gestação e

depois no nascimento da criança. Não se ver como era antes ou não possuir a mesma silhueta desmantela o sentido de corpo aceitável pela sociedade. Esta naturalização da estética feminina impõe um padrão de beleza propagado tanto pela mídia como pela repetição do que é ser belo na história.

#### 4.2 E, ÀS VEZES, ME ARREPENDO DE TER FILHOS

Outro movimento discursivo apreendido através dos desabafos anônimos é que para negar o discurso dominante sobre as questões da maternidade, os sentidos observados possuem pequenos deslocamentos discursivos e algumas ancoragens argumentativas.

(6a) Gente não acho que cheguei a ter uma DEPRESSÃO **mas**, quando soube que estava **grávida**, fiquei bem **infeliz** e depois também demorei muito a aceitar a minha nova realidade, **apesar** do amor pela minha filha.

O sentidos sobre a gravidez são indicados em (6) como forma de análise para mapear como essas mulheres materializam as significações sobre este discurso. Inicialmente em (6a), utiliza o **mas** para negar uma provável depressão, e por saber que estava grávida e se sentir triste por isso. Mais à frente, emprega o **apesar** para dizer que, mesmo insatisfeita com a gravidez, o amor pela sua filha existe. Nestas frestas deixadas em seu dizer, mostra o funcionamento do ideológico. O que deve ser dito aparece, porém o sujeito da maternidade utiliza essas interjeições como um jogo de compensação para rejeitar a gestação.

(6b) Fui ao hospital e a primeira pergunta foi se eu teria o bebê ou não pois na Inglaterra o aborto é legalizado. Eu respondi que não sabia, então me deram até a 12ª semana pra me decidir. Eu chorei todos os dias dessas semanas. (6ba) Eu não queria estar grávida **mas** o aborto não era para mim. (6bb) No fundo, queria ter um aborto espontâneo assim a culpa não seria minha. Eu chorava porque, apesar de teoricamente ter a alternativa, (6bc) **meu “eu” não tinha**. Eu sabia que não me perdoaria se abortasse.



A estruturação discursiva em (6b) permeia sobre a decisão de abortar ou não uma gravidez não desejada. Mesmo tendo a oportunidade legalizada em um país, esta mulher negocia consigo mesmo se é “correto” abortar. É explícito o não-desejo pela gravidez em (6ba), contudo, acrescenta o **mas** para negar o desejo do aborto. No entanto, é repetido novamente o anseio pelo aborto em (6bb) desde que fosse espontâneo para não se sentir culpada da decisão. Ou seja, como mostrado em (6bc), é uma luta interna em não querer ter o filho contra o discurso de que o aborto impede a geração de uma vida. O aborto visto através de uma questão moral colocada por ela (moral adotada como um padrão) impera nestas FDs. O embate discursivo em (6b) é em relação ao não-desejo da gravidez x aborto como uma questão moral.

(6c) **Detestei o “estar grávida”**. Eu não desfrutei de nada. Mal humor, enxaquecas, azia, cansaço, insônia, porém nenhum problema de saúde. Pra mim aquilo era como se eu não fosse mais eu, (6ca) **uma TPM de 9 meses**, não via a hora de estar normal de novo. **Mas** fazia tudo pra cuidar da bebê, **mas** sinceramente não sei se era por que me preocupava ou para não me sentir culpada caso algo de ruim acontecesse

No que se refere ao sentido de estar grávida, percebemos, em condições de produção da discursividade, uma regularidade de alguns funcionamentos discursivos. Dentro desta perspectiva, mais uma vez o uso do **mas** é materializado diante de (6c) como método. Ele se faz primeiro como uma estratégia de aceitação, ou seja, mesmo com todo dissabor, a mulher faz de tudo para que o filho esteja bem. Já no segundo, o emprego do **mas** é uma tentativa de não se deixar levar pelo discurso do cuidado. Entretanto, manuseia-o para desabafar que não consegue saber se cuida do filho por prazer ou por medo de que algo aconteça com ele, e sinta responsável.

Neste caso, é analisado também como ela organiza o sentido da gravidez em (6ca). Referir-se à gravidez como em (6ca) é o mesmo que enunciar um momento de sofrimento esmagador. Por isso o “**detestei estar grávida**” rompe com a ordem dominante de que gerar um filho é prazeroso, e todas as sensações devem ser encaradas com tranquilidade porque seu corpo foi feito para isso.

(6d) Bom estou grávida de 1 mes e me sinto perdida....tive uma relação rápida com uma pessoa e engravidei. ....(6da) **não consigo ter amor por essa gestação. O que fazer?**

Como um pedido de socorro por uma gravidez não desejada, (6d) está se sentindo perdida por ter tido uma relação rápida e engravidado. Expõe em (6da) o seu desamor por uma gestação não planejada. Há uma relação de memória com as condições de produção sobre o sentido de mãe, amor materno e gravidez. (6d) nega a naturalização do amor materno como instinto (mito do amor materno), e a universalização deste sentimento aparecer de modo mecânico e automático para as mulheres em relação aos seus bebês.

Chodorow (1978) explica que o instinto maternal feminino

é algo que você não precisa aprender porque é parte de você, está gravado em você, cuidar de um filho, se preocupar com ele, sentir-se unida a ele. Se não sente isso agora, diziam, esse sentimento virá com a gravidez e o nascimento e, junto com ele, o sentimento de responsabilidade, que é natural, e o amor, e então suas prioridades vão subitamente mudar. Mesmo que a sua vida seja completamente diferente, você não vai se importar.(CHODOROW, 1978, p.78)

Não obstante, os sentidos da gravidez indicados em (6) vêm para estremecer esse pensamento, aclarado por Chodorow (1992), que está arraigado no construto social.

Os discursos do não-desejo da gravidez no âmbito da maternidade e seus sentidos, funcionam como tipificadores novos no processo de subjetivação. Na opinião de Deleuze (1992), estes só valem na medida em que, quando acontecem, escapam tanto aos saberes normatizados quanto aos poderes dominantes. Nesta dissertação, interessa-nos entender os resquícios de eventuais deslocamentos discursivos que negam alguns dos vários discursos sobre a maternidade e seus seguimentos não normativos.

Em (7a), (7b) e (7c) demonstram o não-desejo pela gravidez pelo fato de não tê-la planejado. Entretanto, cada sequência possui sua particularidade, como podemos ver abaixo.

(7a) Estou perdida no meio de uma terceira gravidez não (7ab) **planejada, não desejada**. Engravidei tomando remédio. (7ac) **Não consigo me sentir feliz, sinto que todos os planos que fiz pra minha vida mudar foram por água abaixo**. Sou estudante dependente do meu marido, sonhava em trabalhar ano que vem, em ter meu dinheiro e engravidei. Já me peguei pedindo a Deus para ter um aborto e outras coisas piores. (7ad) **Me sinto péssima por pensar isso, estou**

**passando muito mal, muito mesmo, não consigo comer nadaaa e isso só piora os sentimentos que tenho. Estou tão triste, tão sem perspectiva.**

(7ab) espelha o não-desejo pela gravidez que a faz se sentir infeliz, porque todo o planejamento de vida pessoal se desfaz com a gestação não esperada, dito em (7ac). Isso se traduz em sentimento de tristeza por não poder prosseguir com as projeções futuras feitas antes da gravidez, que segundo (7a), eram realizáveis.

Os sentidos afetos nomeados em (7ad) são para questionar estigmas de que o mundo emocional das mães deve ser guiado por normas afetivas - diretriz essa que impõe quais sentimentos são apropriados a um determinado entorno social. A expectativa é de que todas as mães se sintam sistematicamente da mesma forma se quiserem ser tratadas como “boas mães”. “Isto é, se seu caminho não for uma mar de rosas, assumo o desafio de apreciar o sofrimento que sua situação acarreta como um tormento inevitável e necessário no transcurso da vida de uma mãe” (DONATH, 2017, p. 56)

(7b) Olá, sempre acompanho os desabafos e hoje quem precisa desabafar sou eu. Tenho 20 anos e um filho de 1 ano e 6 meses, acabei de começar minha faculdade e estava à procura de um emprego para me reestabelecer. (7ba) **Mas descobri ontem que estou grávida novamente.** Eu estava usando somente preservativo e no dia que vacilamos, eu tomei uma pílula do dia seguinte. (7bb) **Estou muito confusa, não consigo digerir a gravidez, eu não estou pronta para essa segunda gravidez e me sinto mal.** Meu marido está muito feliz e eu queria compartilhar a felicidade dele, mas eu não consigo. (7bc) **Só consigo me sentir triste e desesperada.** Tenho vergonha de contar para minha família, que me disse várias vezes para eu me cuidar e não ter outro filho agora. Só queria que tudo isso fosse um sonho e eu acordasse e tudo tivesse passado.

(7b) redige sua sequência discursiva inicial também como em (7a), pela surpresa de uma gravidez não esperada. Em (7bb) esta mulher, transversalmente pelo verbo **estar**, enumera não estar pronta para uma nova gravidez e por isso se sente mal. O sentir-se triste e aflita em (7bc) também corrobora com os sentimentos de (7ad).

A partir desses desabafos explorados, visando à compreensão do funcionamento dos discursos sobre a gravidez, e a partir das conexões e concatenações entre as discursividades, reconhecemos que já não é mais praticável pensar no papel materno como o único disponível para as mulheres, embora ainda permaneça como quase obrigatório e claramente central em sua função.

Captamos então, uma ênfase simultânea na importância e possibilidade de desempenho de outros papéis não relacionados ao de ser mãe.

(7c) Graças a Deus minha bebê nasceu saudável e linda. O problema é que ela **não foi planejada** e às vezes **me sinto culpada por não tê-la desejado e sinto que poderia ama-la mais**, no entanto não sinto o mesmo que sinto pelo meu filho. Espero que seja somente uma sensação e rezo todos os dias para que isso passe.

(7cb)E, às vezes **me arrependo de ter tido filhos...** sei que pode parecer um pensamento egoísta e que fui abençoada com dois filhos saudáveis, eles são muito fofos e lindos, (7cc) **massinto que minha vida esta escorrendo ralo abaixo, não consigo trabalhar o tanto que trabalhava e consequentemente tenho muito menos dinheiro do que tinha.**

Em (7c) a insatisfação com a maternidade vem também por meio de um não planejamento da gravidez, aliado ao sentimento de culpa por não desenvolver esse amor materno pela filha. No entanto, o sujeito, em (7ca), afirma que o outro filho - que supostamente veio em um bom momento - é mais amado.

Diante de (7cc) ela se debruça na FD de que sua vida perdeu o controle por causa dos filhos. Era uma mulher que trabalhava e ganhava dinheiro, e hoje não consegue mais desempenhar tantas funções por causa da maternidade. Consequentemente ganha menos e se arrepende às vezes por ter filhos, como exemplificado em (7cb).

Arreponder-se de ter filhos é um discurso competente (como discurso ideológico). O “novo”, em (7cb), vai caminhando para a construção da perda da naturalização do discurso sobre a maternidade. Logo, em um processo histórico, pode a vir a se tornar inócuo, infértil.

(8a) Fico tão esgotada, cansada e sobrecarregada que tem horas que quero sumir, morrer, sei lá, (8ab) **me arrependo de ter engravidado,**

enfim, tudo porque estou esgotada. Depois bate o (8ac) **arrependimento**, a culpa de pensar assim, penso no quanto quis ser mãe, no quanto a amo, mas quando estou exausta, não consigo pensar assim.

Mas tem horas que não consigo deixar de pensar no quanto fui burra de engravidar. Logo em seguida fico triste por pensar assim, e não quero viver com esse (8ad) **sentimento de arrependimento**, não quero que minha filha perceba e se sinta culpada; além do mais, não quero me tornar uma pessoa amarga, sem esperança, mas às vezes é tão difícil, me pego chorando o tempo todo, me sinto muito só, uma **mãe horrível** que não merece ter essa perolazinha!

É interessante notarmos os sentidos que aparecem em (8a) sobre o arrependimento. Primeiro, em (8ab), o sentimento por ter engravidado, devido à sobrecarga que a maternidade trouxe para a vida desta mãe. Segundo, em (8ac), o arrependimento por se sentir culpada de ter dito que não gostaria de ter parido a filha. Em terceiro, (8ad), o arrependimento como algo que lhe deixa chateada por vivenciar, fazendo com que se sinta uma mãe horrível ao deixar que esse sentimento a domine.

Para Donath (2017), o arrependimento é mais uma das relações humanas. Porém, é encarado de uma maneira diferente quando arrepender-se de ser mãe passa a não ser visto como mais um dentre os sentimentos humanos. Mesmo que as mães possuam dificuldades, não é consentido nem esperado que sintam e pensem que a transição para a maternidade foi um arrependimento. Arrepender-se de ser mãe não é algo dito por ser uma questão de estigmatização e tabu. É perceptível em (8a) e (7cb) que há um sentimento de arrependimento pela maternidade e não pelo filhos.

Arrepender-se de ser mãe indica que há na verdade caminhos que a sociedade proíbe as mulheres de tomarem, eliminando do *a priori* vias alternativas como a não maternidade. E dado que o arrependimento constrói pontes entre o passado e o presente, entre o tangível e o recordado, arrepender-se de ser mãe deixa claro que se exige das mulheres que se lembrem de algumas coisas e se esqueçam de outras, sem olhar para trás. (DONATH, 2017, P.13)

### 4.3 NÃO CONSIGO VER FELICIDADE NESSE MILAGRE DA VIDA

Em um arquivo com mais de 250 desabafos é impossível dar conta de todo o corpo analítico. Por isso, nossa investigação se baseia nos processos de significação e não no campo estatístico. Através de enunciados de tematização e por meio da problemática do segredo, os desabafos têm função ao mesmo tempo pública e privada.

Este processo discursivo-histórico entre público e privado ocasiona interdições de sentidos/silenciamentos, e cria concepções de FDs que possibilitam um dizer sobre os sentidos da maternidade.

A seguir, através de alguns exemplares dos desabafos, levantamos as marcas de enunciação que identificam o sujeito da maternidade a partir do silêncio, como pode ser visto em (9a), (9b) e (9c).

(9a) Mas às vezes eu queria conversar com alguém a respeito de algumas coisas e simplesmente **não tenho** com quem conversar.

(9b) Eu **não consigo** falar da dureza do nosso dia a dia.

(9c) E o pior é que as pessoas pensam que é besteira e não veem a gravidade da situação, tenho muito medo do que estou vivendo e **não posso** contar com ninguém.

Nas três sequências acima, os enunciadores não conseguem dizer suas angústias para as outras pessoas devido à política de silêncio dos sentidos normatizados sobre a maternidade. “**Não tenho**”, “**não consigo**”, “**não posso**” evidenciam as relações de poder da sociedade que nos conduzem para o que deve ser dito e o que não deve ser dito. Assim, o silêncio como censura do dizer funciona para que outras práticas discursivas possam ser ditas. Tais sentimentos são guardados para si mesmo, pois não encontram espaços para serem ditos devido aos discursos institucionalizados já dados.

O que (9a), (9b) e (9c) revelam, no âmbito de suas próprias condições de produção, é a impossibilidade do exercício do dizer no domínio público. O impedimento de falar algo em público e somente ser explicitado na esfera do privado, assume a feição possível no discurso de si, como o sujeito “real” da maternidade, via desabafos anônimos. Dessa maneira, estes têm caráter confidencial enquanto discursos que podem adquirir o sentido interditado no espaço discursivo do corpo social. Então, é capturado, por meio das

discursividades em (9a), (9b) e (9c), o apagamento de alguns sentidos sobre a mulher e a maternidade.

No trabalho que desenvolvemos aqui, as análises mostram ser um lugar enunciativo onde as mulheres se subjetivam na ordem de relação consigo mesmas, que interferem e se deixam interferir por diferentes formações discursivas, característica também da escrita epistolar.

Muitas vezes colocar em palavras o mar de sentidos que paira o universo feminino, principalmente as questões da maternidade, não é uma atividade simples. Materializar pensamentos que, na maioria das vezes, não encontram meios para serem colocados em pauta dificulta a escrita e a própria organização da produção dos processos discursivos.

A heterogeneidade no discurso de si se mostra por meio de um sujeito que se vê confrontado com a impossibilidade de coincidir seus sentidos com o seu dizer. O que caracteriza o discurso de si não é falar de si mesmo enquanto protagonista de acontecimentos, mas o falar de si enquanto instância subjetiva. Este sujeito heterogêneo marcado por outros discursos faz do dizer a função de significar, fazer compreender, perseguir a verdadeira fala de si. Contudo, às vezes as palavras faltam. Mas mesmo assim, significam.

Vemos isso logo abaixo, em (10a), (10b), (10c) e (10d).

(10a) Tenho uma filha que já é uma moça, digo todos os dias que a amo, mas tenho medo de ser uma grande mentira, **não sei o que sinto**, triste esses sentimentos. [...] Deus será que sou um monstro?

(10b) Sabe, estou cansada. Eu me odeio, odeio tudo, sou uma fracassada, **não sei o que fazer**, é tudo tão complicado, como dá vontade de me matar, e ninguém entende o que sinto, ou sequer saber...

(10c) E agora estou aqui. Sozinha, prestes a dar à luz uma criança que **não sei se amo**. **Não sei o que** fazer e sinto que estou morrendo um pouco a cada hora que passa. Me sinto desesperada e sem saída.

(10d) Tem dias que não sinto nada... Alegria ou tristeza, isso mesmo, nada. É estranho, muito estranho não ter nenhum sentimento no seu corpo, você se sente vazio... **Não sei porque acontece**, apenas acontece...

A repetição do “**não sei**”, em nosso entendimento, exclui a possibilidade do sujeito “reconhecer-se” em um processo discursivo, e também de não conseguir nomear o que está sentindo. Este processo é sustentado pela noção do real da língua. O acesso a ele se dá por via negativa. O fato de que o impossível dá lugar a uma proibição explícita, prova que existe ao menos um lugar de onde se fala do que não se pode falar. Este lugar é a língua, ou real da língua, o inconsciente. Mostra-se um dizer que está em curso, preso nas teias do inacabamento.

Historicamente, muitas mulheres tinham o que dizer sobre o outro lado da maternidade, mas não meios para expressá-lo. Por não haver um arquivo existente, não se constituem discursos sobre os sentidos não nomeados. Agora é possível, através das redes, exprimir outros significantes sobre a maternidade, e talvez possamos afirmar que está se constituindo um arquivo na memória do dizer. Diante disso, daqui a algumas décadas essas falas femininas serão mais formuladas. Neste momento há pouco a se dizer, faltam palavras no registro da memória discursiva delas para se sustentar.

É bem provável que neste jogo discursivo das condições de produção dos testemunhos sobre a maternidade, essas mulheres que hoje estão elaborando seus depoimentos, mais tarde sejam um produtor de identificações a que outras mulheres recorrerão quando perceberem seu mal-estar perante as sinuosidades da maternidade. Elas estão diante do real da língua, não podem, não sabem dizer...

Mais adiante, mapeamos os sentidos de felicidade e infelicidade em ter filhos nas quatro sequências a seguir.

(11a) **Queria saber como é ter filho e ficar feliz, não um ano depois, mas no agora, no puerpério. Sei que passageiro, mas está difícil...**

(11b) Já tenho uma filha de 2 anos e meio e estou grávida de 7 meses; casada há 6 anos e descobri recentemente uma traição, através de fotos e conversas pelo WhatsApp. Provavelmente, serei demitida do meu emprego quando voltar da licença maternidade, pois a empresa onde trabalho está, desde já, cortando custos. (11ba) **Estou totalmente sem rumo e frustrada** porque estou dependendo financeiramente de uma pessoa em quem não confio mais, (11bb) **sem contar em todos os sonhos e planos de família que foram por água abaixo.**



(11c) Engravidei do meu primeiro filho com vinte anos, antes disso tive abortos horríveis que em mim só criaram a sensação que meu corpo tinha algo de errado, **que eu iria ser infeliz por não poder ter filhos.**

(11d) E eu me sinto só, ninguém entende o quanto isso dói. Não entendem (11da) **eu não estar feliz com a gravidez.** Não entendem minha tristeza, decepção, angústia, medo. (11db) **Eu não consigo estar feliz, não consigo ver alegria em estar numa gravidez tão difícil.** [...] (11dc) **Não consigo ver felicidade nesse milagre da vida.**

O sentido de felicidade aparece como significante de sobrecarga e tristeza durante o puerpério<sup>6</sup>, em (11a), fase esta em que muitas mães se encontram em um momento de vulnerabilidade. O que (11a) também supõe e traz à tona, é a promessa social que afirma que com a passagem do tempo essas sensações são passageiras, e que à medida que os dias vão passando, esse início confuso e difícil vai se apaziguando. A infelicidade de ter o filho e querer vivenciar esse desejo demonstra o quanto o discurso do amor materno é poderoso. Mesmo tendo a informação sobre o puerpério, essa mulher gostaria de experimentar esse sentimento que não veio com a maternidade.

Em outro momento, o sentido de felicidade se apresenta por meio de (11b), pela perda da liberdade tanto financeira - por causa do trabalho - quanto pelo fato de que a maternidade modificou os planos da família e da própria mulher, como pode ser visto em (11bb). Todos esses fatores a deixam sem rumo, como dito em (11ba). Esse discurso aponta que renunciar à liberdade é algo grande demais. Com a chegada de mais um filho, algo irreversível, a maternidade se torna uma escravidão, um peso. A dependência financeira e a não estabilidade familiar faz desse processo um pesar, por tirar sua liberdade e a deixar infeliz.

---

<sup>6</sup>Puerpério é o nome dado ao período do pós-parto, que tem uma duração aproximada de três meses, nos quais a mulher vivencia uma série de adaptações físicas e emocionais. É também nesse período que a mulher se depara com o confronto entre as expectativas construídas durante a gestação e a realidade trazida pela chegada do bebê (Emídio & Hashimoto, 2008). O nascimento do bebê é um período emocionalmente vulnerável devido às profundas mudanças intra e interpessoais desencadeadas pelo parto. Maldonado (2002) refere que o puerpério caracteriza-se como um período de transição onde a mulher torna-se especialmente sensível e confusa, com o aparecimento de sintomas ansiosos e depressivos.

Já em (11c), o sentido de felicidade vem pelo fato dela acreditar que seria infeliz por não ter filhos. Isto é, como mulher só teria a realização pessoal se vivenciasse a maternidade e seguisse seu “verdadeiro destino”. Ser mulher está tão socialmente relacionado ao ser-mãe, que é quase como uma heresia pensar a mulher-mãe como binômio de uma construção. E é também esse o sentido da ideologia do ser feminino. As mulheres apresentam-se condicionadas a esse papel desde a infância, mas não somente nela. Todo o seu desenvolvimento é norteado para esse condicionamento, mesmo que ela nunca chegue a ser mãe, tal como observa Belotti(1987).

O último sentido de felicidade e infelicidade em ter filhos se exterioriza com a frustração perante a gravidez. (11da) e (11db) exprimem o não envolvimento e a dificuldade de ter que passar por isso sem ninguém compreender o que ela está sentindo. Ao externar em (11dc) sua infelicidade, coloca em pauta que a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Diante disso, a mãe continua, no nosso inconsciente coletivo, a ser identificada como Maria, símbolo do amor e dedicação, e que a vinda de uma criança é um milagre da vida, segundo Badinter (1980). Esta mulher quebra esse sentido quando não se assemelha ao discurso da felicidade em estar grávida, e não vê a chegada de um filho como uma bênção divina.

A noção de felicidade dos indivíduos desde o início de século XXI foi sustentada a partir de sentimentos como a tristeza, o estado de espírito dos fracassados, dos perdedores, dos sem atitude, dos desanimados, dos tímidos. Assim, se ser feliz é “um gesto de superação (...) subsidiado pela força de vontade” (FREIRE FILHO, 2008a, p.63), sentimentos tristes são transformados em doença, depressões; e ambas são, nas palavras de Birman (2010), o “fracasso performático do sujeito”. Afinal, “a depressão evidencia, (...), o impasse do sujeito num mundo onde se valoriza a autonomia, a performance e a visibilidade do espetáculo” (BIRMAN, 2010, p.42-43).

Melhor dizendo, expor os sentidos de felicidade e infelicidade em ter filhos também está ligado à noção de ser feliz, que foi instaurada a partir do século XXI. O que observamos é que as marcas enunciativas expostas em (11) corroboram com esse pensamento difundido de felicidade. Ou seja, se você não é feliz é porque você não enxerga a maternidade como um sacrifício necessário, ou o que muitos chamariam de “cultura da lamentação”. Mas é, em alguns momentos, perceptível um leve deslocamento que materializa o discurso da infelicidade como existente e possível. Instantes de solidão, tristeza, angústia, medo e outros sentimentos fazem parte da maternidade, como em outros momentos da vida. E talvez, por meio dos desabafos, essas mulheres emitam que são sensações “normais” de todos os seres humanos.

Refletindo acerca de mais alguns significantes, avançamos para um em específico, o da licença-maternidade, marcados em (12a).

(12a) Quando engravidei, não foi 100% planejado, mas eu e meu marido ficamos muito felizes. (12ab) **Sempre trabalhei e não pensei em parar de trabalhar para ficar em casa cuidando do meu filho em tempo integral após a licença maternidade.** Minha mãe teve três filhas e abriu mão dos estudos e de trabalhar para cuidar exclusivamente de nós. Ela diz que se arrepende de não ter tido liberdade e sua independência financeira.... Então, diante da opinião da minha mãe, e vendo tantas mães trabalhando fora e com filhos... não passou pela minha cabeça que isso fosse ser um problema... Mas... o nascimento de um filho muda tudo não é mesmo?! (12ac) **Quando terminando a licença maternidade, meu peito foi ficando apertado, pois teria que deixar meu filho, então com 5 meses e meio, na escolinha em tempo INTEGRAL. Se alguém me perguntar qual a parte mais difícil da maternidade, pra mim, responderei sem dúvida, que é trabalhar o dia todo e deixar seu bebê sendo cuidado por outra pessoa.... [...]** (12ag) **Eu tenho um ótimo trabalho, um bom salário (maior do que o do meu marido por sinal). E isso contou muito. Ou seja, nem pensar em parar de trabalhar... teria que deixar na escolinha.... o que não seria tão difícil se eu não trabalhasse 10 horas por dia!!** Como eu me arrependo de não ter me programado melhor... se eu soubesse como é dolorido passar tantas horas longe do filho... [...]

(12ad) **não tem um único dia em que eu não fique deprimida por estar trabalhando e ele na escolinha por tantas horas... Nem leio mais os artigos sobre terceirização dos filhos porque senão entro em depressão... não dá! Eu já carrego uma culpa muito grande... não preciso alimentá-la mais do que eu já faço.** Sei que se eu não trabalhasse, nem convênio médico meu filho teria... mas é difícil... Domingo a noite é o pior dia de todos... segunda de manhã as vezes até choro ao colocar o uniforme nele... (12ae) **Ah... como é difícil!** O começo foi mais difícil claro! Ele só ficava doente a culpa só aumentava... mas

fui levando um dia atrás do outro... (12ah) **Se meu marido tivesse me apoiado, eu teria saído do trabalho sem pensar duas vezes. Mas... eu não tive coragem e ainda não tenho coragem de enfrentá-lo e de repente faltar alguma coisa pro meu filho... talvez eu fosse me sentir ainda mais culpada...** Invejo (de forma boa por favor), as mães que ficam em casa cuidando de seus filhos e de suas casas... queria muito poder fazer isso. (12af) **Gostaria de ter mais filhos, mas para deixar tanto tempo na escolinha não!!Se eu não puder ter tempo para ficar com eles, eu preciso não ter mais filhos... não é justo com eles... eles precisam da mãe.**

Em (12a), mais especificamente em (12ab), evidencia-se o sentido de uma mulher que acompanhou as modificações a partir da Revolução Industrial, sempre trabalhou fora de casa, e não pensa em deixar sua ocupação profissional para se dedicar exclusivamente à maternidade.

Porém, (12ac) modifica seu discurso quando vivencia a experiência da licença-maternidade, e vê o quanto é difícil deixar seu filho aos cuidados de outra pessoa. Isso é externado em (12ad) pelo sentimento de culpa e esmorecimento. Também em (12ae) reforça o quanto é dolorosa essa separação.

Logo abaixo, externa em (12af) o desejo de ter mais filhos, desde que possa estar junto deles. Se isso não for possível, não é viável. Portanto, essa mulher enfatiza que os filhos devem ser criados por sua mãe. A presença da mãe é primordial para ela, porque reforça: **“eles precisam da mãe”**.

Todavia, para falar da dificuldade da licença-maternidade, este sujeito, atravessado por ideologias e pertencente a uma rede de significantes, ancora seu discurso no fato de não poder deixar seu ótimo emprego, e por ganhar mais que o seu marido, exposto em (12ag).

Essa responsabilidade financeira não a deixou desistir do trabalho para se dedicar exclusivamente ao filho. O não apoio do marido para deixar sua ocupação profissional também contou muito, como dito na sequência (12ah). Em contraponto, enuncia que talvez, se tivesse deixado o trabalho, a culpa seria sua se faltasse algo à filha.

Parece-nos que o sentido de família exposto em (12a) se remodelou. Por se tratar da mulher - ao invés do homem - a responsável pela maior parte dos gastos da família, traz-se

um desvio do que é ser família, visto que a mesma foi sustentada a partir do modelo patriarcal como o homem no centro, e não a mulher.

Ao ser incumbida de funções que antes só cabiam ao homem, esta mulher constitui um caminho dialógico feito de acordos, rejeições e compromissos em meio a tantos outros discursos que permeiam sua fala.

Resumindo, (12ab): Antes não pensava em parar de trabalhar; (12ac): Sente o peso por deixar seu bebê aos cuidados de outra pessoa; logo, vem o sentimento de culpa em (12ad); sentimento este que evidencia uma remodelação do sentido de família que a faz deixar seu posto de cuidadora, em (12ag); nesse processo do ideológico, também reforça o discurso de que a mulher é a responsável pelo cuidado da criança, em (12af).

Em oposição ao discurso de ser doloroso deixar os filhos para poder trabalhar, encontramos em (13a) uma enunciação contrária.

(13a) Muitas mães sofrem antecipadamente com a volta ao trabalho após encerrar a sua licença maternidade. Mas há também aquelas que desejam imensamente que a licença termine logo, pois, gostariam de voltar a trabalhar.

**(13ab)Esse sentimento de querer voltar a trabalhar, geralmente, está presente entre as mulheres que são felizes e realizadas na atividade ocupacional que exercem. Entretanto, esse sentimento divide espaço com outro, que é o da culpa por querer voltar a trabalhar, enquanto poderia desfrutar desse tempo om seu bebê. Não há nada de errado com a mãe que gosta de exercer sua atividade ocupacional, querer voltar a trabalhar antes de acabar o período de licença maternidade, não significa que a mãe não está satisfeita com a maternidade e muito menos que está rejeitando o bebê. É possível perfeitamente amar o bebê, querer ficar com ele, cuidar dele, mas ao mesmo tempo querer estar realizando outras atividades que não ligadas à maternidade.**

**(13ac)É certo também que há mulheres que amam seus bebês, mas odeiam a maternidade. Esse sentimento para alguns pode parecer ser impossível, mas é completamente possível e ocorre até que com certa frequência.**

(13ad) **Para algumas mulheres, o ter que se dedicar exclusivamente ao bebê 24h por dia pode ser extremamente estressante.** Quando uma mulher não tem filhos, sua rotina de vida é organizada em volta de seus mais diversos papéis sociais, tais como, ser esposa, amiga, filha, empregada, empresária, professora, aluna etc. (13ae) **Entretanto, quando essa mulher engravida e tem então seu filho(a), muitos destes papéis sociais ficam engavetados e a mulher passa a desempenhar apenas e quase que exclusivamente o papel de mãe, o que pode gerar sim estresse e a mulher pode sentir-se despersonalizada, pode não conseguir se encontrar enquanto mulher desempenhando apenas esse papel. Por isso, ela pode sentir falta de ter que ocupar novamente os demais papéis sociais pelos quais ela já estava acostumada a desempenhar.** Nossa identidade muitas vezes é construída em cima de nossa profissão. Diante da pergunta “quem é você?”, uma das primeiras respostas é a informação de nossa profissão. Portanto, a profissão tem um caráter muitas vezes intrínseco à pessoa, como sendo uma parte dela. Tirar uma mulher que ama o que faz para exercer uma atividade que não sente tanto prazer em realizar pode ser estressante, (13af) **Desta forma, a mulher mesmo que amando muito seu filho(a), pode sim sentir o desejo de voltar a sua atividade ocupacional.** Fazer com que essa mulher tenha que ficar em casa exercendo apenas atividades maternas pode prejudicar a relação mãe-bebê, pois a mãe pode começar a se sentir infeliz e não conseguir entender o porquê está sentindo tais emoções e muitas vezes, perdida nesse sentimento, pode culpar o bebê por sua insatisfação. (13ag) **Precisamos dar espaço para que essas mulheres possam falar o que estão sentindo e acolher tais sentimentos.**[...] Sacrificamos muito nossas mulheres mães ao deixar toda essa responsabilidade única e exclusivamente para elas. Portanto, se você mãe que está lendo esse texto se identificar com ele, saiba que não é a única, existem varias outras mulheres também com o mesmo sentimento que o seu e que nem por isso deixam de amar seus bebês. (13ah) **Tente organizar seu tempo, para que você possa oferecer**

**atenção ao seu bebê e também a você. Se for possível divida tarefas com outras pessoas tal como com o pai do bebê, por exemplo, assim todos participam da educação e desenvolvimento da criança e todos podem também seguir com suas outras atividades.**

Em (13ab) vemos um discurso polissêmico quando ela defende o desejo de querer voltar a trabalhar antes que a licença-maternidade termine. Afirma também que não é preciso odiar a maternidade para ter essa vontade. Mesmo com o desejo de voltar às atividades profissionais, muitas mães se sentem culpadas por não estarem presentes com os filhos.

Na sua via argumentativa, também coloca que pode sim haver sentimentos de amor pelo filho e ódio pela maternidade, explicitados na enunciação (13ac). Porque para muitas pode ser extremamente desgastante ser mãe 24h por dia, como explanado em (13ad). Por isso, ela disserta em (13ae) a importância da mulher buscar meios (aqui mostrado pela função profissional) de se reconhecer de volta. Isso porque antes da maternidade ela era uma pessoa, e depois, muitas vezes, torna-se apenas mãe, o que a faz ficar **“despersonalizada”**. O trabalho enquanto reconhecimento é importante para saber lidar com a maternidade no quesito do reconhecimento do eu, e, ainda, reitera em (13af), que é admissível a mulher ter o desejo mais rápido de querer voltar ao trabalho.

Mais adiante, essa mesma mulher nos leva a uma FD que talvez seja um dos propósitos desta pesquisa. Não queremos construir certezas; isso não nos interessa. Mas queremos questionar, dar ambiências às vozes silenciadas que não tiveram espaço para relatar suas angústias. Em (13ag), elucida que são necessários espaços para outras vozes, outros discursos, e que eles devem ser observados e incorporados. Porque, como dito em (13ah), é imprescindível que a mulher tenha tempo para cuidar dela e do bebê, e que as funções ditas maternas também façam parte da vida dos homens. Quando nos referimos a esse discurso como polissêmico, tratamos da vertente na medida em que ele nega alguns processos discursivos normatizados na sociedade. Sendo assim, possivelmente conduz a formulações de novos enunciados que poderiam provocar desorientações sobre os sentidos da maternidade e suas ramificações no seio da sociedade.

#### 4.4 SER MÃE É UMA MERDA!

Ao recolher mais alguns desabafos, deparamo-nos com discursos que refletem o amor materno em seu sentido literal, como pode ser visto em (14a) e (14b).

(14a) Amor, antes de tudo quero que você entenda que você é o amor da minha vida, o maior de todos, que te amo mais que tudo e mais que a mim mesma. (14ab) **Sempre quis ser mãe.**

(14ac) **Meu maior sonho desde menina sempre foi ser mãe.**

(14b) **Esperei a minha vida toda pra te ter comigo. Te amo de um jeito que não sei nem explicar.** Dói ter que sair para trabalhar e te deixar na creche. Dói não poder estar com você todas as horas de todos os dias.

(14ab), (14ac) e (14b) são FDs que retratam a construção social do ideal materno no Ocidente. Ou seja, parte-se da premissa de que a mulher se realiza exclusivamente se tornando mãe. A criação do amor materno, a díade mulher-mãe e o papel feminino fundamentados no primeiro capítulo, nos fazem entender o funcionamento do ideológico materializado nos discursos que reforçam os sentidos femininos tradicionais em torno da maternidade.

Essa rede de significantes atrelada ao sujeito feminino, e construída socialmente, traz uma imposição de universalidade de comportamentos, o que na maioria das vezes torna difícil quebrar o único sentido permitido. Isso porque ao repetir o "discurso romântico" sobre a maternidade, faz com que a estrutura do processo discursivo único se fortifique. Logo, apagam-se outros sentidos.

Por isso também, que a formação do sujeito da maternidade se baseia nas instâncias que chamamos de simbólico e imaginário na AD. Pois “em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já dito)” (ORLANDI, 2005, p.37).

Dizer que: “**Meu maior sonho desde menina sempre foi ser mãe**” mostra que o imaginário social faz parte do funcionamento da linguagem, significa por meio da memória discursiva e acarreta em significações sobre o feminino. Visto que o discurso não surge do



nada, arquiteta-se por meio das relações sociais que são inscritas na história, e é guiado por uma sociedade regida por relações de poder, afirma Orlandi (2005).

Durante o recolhimento de mais desabafos, parece-nos que apenas dois rompem, de maneira literal, com os discursos romantizados sobre a maternidade. São eles: (15a) e (15b).

(15a) Sei exatamente o que está passando... Também estou grávida de quatro meses e (15ab) **não consigo ter nenhum tipo de sentimento por esse bebê.** Na minha primeira gravidez, que também não foi programada, após o susto inicial, logo passei a curtir a gravidez esperar ansiosamente pelo bebê. Depois que ele nasceu, o pai pulou fora e fui mãe solo, entrando em forte depressão, que levou anos para melhorar. (15ac)**Também amo meu filho, mas odeio ser mãe.** É agora que ele está com quase dez anos, outra gravidez indesejada. Transei uma única vez no ciclo todo, rapidinho, meu marido não ejaculou, mas um mês depois comecei a enjoar e descobri que estava grávida. Passei três dias fechada no meu quarto chorando, procurando Cytotec pela internet, mas duas semanas depois de descobrir a gravidez, decidi não abortar. (15ad)**Só que agora estou arrependida. Não consigo aceitar a gravidez, fico louca só de imaginar que vai nascer um bebê e vou ter que ficar a disposição dessa criança por meses, só limpando bosta e dando de mamar, ouvindo aquele choro insuportável dias a fio, sem dormir, sem vida social, sem trabalhar, sem a ilusão de que alguém vai vir me visitar e me ajudar.** (15ae)**Ser mãe é uma merda!** Fora a pressão da família e da sociedade para estar feliz e grata pela chegada do bebê. (15af) **Não tenho o direito de estar em depressão, sou obrigada a estar feliz. 24 horas de fingimento por dia. Isso está insuportável.**

(15b) Vejo muitos relatos em grupos de Facebook e sites, todos muito seguros, alegres e felizes. (15ba) **E me admiro como fazem da gravidez e maternidade uma coisa mágica e linda, mas eu não estou vendo nada de mágico, pelo contrário é um mix de emoções,**

**enjoos e insegurança. Me sentia culpada por ter esses sentimentos, pois todos dizem (e lá vem as palpiteiras de plantão) que devemos transmitir tranquilidade ao nosso bebê na barriga, que eles sentem tudo que sentimos, então temos que ter bons sentimentos. Duvido que eu seja a única a passar por isso, mas mesmo assim o mundo lá fora continua mostrando a magia de estar grávida e ser mãe.** O Temos que falar sobre isso foi o lugar que encontrei que me mostrou que posso sim falar e sentir isso.

(15ab) nega toda a imposição de universalidade sobre os sentidos da maternidade. Ao dizer que o amor materno não a tocou, desmantela toda a construção da maternagem. O amor incondicional da mãe está edificado num imaginário muito poderoso. Ao enunciar essas palavras, ela evoca um "discurso polissêmico" de forma visceral.

Em outro momento, (15ac) utiliza a concessão para negar a maternidade, e não o amor pelo filho. A ocorrência do **mas** vem distinguir o sentimento em relação aos filhos e à maternidade. Essa separação do que sente em relação à prole já foi observada na década de 1970, na obra de Jesse Bernard, que tratava de mães de classe média e da classe trabalhadora que se "atreviam" a admitir que amavam seus filhos, mas detestavam a maternidade.

Logo abaixo, em (15ad), o arrependimento se dá pela obrigação de cuidar. A ideia da dedicação e da responsabilidade com os filhos ser um papel exclusivamente feminino se firma principalmente por causa das relações intersubjetivas que sustentam a condição da entrega feminina. "Nelas se reflete a responsabilidade moral em relação ao próximo ao mesmo tempo que se mantém uma postura de envolvimento, interesse, atenção e adaptação às necessidades dos outros, a ponto de apagar as necessidades e os desejos da mulher" (GILLIGAN, 1982, p.35)

Muitas mães vivenciam essas tarefas com grandes dificuldades. Mais do que a sociedade admite, muitas mães compartilham essas dificuldades e demonstram insatisfação com tais atividades diárias. Na realidade contemporânea, não existe a ideia de que quando as crianças crescerem essas obrigações não serão mais necessárias. A sensação de obrigação e responsabilidade para com os filhos não costuma desaparecer. A preocupação se estende mesmo que as funções mecânicas não sejam mais desenvolvidas, porque para muitas mulheres, o dever de exercer a maternidade está presente sempre na vida delas, explica

Donath (2017). “O cordão umbilical entre mulher e feto se transforma em uma metáfora para a relação de mãe e filho muito além do útero” (GUSTAFSON, 2005, p.3)

Diante disso, essa mesma mulher confidencia em (15ae): “**Ser mãe é uma merda**”! Ao proferir isso, consolida aqui o discurso polissêmico perante os outros desabafos analisados anteriormente. Por último, (15af) traz um sentido explorado por algumas mulheres que buscam se desvencilhar da representação da “boa mãe”. Espera-se da mulher um comportamento de representação, como se houvesse um padrão original a seguir seguido. Contudo, ser mãe e cumprir esses preceitos não basta: a maternidade “ideal” tem que ser exibida além de ser exercida. O filósofo François Marie Charles Fourier entende que o fingimento, na maioria das vezes, dá-se em um processo opressivo. Em (15af) vemos o sujeito feminino lançar mão da palavra “fingimento” para caracterizar sua relação com a maternidade. A palavra escolhida para negá-la mostra que ela se opõe, de certa forma, às regulações emocionais e ao modelo antigo da maternidade. O domínio do fingimento se torna um mecanismo de autodefesa contra o regime opressor. Assim, ela enfatiza: “**sou obrigada a estar feliz. 24 horas de fingimento por dia**”. Com essa discursividade, ela mostra que a romantização da maternidade é uma forma de reafirmar um “discurso da opressão de gênero”, de acordo com Mattar e Diniz (2011).

Em (15ab) é notada a fragmentação da romantização sobre a maternidade que descaracteriza as mulheres. Isso porque se tem um imaginário social sobre ser mãe, que é inatingível, e que as pressiona a se enquadrarem em um molde. Refutar o mundo mágico da maternidade já é um deslocamento que desromantiza o imaginário. Este ideário, portanto, já não é mais aceito e está enfraquecido.

A formulação de outro discurso descrito em (15ab) é válido por nos permitir concluir que apesar da fala materna ser muito poderosa, outras FDs estão se concebendo, outras identificações estão se formando, outras significações do feminino se desenvolvendo, e assim compondo matrizes discursivas que vêm para dissipar a imposição de universalidade de sentido.

Mapeando os sentidos de sogra - a mãe do homem - percebemos, como foi fundamentado no capítulo 1, na página 23, que ela passou a ter características negativas a partir da década de 80. A família passou por modificações para se tornar uma lar “civilizado” onde não havia espaço para além do pai-mãe-filhos. Para entendermos como esse discurso sobre a sogra se apresenta, selecionamos os desabafos (16a), (16b) e (16c).

(16a) Comecei a sofrer na gravidez, no sexto mês, por ser uma gestação gemelar, tive que me afastar do meu emprego. (16ab) **Minha sogra foi meu carma, ela entrava na minha casa, pois tinha a chave e muitas vezes me acordava. Ficava dizendo pra eu não fazer nada pois senão iria matar minhas bebês.** Bom ela me atormentou tanto que comecei a tomar antidepressivos. Depois que minhas bebês nasceram aí a coisa ficou muito pior, (16ac) **ela se alojou dentro da minha casa, detalhe por imposição dela, não deixava eu pegar minhas filhas alegando que elas iriam acostumar no colo, escolhia as roupas, a hora do banho, onde elas deveriam ficar, proibiu as visitas e sem contar que quando não tinha ninguém aqui em casa, me tratava super mal.**

(16b) Hoje minha sogra veio buscar minha filha para que eu pudesse trabalhar, e eu trabalho uma noite e fico duas em casa. (16ba) **Ela me disse aos gritos que tenho que desmamar minha filha, que meu leite não serve pra nada, que é vício da minha filha. Não adianta explicar... Ela não entende.** Dependo dela para trabalhar, por isso ela se acha no direito de opinar. (16bc) **Mas vou seguir firme, minha filha vai mamar até quando quiser.**

(16c) **Sogra é um capeta mesmo né?** (16ca) **A minha é nível hard!**  
(16cb) **Misericórdia!**

Em (16a), mais especificamente em (16ab), o sentido de sogra vem como um peso a ser carregado pela mulher. A sua inconveniência ao querer ensinar a mulher como cuidar dos filhos remete à ideia de intromissão sobre os afazeres que não competem a ela, mas sim à mãe. Reforça ainda, em (16ac), que a presença da sogra modificou a ordem da casa e tomou para si a responsabilidade dos cuidados com a criança e o lar.

Em (16b) a sogra aparece como ajuda para ficar com a criança enquanto a mulher trabalha. Por meio dessa aproximação, ela intervém na amamentação do bebê. Dizer quando a mulher precisa parar de amamentar coloca a mãe na posição daquela que não sabe cuidar do

seu filho. Porém, como reafirmação do controle sobre a sua vida e de seu filho, a mulher, em (16bc), impõe o seu desejo acima das ordens da sogra.

Em (16c) expõe o sentimento negativo ao associar a mãe do companheiro como um “**capeta**”, algo que possui um significado ruim e é enfatizado em (16ca) e (16cb).

É interessante observar que a reestruturação da família no passado ainda influencia os discursos atuais. O imaginário negativo da sogra permanece. Isso ocorre talvez porque “para algumas mães, o cordão umbilical imaginário elimina sua capacidade de se mover, de se distanciar e de sentir que são senhoras de si mesmas, mesmo quando passam a ser avós” (DONATH, 2017, p.140).

Alguns desabafos também possuem traços do consultório sentimental. Como por exemplo em (17a)

**(17a) Não vejo relatos de garotas da minha idade ou com problemas tão pequenos quanto os meus, mas eu não aguento mais guardar esse sentimento para mim. É horrível e eu gostaria muito de conselhos vindos de mulheres mais experientes**

O pedido por aconselhamento é um traço marcante do consultório sentimental visto em (17a). A busca por orientações sugere que o *Temos que falar sobre isso* tornou um campo de confidências e variadas demandas de conselhos sobre relacionamento.

Não é por acaso que muitos dos enunciados são sobre problemas de relações amorosas que, no fio discursivo, envolvem questões da maternidade e relatos de si. Quando se busca relatar sobre si mesmo, o “eu” não tem uma história própria que não esteja também ligada a um conjunto de relações inseridas por um agrupamento de normas.

O questionamento de si envolve colocar-se em risco, colocar em perigo a própria possibilidade de reconhecimento por parte dos outros, uma vez que questionar as normas de reconhecimento que governam o que eu poderia ser, implica perguntar o que elas deixam de fora e o que poderiam ser forçadas a abrigar, é o mesmo que em relação ao regime atual, correr o risco de não ser reconhecido como sujeito, ou pelo menos suscitar as perguntas sobre quem eu sou (ou posso ser) ou se sou ou não reconhecível (BUTLER, 2002, p.13)

É no relato de si que as ordens discursivas se entrelaçam, o heterogêneo se mostra e a narrativa de si se constrói. (18a) é uma amostra disso:

(18a) (18ab) **Me sinto sozinha! Sempre quis ser mãe, tenho uma filha de quase 2 meses e confesso que não imaginava que era tão difícil.**

Sou casada, (18ac) **mas meu marido não me ajuda quanto gostaria.** Ele é aqueles machistas que acha que mulher tem que fazer tudo, mas não admite que é assim. (18ad) **Nosso casamento está uma droga.** (18ae) **Antes já estávamos afastados, mal nos beijávamos, parecíamos amigos apenas, sexo então nem se fala, uma das raras vezes, eu engravidei. Agora tudo isso piorou, se é que é possível.** (18af) **Amo muito ele, mas queria tanto mais ajuda, mais carinho, beijos e abraços, já pedi tanto isso e nada dele melhorar.**

Em (18ab) a narrativa se inicia com o sentimento de solidão e a surpresa de que o seu sonho de ser mãe se mostrou mais difícil que o imaginado. Mas é em (18ad) a FD dominante do discurso dessa mulher. Ela articula sua enunciação pelo viés da maternidade para dizer que a solidão dita em (18ab) se dá pelo não companheirismo do marido, em (18ac). Narra que se antes da maternidade as coisas já não estava muito boas, com a chegada do filho se agravou. O sexo é inexistente, mas o amor ainda existe. Por isso, essa mulher clama por atenção à espera de uma mudança. É, também, como se ela se sentisse abandonada mesmo estando com seu parceiro. No que tange aos sentidos de abandono, percebemos em (18b), (18c), (18d) e (18e) a sua materialização.

(18b) **Não posso abandonar tudo aqui e ir ficar com minha família, pois investi muito tempo nessa graduação e além disso, é um meio de não depender mais desse que chamei de marido e amei por tantos anos. Amo ainda eu acho. Mas não confio mais, não posso mais viver ao lado dele.**

(18c) Eu não sei como lidar quando meu filho diz que está com saudades e o cara escuta no áudio (possivelmente) via Whatsapp, mas não se manifesta de modo algum. Não sei se continuo a conversa com meu filho. Isso seria alimentar uma esperança? Não conseguiria ser isenta, iria querer falar a verdade sobre o mau caráter de quem (18ca)

**abandona mulher prenha e filho.** Mas é injusto e cruel deixar uma criança de 4 anos lidar com isso sozinha.

E a sociedade? (18cb) **Ao redor só há quem te aponte o dedo pra falar dos teus erros. O homem é sempre o coitadinho. Este é meu desabafo.**

(18d)(18da) **Terrível relacionamento de mentiras. Por medo de ficar só... pago o preço!**(18db) **Comigo foi sempre assim, tinha de estar com alguém para esconder a minha baixa autoestima e falta de amor próprio.**

(18e) Fiz, e faria tudo de novo por ele. Ele? Ele me deixou na mão até durante meu trabalho de parto... Esteve lá no nascimento, mas no início do trabalho de parto não. **Fui abandonada.** Fomos, eu e minha filha. Mas, e ele? Ele morreu aos 32 anos. Deixou três filhos, um de cada relação. **Todos abandonados. Assim como ele próprio fora um dia.**

Em (18b) o abandono aparece para expressar um sentimento de incapacidade por não poder deixar a vida que está em curso. Sem saber ao certo se ama o esposo, vê que por enquanto não é possível abandonar tudo. A situação faz com que essa mulher transite entre a FD de não saber se ainda ama o parceiro e a FD da esperança de, num futuro próximo, libertar-se de uma união que não suporta mais.

Já em (18ca), o sentimento de abandono vem pelo fato do homem ter deixado a parceira e o filho. Em meio às perguntas sobre o pai, esta mulher não sabe como lidar com a situação e a ausência do companheiro. Este desabafo coloca em pauta *o discurso de que o homem não tem tanta responsabilidade quanto à mãe em relação ao filho*. A ideologia aqui se mostra quando em (18cb) enfatiza que a sociedade sempre vê o homem como o coitado. Caso os papéis fossem inversos, a mulher seria muito mais condenada do que o homem.

Mais adiante, em (18d), o abandono aparece do lado oposto. Agora é a mulher quem não consegue abandonar o parceiro pelo medo de estar só, como dito em (18da). Esse medo de abandonar alguém para não ficar sozinha se dá pela justificativa explicitada em (18db). Aqui o ideológico é materializado no *discurso da necessidade de um homem para o sentimento de completude*. Assim, “a memória, por sua vez, tem suas características, quando

pensada em relação ao discurso” (ORLANDI, 2005, p.29). Dizer que não consegue ficar sozinha pressupõe que há discursos já ditos de que a mulher é a sombra do homem. E com essa figura ao lado, ela teria a “completude” para amenizar o que é falado em (18db).

Em (18e), que se assemelha a (18c), o significante "abandono" aparece insistentemente em várias situações: na hora do parto, pelo parceiro, pela sua morte e pelo abandono do filho. Em um primeiro momento, por escolha. Já no segundo momento, pela morte do parceiro enquanto figura de pai para o filho e companheiro de relacionamento.

É preciso lembrar que o significante “abandono” é bastante presente no discurso familiar e afetivo, ganhando relevância também no âmbito jurídico, como em: “abandono de lar, abandono de incapazes”. O fato de, num discurso, usar-se uma palavra e não outra é relevante para análise. Num sentido próximo - mas não o mesmo - a personagem acima poderia dizer: “**Fui deixada.** Fomos, eu e minha filha. Mas, e ele? Ele morreu aos 32 anos. Deixou três filhos, um de cada relação. **Todos deixados.** Assim como ele próprio fora um dia”. É fácil perceber que no caso do exemplo não atestado (ou seja, não efetivamente utilizado na situação real), o enunciado teria um carga efetiva menos dramática. Isso mostra o quanto é relevante observar as escolhas lexicais nestes depoimentos.

Em alguns relatos acima, vimos a noção de beleza atribuída ao sentido de não reconhecimento de si, e como a gravidez modifica não só o corpo feminino, mas uma estrutura de significações enquanto regras sobre qual corpo é adequado para a mulher. Agora, o discurso da beleza se mostra enquanto imperador de desejo nos desabafos sobre relacionamento. (19a), (19b) e (19c) são exemplos.

**(19a) Eu não me importo durante a maior parte do tempo, mas às vezes sinto que ele tem vergonha de mim porque eu não estou dentro dos padrões de beleza.**

(19b) Desde o começo do nosso relacionamento ele sempre me elogiava muito, mas com o tempo e as mudanças do meu corpo, isso não ocorre mais. Há fins de semanas que ele prefere estar bebendo com amigos e outras meninas do que estar comigo em casa. **Eu vejo que ele sente atração por outras mulheres, mulheres que tem o que eu tinha antes, mulheres tão lindas quanto um dia eu já fui.**



**(19c)Ele, que me obrigava a ir à academia pois não queria mulher gorda, ficou com nojo da minha barriga de grávida.**

Ao se queixar em (19a), (19b) e (19c), sugere que essas mulheres olham para o outro/parceiro e veem que o homem não as admiram mais enquanto referencial estético de beleza. Pelo viés da cobrança, a mulher reafirma *o discurso da valorização do corpo feminino* que a coloca como símbolo do belo. Por meio do discurso de si, ao se colocar na condição de vítima, parafraseia e evoca o processo discursivo conservador do mesmo pelo avesso.

Através do discurso de si mediado pela linguagem e materializado no simbólico, o processo discursivo sobre a beleza enquanto reclamação perante o esposo favorece o discurso normatizado. Porque é a paráfrase, ao mover-se de um discurso para o outro na tentativa de modificá-lo, que muitas vezes o sustenta. Isso pode ser observado em (19a), (19b) e (19c).

Mais à frente, o sentido do não-desejo pelo filho por parte do homem é colocado em (20a), (20b) e (20c).

**(20a)No começo ele parecia não querer, algumas vezes chegou a citar a possibilidade de aborto e outra vez disse que a filha poderia não ser dele.**

(20b)No começo foi uma maravilha, mas quando engravidei, por acidente, a minha vida virou um inferno. Parei de trabalhar porque minha gravidez era de risco. **Meu marido queria que eu abortasse, mas não tive coragem.Ele me chantageou, ameaçou, me fez me sentir um lixo e ainda o faz. Fez de tudo pra eu desistir do meu filho...**

(20c) Por fim, resolvi contar e o que eu escutei foi: **“Tenho certeza que não é meu! Quero fazer o DNA , eu não aceito esse filho”...E pronto, ele sumiu de vez...Sem mais!**

A gravidez aparece como motivo de conflito com o homem. Neste universo pesquisado é ele quem insiste no aborto, por vezes colocando em dúvida a paternidade. Isso resgata um discurso muito aceito de que a palavra final sobre a gravidez é do homem, e contra o qual hoje se luta tanto. É esse processo discursivo de contestação que aparece na forma de queixa nas falas acima.

A relação de poder entre homem e mulher é uma das perspectivas dos níveis de poder familiar. As decisões tomadas elucidam zonas de competências sobre quem designa o quê e quem está habilitado a executá-las. A capacidade feminina de decisão de escolha não é considerada em nenhum momento. A estrutura familiar e suas bases nos processos de poderes históricos resultam nessa diferenciação do poderio enquanto tomada de decisão, assim como foi elucidado no primeiro capítulo.

Os inúmeros sentidos extraídos do tema "relacionamento" não poderiam ser todos descritos aqui devido à sua infinidade. Por isso, analisaremos o último tópico, que é a questão da sexualidade em (21a), (21b), (21c), (21d), (21e) e (21f).

(21a)a cada relação que temos já não consigo disfarçar minha (21ab) **insatisfação**, ele percebe fica sem graça mas não fala nada, não sei como contornar essa situação e estou pensando em separação. Já chorei, penso mil coisas, estou com a cabeça a mil, preciso de uma luz, uma saída. (21ac) **Estou vivendo um drama, não consigo engravidar e nem sentir prazer na cama com meu marido.**

(21b)Sei que ele me ama e é uma ótima pessoa, mas não nos batemos como homem e mulher, falta calor. Sinceramente, o momento de sexo é uma tortura pra mim e muitas outras coisas vêm se somando.

(21c)Eu estou vivendo em constante dúvida, eu não amo meu marido como homem, mas amo passar um fim de semana: eu e ele assistindo filmes, saindo e é apenas disso que sentirei falta. Não sei o que fazer, se separo, se fico.

(21d)Depois da gravidez sexo era simplesmente para (21da) **“comparecer”** e assim foi até que depois de 1 ano e 1/2 parei de usar anticoncepcional e assim minha libido foi melhorando aos poucos.Meu medo de engravidar de novo era tanto que além do anticoncepcional usava camisinha e fazia tabelinha, hoje só os dois últimos mas morro de medo de engravidar novamente.

(21e) A gente nunca se deu bem na cama, isso começou a me cansar também, (21ea) **cheguei a conversar com uma amiga a respeito e ela ficou pasma quando me perguntou se eu já tinha tido orgasmo, e eu falei que eu não sabia, eu realmente não sei descrever se já tive, acredito eu que não, nunca tive relação com outros homens e meu marido sofre de ejaculação precoce, isso atrapalha muito o sexo**

pra piorar meu marido não quer ter relação comigo com a desculpa de que está com medo de machucar nosso filho... (21eb) **Ele não me procura, eu que tenho que ficar igual uma cachorrinha no cio procurando ele pra ter relações!** E quando vou fuçar no celular dele, vejo que TODOS os dias ele visita sites pornô para se satisfazer sexualmente! Isso me mata por dentro. Sei que é normal um homem casado visitar DE VEZ EM QUANDO... Mas todos os dias(22ec)**Eu sinto que ele não tem desejo por mim mais! Pra mim é uma forma de traição horrível, que eu me sinto um lixo perto dele!**

(21f) Bem, sou casada há 3 anos e meu cônjuge não me procura mais, só quando ele quer sexo, fora isso nada. Às vezes ficamos até semanas sem se tocar, só me procura quando quer, é sempre do seu jeito. (21fa) **Me sinto mal com isso, me sinto usada e depois descartada; não tô feliz e quando eu o procuro sempre arruma uma desculpa.** Até coloco camisolas e calcinhas pequenas mas nada chama a sua atenção e quando ele vê uma mulher bonita na rua olha e torna a olhar de novo. (21fb) **Me sinto mal com isso, me sinto um nada.** (21fc) **Preciso de sexo, ser amada, me sentir protegida, mas assim não dá. Preciso de atenção, ele só fica no celular vendo jogo e nada de atenção. Tô me ligando que esse casamento já acabou.**

A mulher em (21a) reclama do sexo por meio da palavra dita em (21ab). Reforça esse pensamento de desprazer em (21ac). A falta de prazer na cama e não conseguir engravidar (aqui a gravidez é vista como uma possível saída para melhor o casamento) aflige esta mulher.

Em (21b), o descontentamento se dá pela falta de sintonia no sexo. Mesmo sabendo do amor que o parceiro tem por ela, essa mulher relata ser uma “**tortura**” ter relações sexuais com o marido.

Já em (21c), expõe que não ama mais o marido como homem, ou seja, a relação carnal entre os dois não existe. A falta de desejo acarreta em questionamentos se continua ou não com o casamento.

(21da) emprega o sentido da palavra em torno de sua enunciação para dizer que após a gravidez o sexo não vinha com o sentido de dar prazer, mas sim como algo sem significado. (2da) enfatiza também, por meio da significação dessa palavra, que a gravidez modificou a relação sexual do casal e que o medo por uma gestação também alterou os métodos contraceptivos.

(21e) organiza a sua fala a partir da sua queixa em relação ao sexo com o seu marido. Mais adiante, lamenta por não saber se já teve um orgasmo ou não em (21ea). Ainda é muito difícil falar sobre sexualidade feminina, pois o tema é norteado por tabus. O orgasmo é um deles. Uma pesquisa realizada pela Durex Global Sex Survey constatou que 56% das mulheres estão insatisfeitas com o que acontece em quatro paredes, 22% conseguem chegar ao orgasmo durante a relação sexual e 78% não atingem. A memória discursiva sobre o *discurso da sexualidade feminina é inexistente*. Mulher não fala de sexo, apenas serve o seu marido com as suas práticas sexuais. (21ea) levanta essa questão e demonstra que hoje é possível se queixar sobre sua sexualidade.

Essa reclamação é explicitada em (21eb). Isto é, a mulher hoje, mesmo que aqui esteja em forma de lamúria, sugere que o discurso feminino sobre sexualidade está se modificando. A mulher diz ter desejo, procura o homem e reclama quando o sexo não está bom. Em (21ec) não se sentir desejada a faz se sentir um lixo, o que antes não a incomodaria.

Na próxima sequência argumentativa, pelo uso da repetição binária em (21fa), (21fb) e (21fc) recorreremos à linguística textual para dizer que a materialização do “**me sinto mal**” e “**preciso de**” exprime uma carga dramática de sentido que pode indicar, na língua, o encontro entre história e sujeito. (21f) é uma amostra na linguagem que autoriza este tipo de queixa perante a sua sexualidade. É nesse âmbito que os discursos encontram na “poética” de Henri Meschonnic que “o princípio poético é aquele que faz do texto inteiro como discurso, historicidade e subjetividade indissociáveis, a unidade”. Isto é, as repetições enquanto níveis macroestrutural e microestrutural materializam na língua: sujeito, história e discurso.

Os processos discursivos sobre relacionamentos são ancoragens sobre as questões que envolvem a maternidade. É importante destacar que os processos impulsionados pela

modernidade durante o romantismo produziram sistemas de representações do amor que permanecem até hoje. O que o nosso objeto de estudo materializa é o funcionamento do *discurso amoroso* como mediador para a compreensão dos afetos.

Falar do romantismo é necessário, visto que foi a partir dessa época que o significante romântico do amor absorveu moldes concretos, assim se consolidando no corpo social, especialmente no Ocidente. O movimento trouxe o poder de escolha sobre si próprio num tempo em que essa liberdade, por definição, era interdita. O sujeito romântico não encontrava espaço devido às teias regulatórias que estabeleciam como o indivíduo poderia encarar a sociedade e a vida como um todo, explica Santos (2017)

Dessa maneira, o movimento romancista ressalta o direito de cada indivíduo à sua autodeterminação, sua concepção do ego como um gênio criativo, único e essencialmente divino significava que este era amplamente interpretado como o direito à autoexpressão, ou à autodescoberta (CAMPBELL, 2001, p. 257).

Desse modo, o romantismo contribuiu para que a individualidade começasse a ser assumida como núcleo da existência dinâmica, variável e, portanto, uma unidade-chave para ser pensada e problematizada.

“Inserido nesse contexto de redefinições, o universo afetivo dos sujeitos experimentou significativas mudanças na forma com que o amor era representado e assumido a nível intersubjetivo” (SOUZA, 2017, p.52). Souza (2017) defende que a maneira através da qual representamos comumente o amor hoje está conectada à legitimação do modelo romântico. Este serve como paradigma para assumir um relacionamento a partir de um viés heroico do amante shakespeariano, onde toda sensação é intensificada. Esta intensidade, por sua vez, não pode menos que ser compartilhada tanto com o objeto desses afetos quanto com outros envolvidos.

O amor como forma enunciativa nos faz sustentar que em sua condição primária é possível imaginar e desenhar os afetos em seu caráter literário afetivo. Porém, o que nos interessa por intermédio dessa reflexão, é que a prática de administrar os afetos se deu à elaboração de uma sequência de processos sociais acontecidos durante a emergência dos tempos modernos. Bruckner (2009) marca esse caminho na sua reconstrução histórica:

Hoje, todos estamos, homens e mulheres, sujeitos a um requerimento contraditório: amar apaixonadamente, e se possível ser amado, enquanto ao mesmo tempo se manter autônomo- ser livre mas protegido, com a esperança de que o casal seja suficientemente flexível para permitir esta harmoniosa coexistência (BRUCKNER, 2009, p.20).

Nesse sentido, o amor – como o conhecemos no Ocidente – é uma invenção da Modernidade. Assim, entender que alguns acontecimentos e processos sociais ajudaram na construção do sujeito romântico ocidental e, ao mesmo tempo, edificaram os imaginários do amor romântico, ajuda-nos a constatar que os desabafos enquanto materialidade discursiva simbolizam afetos na ambiência das redes. Assume também características da subjetividade em um processo libertador do sujeito feminino na busca por construção de discursos outros.

Portanto, o amor romântico nas sequências discursivas indica que esse ideal de amor que perpassa pelo consenso e imaginário numa sociedade determinada (e também pelas apropriações que sobre ele cada indivíduo faz), não se consuma. Porém, é buscado a partir das queixas.

Outro ponto a partir da materialidade explorada é que em outra época esses discursos não teriam condições de estar aqui. Hoje é provável dizer que há possibilidades de produção para exteriorizar o *discurso da queixa*. Emite também que o modelo de casamento está desfalecendo por um mal-estar sobre ele mesmo.

O design da instituição do casamento demanda ser revisto. Os relatos dessas mulheres nos autorizam a dizer que o amor romântico foi sim importante para a liberdade de escolha. Contudo, os outros sentidos que ele traz não estão mais dando conta das novas formas de significação sobre o casamento. Esse deslocamento do bloco significativo expressa novos sentidos para a configuração da família e do lugar da mulher. Essa transição é percebida através do arquivado estudado.

A partir do Discurso e História - e a posição discursiva do sujeito da maternidade interpelado por outros discursos -, sinaliza-se que esta é também uma experiência humana do trauma. Ademais, ressalta-se que a maioria dos discursos acima apontam para a tendência do ser humano de se colocar na condição de vítima. Tal subjetivação é uma perspectiva contemporânea para se obter o reconhecimento do outro.

Isso não quer dizer que o sujeito se faça de vítima para ser notado, mas que a organização da sua fala manifesta essas sequências discursivas na elaboração do discurso de si, da narrativa de si, do relato de si e nas confidências apresentadas.

Em outras palavras, encontramos um sintoma por meio do *discurso da queixa*, que é um fragmento de liberdade imposto a si ou aos outros. Melhor dizendo, um sintoma não pode ser despreendido de seus modos de expressão e reconhecimento social, nem das narrativas que constroem a escolha de seus termos, das teorias e dos romances dos quais ele retém a forma e o sentido. Ou seja, um sintoma é uma forma de colocar a contradição social.

Outra regularidade enunciativa por meio do mapeamento dos afetos é sobre os abusos sofridos por essas mulheres na infância. As marcas linguísticas sobre o tema se apresentam em (22a), (22b), (22c), (22d), (22f) e (22g).

(22a) Eu tinha por volta dos 6 ou 7 anos, não tinha noção do que sentia. Tinha perdido meu pai aos 3 ou 4 anos de câncer, não me recordo ao certo do tempo com exatidão. Então eu disse à minha mãe: todas as crianças têm um segundo pai e eu não! Se eu entendesse o que aquelas palavras me trariam... Ele entrou nas nossas vidas como um herói, com seu uniforme de marinheiro, parecia perfeito. Mas foi uma longa história de **abuso** e violência doméstica que só se encerrou quando eu tinha por volta de 12 anos.

(22b) Não quero em nenhum momento dizer que minha família foi negligente, ou que não se importavam comigo. Eles eram pais atarefados lutando para por comida na mesa de quatro filhos. Hoje tenho 32 anos e um lindo casal de filhos. Até hoje levo comigo as consequências do **abuso** que vivi. Eu tinha sete anos quando tudo começou. Ele era irmão da minha mãe e mudou-se para nossa casa para trabalhar em São Paulo, coisa normal entre os nordestinos. Eu fiquei feliz com a presença do meu tio em casa. (22ba) **Mas eu não sabia que meu terror começara ali. Todos os dias depois que eu chegava da escola ele me chamava para brincar. Eu não sabia o que estava acontecendo. Ele tirava minha roupa e tocava meu corpinho e pedia pra eu tocar as partes íntimas dele.** Mas um dia eu disse que eu não gostava dessa brincadeira... e ele falou que eu não tinha que gostar. Que era bom pra ele. E que se eu contasse para alguém ele ia matar toda minha família. Eu senti medo, muito medo. E aquilo tudo, as ameaças, duraram um ano. Ele arrumou trabalho e foi embora e deixou em mim essas marcas que não se apagam. Eu tinha vergonha de mim, tinha medo dos homens.

(22c) Lembro de brincar com minhas irmãs de cavalinho: eu entrava debaixo da rede e fingia que era um cavalo e ele uma vez **abusou**

disso e montou sobre mim. Me obrigou, em outra ocasião, a tomar banho de porta aberta, reclamando pra minha mãe que eu só podia estar fazendo coisa errada pra ficar de porta trancada no banheiro.

(22d) Sofri **abuso** sexual aos 6 anos (a primeira vez que eu me lembro) do meu padrasto. Minha mãe sempre soube, mas não conseguiu se separar dele – está com ele até hoje. Minha infância foi difícil e quase não me lembro de momentos felizes, assim como minha adolescência. Aos 15 anos, decidi que não aguentava mais e tomei veneno. Passei 3 dias na UTI. Sobrevivi.

(22e) Não fazemos sexo há mais de 6 meses. E isso me deixa muito mal – tenho problema com sexo pelos **abusos**, é delicado pra mim.

(22f) Há muitos anos atrás vivi **abusos** sem saber o que significa isso. Na minha cabeça flash e mais flash de terríveis momentos que por mais eu tente não consigo esquecer. Meu primeiro **abuso** foi quando tinha apenas 4 anos, minha mãe precisava me deixar aos cuidados de uma pessoa para poder trabalhar.

(22g) Mas confesso que ainda me incomodo com os olhares que muitos homens direcionam para mim, é como se fosse uma maldição a me perseguir desde o primeiro **abuso**, nova, inocente sem defesa alguma...

Mulheres materializam narrativas de si sobre abuso infantil nas sequências acima. (22b) e (22f) isentam seus pais pela responsabilidade do abuso porque precisavam trabalhar, e conseqüentemente deixavam seus filhos aos cuidados de outras pessoas. Já (22ba) narra o abuso e explica não saber o que estava acontecendo.

Refletir sobre o tema é relevante porque o abuso sexual infantil por muito tempo foi ignorado e deixado nas camadas do silêncio. Definir abuso sexual é difícil, dada a sua complexidade e desígnio de vários desdobramentos, segundo Faleiros (2000). Como exemplo podemos citar crime sexual, agressão sexual, vitimização sexual, maus tratos, entre outros.



O abuso sexual infantil, em específico, é uma forma de violência sexual contra a criança ou adolescente. Diz respeito também às questões da sexualidade, seja da criança, do adolescente ou dos pais e de toda estrutura familiar. Está inserido como um tipo de fenômeno não exclusivo de uma classe social, porém presente em todas as camadas da sociedade.

Uma definição de abuso sexual trabalhada por Azevedo e Guerra (1989) nos ajuda a compreender um pouco do que seria esse termo: “Todo ato ou jogo sexual, em relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança menor ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa” (AZEVEDO E GUERRA, 1989, p.42)

O abuso sexual pode trazer à criança sequelas físicas e psicológicas, como dito em (22e) e (22g). Preservar o núcleo familiar, as relações de interdependência, o medo e omissão levam a constituição da família ao “pacto do silêncio”, que impede a notificação ou a interrupção da violência física, psicológica e sexual contra a criança ou adolescente. “Esse pacto de silêncio se forma a partir do sentimento de vergonha e medo de desestruturar a família, apontando para a contradição existente entre o papel de proteção esperada da família e violência que se estabelece quando for violado o mais sagrado dos tabus, que é a interdição do incesto” (PUC RIO, 2017, p.13). Isso é visto em (22d). Todas as narrativas de si acima clareiam para indicar que:

as alianças familiares podem ser muito abaladas quando uma situação de abuso sexual é revelada, pois a criança rompe com barreiras traumáticas, o muro do silêncio, revelando o que passou e podendo ser desacreditada ou castigada. Sendo assim, ela pode oscilar entre a negação do abuso e a mentira. Negar o abuso tem uma função de preservação da sobrevivência psíquica, enquanto a mentira envolve culpa pelo possível prazer sexual experimentado e o temor de ser descoberta e castigada. (PUC RIO, 2017, p.14)

Por último, é importante salientar o espaço dos desabafos anônimos como uma área da subjetividade feminina enquanto materialidade discursiva. Dar voz às mulheres silenciadas por assuntos que não podem ser ditos por causa de relações de poder instauradas na sociedade é válido no sentido de construir novos discursos. Há uma emergência para dizer, como observamos nos enunciados de (23a) a (23i).

(23a) Desculpa o textão! Obrigada pelo espaço.

(23b) Obrigada por me permitir desabafar.

(23c) Obrigada por me deixarem desabafar.

(23d) Obrigada por ouvirem meu desabafo...

(23e) Obrigada por poder desabafar.

(23f) Obrigada, eu precisava desabafar com alguém.

(23g) Desculpa o desabafo, acho que nem dá pra entender direito. Mas valeu poder pôr pra fora, obrigada.

(23h) Obrigada por ter lido meu desabafo.

(23i) Obrigada por abrir esse espaço para nós desabafarmos, às vezes, é muito difícil.

Na maioria dos enunciados acima é pulsante o sentimento de agradecimento por poder dizer sentidos interditados sobre a maternidade e o feminino. Entre confissão e confiança acreditamos que a maioria se caracteriza por enunciações em seu caráter de confidencialidade por não ter uma outra posição de poder. Há similaridade de posições. A formação imaginária de onde estou para quem eu falo dessas mulheres é no nível da equidade dos dizeres.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se trabalhar com a AD, a textualidade já é a realidade, pois os discursos produzem história. O discurso é real. Tome-se como exemplo uma teia de aranha com vários fios. Cada linha são formações discursivas e as aranhas as pessoas. A teia funcionará como produto, mas o suporte são as FDs. Dentro dessa teia, alguns discursos são valorizados e outros não. Uns presentes, alguns fortalecidos e outros silenciados. A partir dessa metáfora, pensamos nas contribuições dessa pesquisa nos níveis conceitual-teórico, para o campo da comunicação e para o lugar da mulher na sociedade.

A contribuição para a reflexão sobre os discursos femininos nesta pesquisa se dá por meio de um caso sintomático de mulheres que se voltam contra a maternidade de alguma maneira, com suas queixas, lamúrias, materializando perturbações. Ao expor sua vida pessoal por meio da escrita de si e pela temática da maternidade, identificamos uma transformação discursiva em curso.

Neste estudo discursivo, estamos fotografando um processo no qual no momento não é possível determinar qual caminho os discursos tomarão, e muito menos se irão se estabelecer. Porém, pode também ser início de uma autorreflexão poderosa em relação à mulher e à maternidade. Isso porque a maternidade passa a ser vista não só como escolha, mas como uma forma de fazer mal ao próprio feminino. Geralmente isso não é posicionado, e quando é, fica na esfera da patologização. As mulheres, em *Temos que falar sobre isso*, não estão patologizando. Elas dizem: não me faz bem. Isso é uma contribuição em relação à compreensão discursiva do lugar da mulher na sociedade.

Em relação ao campo da comunicação, é um trabalho discursivo que vai localizar de alguma maneira alguns espaços nas redes que materializam o sofrimento. A internet serve, assim, como uma forma de escoamento de discursos pessoais que foram há muito tempo inibidos pela grande mídia.

Em nosso arquivo, vemos os desabafos anônimos como uma apropriação social da web que ressignifica práticas arcaicas como os diários pessoais. Se antes, na maior parte, ficavam no âmbito privado, hoje criam formas por meio da enunciação de si para publicizar suas inquietações em pequenas comunidades na rede.

Notamos que a partir da criação da interface blogger, em 1999, de forma revolucionária, cada vez mais as pessoas passaram a apresentar e modelar as suas próprias identidades no ciberespaço.

A oferta de centenas de ferramentas de postagens - muitas delas gratuitas - fez com que, rapidamente, homens e especialmente mulheres relatassem suas vidas em forma de textos. A partir de então, como teias de significações, a web tem sofrido um processo de transformação comunicacional. Muito mais do que um espaço de entretenimento e escrita de si, está aos poucos redimensionando a estrutura social.

Do ponto de vista teórico-conceitual, esta pesquisa descortina uma forma de abordagem pela escuta. Pela temática da maternidade, não nos referimos aos sujeitos femininos como informantes, mas como sujeitos de um discurso em processo de transfiguração.

Essas contribuições vêm como consequência de grandes linhas de conclusão da análise. Pelo caminho de temáticas e sínteses, as análises propiciaram entendimentos sobre o sentir da maternidade em seus desabafos.

A primeira questão a ser levantada é que pelo viés do sofrimento da ambivalência é possível potencializar a reflexão. A capacidade dos discursos serem ambivalentes vem marcar o desenvolvimento maternal e entender os afetos como um processo de descobrimento.

Por intermédio da ambivalência maternal é possível reparar e modificar sentidos na busca por geradores de identificação. Isto é, fazer com que outras mulheres em seus conflitos maternais tenham a possibilidade de flexibilizar e se apoiar emocionalmente.

Através dessa rede de apoio que foi construída a partir dos desabafos ambíguos, podem desenvolver histórias progressistas para terem a esperança de superar o momento das frustrações. E, talvez por esse desencontro de afetos de não saberem o que estão sentindo, são impedidas de falar sobre o arrependimento de ter filhos.

Isto porque o arrependimento personifica uma identidade feminina distinta que não se relaciona com os sentidos normatizados em relação à maternidade. As expectativas da sociedade não deixam prevalecer tal arrependimento da maternidade, pois deve-se manter o imaginário ideal, aquele que não pode ser tocado.

Por conseguinte, muitas mulheres não conseguem nomear o que sentem. Isso pode ser observado em inúmeros enunciados. Como um fenômeno inconstante e contextual, o dizer de si se formula em como estas mulheres manifestam o modo como veem a maternidade perante a sociedade. Porém, refletem na língua um sujeito interpelado pela ideologia na busca de construir outras FDs.

Nesse encontro entre discursos parafrásticos e polissêmicos sobre os sentidos da maternidade é difícil nomear algo que não está na memória discursiva dessas mulheres. Não

há arquivo existente para negar a maternidade de forma literal. Por isso, em um movimento de giro parafrástico, muitas vezes ao negar o discurso dominante reafirmam discursos tradicionais como o da romantização.

Entretanto, a partir da análise, é correto afirmar que muitos dos processos discursivos que se materializam só podem ser ditos hoje porque existem condições de produção para se concretizarem. Dizer que ama o filho mas odeia a maternidade em vários sentidos só é possível pois a ambiência das redes acolhe estes desabafos. No consultório sentimental *Da Mulher para a Mulher*, em *O Cruzeiro*, isso não seria possível. A era digital potencializa novos discursos sobre o feminino e questões sobre a maternidade.

Dentro do nosso arquivo não foram encontrados processos discursivos relativos às questões de gênero, como novas constituições de família com pessoas do mesmo sexo, arrependimento como sentimento existente em relação aos filhos, questões raciais e discussões sobre o desejo do aborto como algo de escolha feminina sem limitantes.

São discursos silenciados, introduzidos na política do silêncio. Ou seja, o que é preciso não dizer para poder dizer. Assim o mecanismo de denominação se sustenta, o que significa pensar a política do silêncio e a política da palavra em sua relação, pois denominar e silenciar são inseparáveis na produção de sentidos.

Sabemos também que as discussões sobre a história do feminino foram de extrema relevância, visto que muitas formações ideológicas foram exemplificadas nos enunciados analisados. O papel feminino na sociedade, como se portar como mãe e mulher, suas responsabilidades, o cuidado como característica feminina e a noção da mulher-mãe foram materializadas.

Contudo, notamos um leve deslocamento nas ancoragens discursivas e dois discursos polissêmicos que negam a maternidade e questões do feminino. Deixamos claro aqui que é muito complexo falar da maternidade sem falar do feminino, e isso pode ser observado pelas temáticas das análises. A construção histórica do sujeito feminino fica à mercê dessa díade mãe-mulher. Sendo assim, o estudo tem como finalidade entender a maternidade pelo viés feminino. Dessa forma podem-se perceber discursividades que reafirmam os *discursos conservadores*, apesar de existirem *discursos deslocantes* sobre os sentidos construídos historicamente sobre a maternidade.

Portanto, é na tentativa trabalhosa que essa textualidade tenta se materializar e edificar novos sentidos. Não é fácil ver discursos não institucionalizados tendo espaço, e por isso é muito importante o que a *Temos que falar sobre isso* possibilita. A ONG dá voz às mulheres com emergência de dizeres silenciados.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena. **A Aventura: Teoria & Empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- ALVES, Wedencley. PINHEIRO, Marta. Comunicação, Condição da vítima e Política do Sofrimento. In: **Lumina**, UFJF, v.12 n.2, 2018.
- ALVES, Wedencley. **Reconfigurationdelamémoire et desarchives de lasantéaprés'l'avenementduréseau: une revolution?** Toulon, França: Universidade de Toulon, 2018. (Comunicação oral)
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AUTHIER-REVUZ Jacqueline. Hétérogénéité(s) énonciative(s). In: Langages, 19<sup>e</sup> année, n°73, 1984. **LesPlans d'Énonciation, sousladirection de Laurent Danon-Boileau**. pp. 98-111.1984. Disponível em [https://www.persee.fr/doc/lgge\\_0458-726x\\_1984\\_num\\_19\\_73\\_1167#lgge\\_0458-726X\\_1984\\_num\\_19\\_73\\_T1\\_0110\\_0000](https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1984_num_19_73_1167#lgge_0458-726X_1984_num_19_73_T1_0110_0000). Acesso em 24 nov. 2018.
- AZEVEDO, Eliane Christovan. Atendimento Psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In: **Revista psicologia, ciência e profissão**. Ano 21, n. 3, 2001.
- BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro: relações entre homens e mulheres**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986.
- BARBOSA, Jan. Alyne. Weblogs: múltiplas utilizações, um conceito. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte. 2003 **Anais [...]**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2003. Disponível em CD-Rom.
- BLOOD, Rebecca. **We've got Blog: how weblogs are changing our culture**. Basic Books, 2002.
- BOCK, Ana Maria. **A Psicologia Sócio-histórica: uma Perspectiva Crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina..** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003
- BOYD, d. m., e ELLISON, N. B. **Social network sites: Definition, history, andscholarship**. Journalof Computer-Mediated Communication, v.13, article 11, 2007.Disponivel em: <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>. Acesso em 30 ago. 2018.
- BRUNER, Jerome.**Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. São Paulo: EditoraCivilizaçãoBrasileira, 2003.
- CAROL, Gilligan. **In a Different Voice**, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1982.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

CAZARRÉ, Marieta. A “**quarta onda do feminismo**” nasce em 2015. Disponível em: <[HTTP://brasileiros.com.br/2016/01/quarta-onda-feminismo-nasce-em-2015/](http://brasileiros.com.br/2016/01/quarta-onda-feminismo-nasce-em-2015/)>. Acesso em 28/01/2019.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade**. Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

COCHEYRAS, Jacques. **La placedu journal intime dans une typologielinguistique des formes littéraires**. Genève: Librairie Droz, 1978

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

D’INCAO, Maria Ângela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

**Definições e percursos: O que é Diário?** Disponível em [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13197/13197\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13197/13197_3.PDF) Acesso em 21 jan. 2018.

DEGENNE, Alain; FORSÉ, Michel. **Introducing Social Networks**. London: Sage, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **A história da mulher no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUSTAFSON, Diana. **Unbecoming Mothers: The Social Production of Maternal Absence**, Nova York, Haworth Clinical Practice Press, 2005

DONZELOT, Jacques. **Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Erickson, Thomas. **The World Wide Web as Social Hypertext**. Disponível em [http://www.pliant.org/personal/Tom\\_Erickson/SocialHypertext.html](http://www.pliant.org/personal/Tom_Erickson/SocialHypertext.html), 1996. Acesso em 10 dez. 2018.

FALEIROS, Eva.(Org.) **O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (dês) caminhos da denúncia**. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2000.

FASSIN, Didier. **The Empire of trauma: Na Inquiry in to the conditin of victimhood**, Princeton University Press, New Jersey, 2009.

FASSIN, Didier. Et la souffrance devient sociale: de l’anthropologie médicale à une anthropologie des afflictions. In: **Critique: revue générale des publications françaises et étrangères**, Paris, n.680-681, p.16-21. 2004.

FERREIRA, CAROLINA Branco de Castro. **Feminismo Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo**. Dossie: percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades. Caderno Pagu (44), janeiro-junho de 2015

FISCHER, Bueno. **Mídia e educação: em cena, modos de existência jovem**. Educar, n. 26, p. 17-38, 2005.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Org.). **Era Vitoriana** Porto: Afrontamento, 1991.

<https://eravoriana.wordpress.com/2016/01/13/fotos-de-amamentacao-ja-eram-moda-no-seculo-19/>. Acesso em 24 out. 2017.

GANNETT, Cinthia. **Gender and the journal: diaries and academic discourse**. New York: State University of the New York Press, 1992.

GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

GLENN, Christine. **Relationship between story content and structure**, 1980. Link: <https://psycnet.apa.org/record/1980-27675-001> Acesso em 21 out. 2018.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 9a edição. Petrópolis, Vozes: 2001 (1974).

HAYTHORNTHWAITE, Caroline. Building Social Networks Via Computer Networks: Creating and Sustaining Distributed Learning Communities. In: RENNINGER; SHUMAR (Org.). Building Virtual Communities: Learning and Change in Cyberspace.

**Cognitive and Computational Perspectives**. Cambridge: Cambridge University, 2002

HERRING, S. C.; KOUPER, I.; SCHEIDT, L. A.; WRIGHT, E. Women and children last: the discursive construction of weblogs. In: GURAK, L.; ANTONJEVIC, S.; JOHNSON, L.; RATLIFF, C.; REYMAN, J. (Org.). **Into the blogosphere: rhetoric, community, and culture of weblogs**. University of Minnesota. 2004. Disponível em:

[http://blog.lib.umn.edu/blogosphere/women\\_and\\_children.html](http://blog.lib.umn.edu/blogosphere/women_and_children.html). Acesso em 04 de fev. 2018.

IRIGARAY, Luce. A Questão do Outro. In: **Labrys, Estudos Feministas**, nº. 1-2, Brasília, 2002. Disponível em:

<http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/irigaray1.pdf> Acesso em 23 set. 2018.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiência de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KAHIN, Brian. O cenário político e os negócios da Internet. In: INSTITUTE FOR INFORMATION STUDIES (Org.). **A Internet como paradigma**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

KLEIN, M. **Os Progressos da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986



LABOV, W., & WALETZKY, J. Narrative analysis: Oral versions of personal experience. In J. Helm (Org.) **Essays on the verbal and visual arts: Proceedings of the 1996 Annual Spring Meeting of the American Ethnological Society** (pp. 12–44). Seattle: University of Washington Press, 1967.

Lacan, Jacques. (2003) **O seminário IX: a identificação**. Disponível em: <http://psicoanalisis.org/lacan/> Acesso em 14 mai. 2017.

LEITE, M. M.; MASSANI, M. **Representações do amor e da família**. São Paulo: Vértice, Fundação Carlos Chagas, 1989

LE MOS, André. **A arte da vida: diários pessoais e webcams na Internet**. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/37b5da563c6bc5ec6f2697de38bffd84.pdf>. Acesso em 09 dez. 2018.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 7.ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

LO BIANCO, Ana Carolina. A Psicologização do Feto. In Figueira, S. (org.) **A Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MANDLER, Jean. Matter. **Remembrance of things parsed: Story structure and recall**. Cognitive Psychology, 1977. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0010028577900068> Acesso em 01/fev. 2017.

MARLOW, Cameron. Audience, structure and authority in the weblog community. In: **Presented at the International Communication Association Conference**, New Orleans, LA, 2004.

MATTAR, Laura Davis. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício dos direitos humanos pelas mulheres. **Interface, Comunicação, Saúde, Educação** v.16, n.40, 2012.

MICHEL, Pollak: Memória, esquecimento e silêncio. In **Revista Estudos Históricos**, v.2, n.3 1989 Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278> Acesso em 08 dez. 2018

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez. Editora. 2001.

MOURA, Esmeralda Blanco B. **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**. Petrópolis: Vozes, 1982.

OLIVEIRA, Rosa Meire. **Diários públicos, mundos privados: diário íntimo como gênero discursivo e suas transformações na contemporaneidade**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. Dissertação de mestrado, 2002. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/oliveira-rosa-meire-diarios-publicos-mundos-privados.pdf>. Acesso em 28 dez. 2018

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento** - as formas do discurso. São Paulo, Brasiliense, 1983.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. Campinas, Edunicamp, 1992.

PAULILLO, Rosana. **As modalizações do dizer no discurso de si**. Disponível em: <file:///C:/Users/Nara/Downloads/4094-9492-1-SM.pdf> Acesso em 10 dez. 2018.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1988.

PEDERSEN, S.; MACAFEE, C. Gender differences in British blogging. **Journal of Computer-Mediated Communication**, n.12(4), article 16, 2007. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol12/issue4/pedersen.html>. Acesso em 05. out. 2018.

PENA, Maria Valéria. **Mulheres trabalhadoras**. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PETERSON, Carole; MCCABE, Allyssa. **Developmental psycholinguistics: Three ways of looking at a child's narrative**. New York: Plenum Press, 1983.

PLATÃO. República. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Edufpa, 1988

POLLAK, Michael, La gestion de l'indicible, In **Actos de la Recherche em Sciences Sociales**, n° 62163, Paris, Minuit, 1986.

**Psicologia Sócio-histórica: Uma Perspectiva Crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.

RASGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

RECUERO, Raquel. **As Redes Sociais na Internet e a Conversação em Rede**. Disponível: <http://www.raquelrecuero.com/ciseco.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017

RECUERO, Raquel. **A Conversação em Rede: A Comunicação Mediada pelo Computador e as Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ROUSSEAU, Jacques. **Emílio ou da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992

SAMARA, Eni de Mesquita **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991

SCHMIDT, Jan. Blogging practices: an analytical framework. In: **Journal of Computer-Mediated Communication**, 2007. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol12/issue4/schmidt.html>. Acesso em 04 out. 2018.

SCHUMAR, Michael. **Building Virtual Communities: Learning and Change in Cyberspace**. Cambridge University Press; 1ª edição, 2002.

SOUZA, Elizeu . Territórios das escritas do eu: pensar a profissão ; narrar a vida. **Revista eletrônica Pucrs**, v34, n.2. 2011.

THORNDYKE, Perry. **Cognitive structures in comprehension and memory of narrative discourse**. *Cognitive Psychology*, 1977

TODOROV, Tzvetan. . **Qu'est-ce que le structuralisme?: Poétique**. Paris: Éditions du Seuil. 1973.

VAN DIJK, Teuan. **Cognitive processing of literary discourse**. *Poetics Today*, 1979

VERSIGNASSI, Alexandre (2001). **Weblogs reinventam o uso da Internet**. Folha de S. Paulo. Disponível Em: <http://www.uol.com.br> , Acesso em 09 dez. 2018

VIEIRA, André. **Do conceito de estrutura narrativa à sua crítica**. Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722001000300015&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722001000300015&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em 01 out. 2018.

WASSERMAN, Stanley e FAUST, Katherine. **Social Network Analysis: Methods and Applications** Cambridge University Press; 1ª edição, 1994.

WINNICOTT, Donald. **O Ambiente e os Processos de Maturação: Estudos Sobre a Teoria do Desenvolvimento Emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

WINNICOTT, Donald. **Os Bebês e Suas Mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1988a.

WINNICOTT, Donald. **Textos Selecionados: da Pediatria à Psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988b.

WINNICOTT, Donald. **A Família e o Desenvolvimento Individual**. São Paulo: Martins Fontes, 1993a.

WINNICOTT, Donald. **Conversando com os Pais**. São Paulo: Martins Fontes, 1993b.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1969). **Da certeza**. Lisboa, Edições 70, 1990.

.KNIBIEHLER, Yvonne. (dir.), **Maternité, affaire privée, affaire publique**, Bayard, 2001.

.KNIBIEHLER, Yvonne. **Histoires de mères et de la maternité en Occident**, Presses Universitaires de France - PUF; Edição: 3, 2012

ZAGO, Gabriela. **Informações jornalísticas no Twitter: redes sociais e filtros de informações**. In: III Simpósio da ABCiber, São Paulo, SP, 2009.